

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia: o caso do Parque
Estadual Monte Alegre (PA)**

Izabel Ibiapina

Orientador: Marcel Bursztyn

Dissertação de Mestrado

Brasília, abril/2012

Ibiapina, Izabel

Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre (PA)./ Izabel Ibiapina.

Brasília, 2012.

150 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Conflitos. 2. Áreas Protegidas. 3. Ribeirinhos. 4. Monte Alegre I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Izabel Ibiapina

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia: o caso do Parque
Estadual Monte Alegre (PA)**

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Marcel Bursztyn, Pós-Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UNB).
(Orientador)

Saulo Rodrigues Pereira Filho, Pós-Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UNB).
(Examinador Interno)

Ellen Fensterseifer Woortmann, Pós-Doutora (Departamento de Antropologia – DAN/UNB).
(Examinadora Externa)

Brasília-DF, abril de 2012.

Às comunidades ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcel Bursztyn, exemplo profissional/acadêmico a ser seguido, pelos incentivos, orientações, aprendizados e, sobretudo, por acreditar em meu trabalho.

À professora Doris Sayago, sempre prestativa e disponível em ajudar/orientar os alunos, pelas discussões na disciplina “Antropologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente”.

Ao professor Saulo, pelas contribuições na qualificação do projeto.

Aos professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), pelo conhecimento transmitido e inquietações despertadas.

À professora Ellen Woortmann, por participar da banca examinadora e contribuir com as discussões durante a defesa da dissertação.

Ao professor Henyo Barretto, pelas indicações de leituras num momento crucial da elaboração da dissertação.

À equipe da Rede Clima, pela amizade, pelos debates acadêmicos e não acadêmicos e por dividirem alegrias e angústias durante os trabalhos de campo realizados no Pará e no Acre.

À Secretaria do CDS, pela presteza e atenção.

À reitoria da UnB e à Rede Clima pelo apoio às necessárias viagens de campo.

Aos colegas do Mestrado e Doutorado do CDS, pelo companheirismo e pela troca de ideias.

Aos colegas de Belém, Santarém e Monte Alegre, especialmente Ana Gabriela Fontoura, João Meirelles, Regina Oliveira da Silva, Edithe Pereira, Rita Moreira, Ivelise Flock, Crisomar Lobato, Keila Teixeira, Alcilene Cardoso, Frank Batista, Moacir Lima, Pedro Aparício Torres, Francisco de Sousa, Joaquim dos Santos, Cid Baía, José Tomé Filho, Nelsi Sadeck, Márcio da Costa, Ilivaldo Ranor, pela recepção, atenção e por me ajudarem durante a pesquisa de campo.

Ao seu João Grande, pela hospitalidade, liderança e sabedoria.

Aos moradores das comunidades visitadas, pela recepção e atenção, e às crianças das comunidades de Lages, Paituna e Santana, pela companhia e brincadeiras.

Às estagiárias do hotel SHALOM, pelas risadas e conversas.

Aos meus pais e irmão Vicente, pelos incentivos, pela revisão da dissertação e por estarem presentes em minha vida.

À Santana e aos meus irmãos Marinez e Mateus, pelo carinho e pela companhia em todos os momentos.

À Karla Rocha, por me incentivar a seguir os meus sonhos e por me mostrar o quanto o desejo é maior do que a expectativa alheia.

Aos amigos de sempre, pela diversão e pela presença em momentos de tensão ocorridos durante a elaboração da dissertação.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

RESUMO

A criação de unidades de conservação de proteção integral tem impactado de diversas formas as populações localizadas no interior ou no entorno de áreas protegidas. O foco desta dissertação é o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), localizado na porção noroeste do Pará. Criado em 2001 com objetivo principal de proteger as pinturas rupestres da área, o PEMA é um exemplo típico dos conflitos advindos da criação de UCs na região amazônica. O objetivo deste trabalho é analisar os conflitos, envolvendo populações ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana, provocados pela criação do PEMA. A fim de atingir esse objetivo, o estudo se remete ao conceito de conflito desenvolvido por Simmel e à teoria social de Bourdieu. À luz de Simmel, o estudo considera os conflitos como instrumento de transformação da realidade. Os conflitos entre os atores ligados à temática do PEMA são entendidos como essenciais para alterar o atual cenário de suspensão de direitos a que estão submetidas às comunidades estudadas. Com base em Bourdieu, o trabalho identifica dois espaços sociais de disputas: o primeiro se define por embates pela apropriação dos recursos naturais (capital material); e o segundo é caracterizado por disputas entre os distintos projetos sociais de significação da natureza (espaço das representações ou capital simbólico).

Palavras-chave: conflitos; áreas protegidas; ribeirinhos; pinturas rupestres; Parque Estadual Monte Alegre.

ABSTRACT

The establishment of protected areas has impacted in several ways people situated inside or around protected areas. The focus of this study is State Park of Monte Alegre (Parque Estadual Monte Alegre - PEMA), located in the northwestern portion of Pará. Created in 2001 with the main objective to protect the rock paintings of the area, PEMA is a typical example of the conflicts involving *riparian* of Lages, Paituna and Santana, caused by the creation of PEMA. In order to achieve this goal, the study discusses the concept of conflict developed by Simmel and the social theory of Bourdieu. Based on Simmel, the study considers conflicts as tool to transform the reality. The conflicts between the social actors are seen as essential to change the current scenario of suspension of rights that communities are subject. Based on Bourdieu, the study identifies two social spaces of disputes: the first is defined by battles for ownership of natural resources and the second is characterized by disputes among the different projects of social significance of nature.

Keywords: conflicts; protected areas; riparian; rock paintings; Parque Estadual Monte Alegre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização das famílias de Lages, Paituna e Santana entrevistadas em 2011.....	20
Figura 2. Limites do Parque Estadual Monte Alegre (PA) e localização das comunidades de Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Lages, Paituna e Santana.....	33
Figura 3. Localização do município de Monte Alegre.	42
Figura 4. Áreas protegidas existentes no município de Monte Alegre (PA).	44
Figura 5. Aspectos do balneário das águas termais sulfurosas.....	46
Figura 6. Aspectos do balneário das águas termais sulfurosas.....	46
Figura 7. Cobertura da terra com as classes existentes no PEMA.	48
Figura 8. <i>Aratinga pinto</i> e <i>Saguinus sp</i>	49
Figura 9. Caverna de Itatupaoca e Pedra do Pilão	51
Figura 10. Pinturas rupestres - PEMA (PA).....	52
Figura 11. Área do PEMA proposta no Seminário e área do PEMA acordada na consulta pública	59
Figura 12. Zoneamento interno do PEMA proposto na Oficina.....	63
Figura 13. . Mapa de localização da APA PAYTUNA - Zona de Amortecimento do PEMA.....	64
Figura 14. População residente do município de Monte Alegre.....	73
Figura 15. População residente em Monte Alegre por situação de domicílio.....	74
Figura 16. Distribuição da população de Monte Alegre por sexo, segundo os grupos de idade – ano 2000.....	75
Figura 17. Distribuição da população de Monte Alegre por sexo, segundo os grupos de idade – ano 2010.....	75
Figura 18. Pessoas de 5 anos ou mais de idade residentes em Monte Alegre (PA) por condição de alfabetização.	76
Figura 19. População residente no Brasil e em Monte Alegre (PA) por cor ou raça (%).	77

Figura 20. Número de estabelecimentos agropecuários em Monte Alegre (PA) por condição do agricultor em relação às terras.	78
Figura 21. . Área dos estabelecimentos agropecuários em Monte Alegre (PA) por condição do agricultor em relação às terras.	79
Figura 22. Efetivo bovino (quantidade de cabeças de bois) em Monte Alegre.	80
Figura 23. Produção de Mandioca (toneladas) em Monte Alegre (PA).	80
Figura 24. Produções de arroz e feijão (toneladas) em Monte Alegre (PA).....	81
Figura 25. Sobreposição da área do PEMA com as posses dos moradores das comunidades.	86
Figura 26. Sobreposição do PEMA com áreas federais.....	88
Figura 27. Representação gráfica das interações (conflitos e alianças).....	122
Figura 28. Mapa – Retificação da área e dos limites do PEMA de acordo com o Anteprojeto de Lei contido no Anexo A.	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Percentual de famílias entrevistadas	21
Tabela 2. Sítios arqueológicos do Parque Estadual Monte Alegre (PA).....	51
Tabela 3. Recursos recebidos do Governo Federal pela prefeitura de Monte Alegre em 2010.....	82
Tabela 4. Dados demográficos das comunidades visitadas em Monte Alegre (PA)	90
Tabela 5. Distribuição da população por faixa etária das comunidades de Lages, Paituna e Lages (%)91	
Tabela 6. Tempo de residência na propriedade - entrevistados	91
Tabela 7. Escolaridade dos entrevistados	92
Tabela 8. Religião dos entrevistados.....	92
Tabela 9. Praticante/Não Praticante – Religião/Entrevistados.....	92
Tabela 10. Participação em organizações comunitárias - entrevistados	93
Tabela 11. Número de vezes que o entrevistado pesca por semana	94
Tabela 12. Variedades de plantios (tipos de cultivos - entrevistados).....	94
Tabela 13. Criação de animais – entrevistados.....	95
Tabela 14. Fonte de renda externa à propriedade – entrevistados	96

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAR-PA – Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado do Pará;
AGAPAM – Associação Gaúcha de Defesa do Meio Ambiente;
AM – Amazonas;
APA – Área de Proteção Ambiental;
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental;
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável;
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira;
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional;
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;
EMATER – Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural;
GEP – Grupo Espeleológico do Pará;
GO – Goiás;
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará;
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia;
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia;
ITERPA - Instituto de terras do Pará;
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia;
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi;
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista;
PA – Pará;
PARATUR – Companhia Paraense de Turismo;
PDA – Programa de Desenvolvimento da Amazônia;
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento;
PEMA – Parque Estadual Monte Alegre;
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal;
REDE CLIMA – Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais;
RJ – Rio de Janeiro;
RO – Roraima;
AS – Stakeholder Analysis;
SAGRI – Secretaria Estadual de Agricultura;
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia;
SECTAM – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará;
SEDECT – Secretaria de Estado, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia;
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará;
SEMA municipal – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Monte Alegre;
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática;
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
SPU – Secretaria de Patrimônio da União;
SR – Superintendência Regional;
UC – Unidade de Conservação;
UFPA – Universidade Federal do Pará;
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará;
UNB – Universidade de Brasília;
Z11 – Colônia dos Pescadores de Monte Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS	23
1.1. AS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS	23
1.2. MODELO DOMINANTE DE CONSERVAÇÃO	24
1.3. DIFERENTES ENFOQUES RELATIVOS À CONSERVAÇÃO	26
1.4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	28
1.5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRESENÇA DE POPULAÇÕES HUMANAS	30
1.6. OS CONFLITOS	32
1.7. O CAMPO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS	37
1.8. CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL E EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PAÍS	39
CAPÍTULO 2. MONTE ALEGRE E PEMA	42
2.1. MONTE ALEGRE: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	42
2.1.1. ASPECTOS CLIMÁTICOS	43
2.1.2. REDE HIDROGRÁFICA	45
2.1.3. ÁGUAS TERMAIS E SULFUROSAS.....	45
2.1.4. SOLOS	47
2.1.5. VEGETAÇÃO.....	47
2.1.6. FAUNA	49

2.1.7.	RELEVO, GEOLOGIA E ESPELEOLOGIA	50
2.2.	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MONTE ALEGRE.....	51
2.3.	PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE (PEMA)	54
2.4.	HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PEMA	55
2.5.	CONSULTA PÚBLICA	56
2.6.	PLANO DE MANEJO DO PEMA.....	60
2.7.	SITUAÇÃO ATUAL DO PEMA.....	65
CAPÍTULO 3. PINTA-CUIAS E RIBEIRINHOS.....		67
3.1.	MONTE ALEGRE: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	67
3.1.1.	DE GURUPATUBA À VILA DE MONTE ALEGRE	67
3.1.2.	CABANAGEM	68
3.1.3.	A EXPLORAÇÃO DA BALATA	70
3.1.4.	OS PINTA-CUIAS: ORIGEM E ESTABELECIMENTOS COLONIAIS	71
3.2.	CARATERIZAÇÃO SOCIAL DE MONTE ALEGRE.....	73
3.2.1.	POPULAÇÃO RESIDENTE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	73
3.2.2.	SEXO	74
3.2.3.	COMPOSIÇÃO ETÁRIA	74
3.2.4.	ESCOLARIDADE.....	76
3.2.5.	COR E RAÇA	76
3.3.	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DE MONTE ALEGRE.....	77
3.3.1.	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL	77
3.3.2.	OCUPAÇÃO E ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	78

3.3.3.	DEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RECURSOS FEDERAIS	81
3.4.	COMUNIDADES DE LAGES, PAITUNA E SANTANA.....	82
3.4.1.	IDENTIDADE: COMUNIDADE RIBEIRINHA.....	82
3.4.2.	COMUNIDADES RIBEIRINHAS: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	84
3.4.3.	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	85
3.4.4.	INFRAESTRUTURA DAS COMUNIDADES.....	89
3.4.5.	CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES	90
3.4.6.	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA.....	93
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DAS INTERAÇÕES – CONFLITOS E ALIANÇAS		97
4.1.	METODOLOGIA STAKEHOLDER ANALYSIS.....	97
4.2.	OBJETIVO DA ANÁLISE.....	99
4.3.	IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS	99
4.4.	CARACTERIZAÇÃO DOS STAKEHOLDERS	100
4.4.1.	NÍVEL NACIONAL: INCRA.....	100
4.4.2.	NÍVEL ESTADUAL: SEMA ESTADUAL.....	103
4.4.3.	NÍVEL ESTADUAL: EMATER.....	106
4.4.4.	NÍVEL ESTADUAL: PARATUR.....	108
4.4.5.	NÍVEL REGIONAL: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI.....	110
4.4.6.	NÍVEL MUNICIPAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	111
4.4.7.	NÍVEL LOCAL: COMUNIDADES DO PAE PAITUNA.....	113
4.5.	IDENTIFICAÇÃO DAS INTERAÇÕES (CONFLITOS E ALIANÇAS)	115
4.5.1.	CONFLITOS PELA APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO PEMA.....	115

4.5.2.	CONFLITOS DERIVADOS DA MULTIPLICIDADE DE PROJETOS DE USO E SIGNIFICAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS CONTIDOS NO PEMA	117
4.5.3.	ALIANÇAS ENTRE <i>STAKEHOLDERS</i>	120
4.6.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS CONFLITOS E ALIANÇAS.....	121
	CONCLUSÃO	123
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
	ANEXO A.....	137
	ANEXO B	140
	APÊNDICE A	141

INTRODUÇÃO

A Amazônia desperta o imaginário dos observadores e visitantes por sua extensão, exuberância e riquezas naturais. Além do gigantesco manancial de água doce, a floresta amazônica possui um enorme potencial de aproveitamento econômico, seja na produção de fármacos e cosméticos, seja na extração de minerais, de recursos madeireiros e de tantos outros produtos.

No entanto, desde a chegada do colonizador europeu, um traço em comum marca a penetração na floresta amazônica: a destruição do ambiente natural. O desmatamento da floresta e a conseqüente perda de biodiversidade suscitaram pressões internacionais e nacionais pela proteção da floresta e criação de unidades de conservação (UC) na Amazônia.

O modelo de unidades de conservação (UC) adotado no Brasil deriva da concepção de *áreas protegidas*, surgida nos Estados Unidos, em meados do século XIX. A criação das áreas protegidas tem como pressuposto principal proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Este modelo fundamenta-se na ideia de que a alteração e domesticação de toda biosfera pelo ser humano é inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, livres da intervenção humana.

As UCs criadas segundo esse modelo são, muitas vezes, resultado de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partem da suposição de que os remanescentes florestais e animais estariam acima do direito de uso das coletividades que moram nos seus limites territoriais. Passadas algumas décadas desde o surgimento das primeiras UCs no Brasil¹, fica evidente a questão: como compatibilizar os propósitos de conservação ambiental segundo a fórmula de áreas de exclusão de uso com a garantia do acesso às populações locais, que nem sempre são ameaçadoras à integridade de tais ambientes?

No Brasil, são inúmeros os conflitos provocados pela criação de áreas protegidas. Os conflitos em UCs são mais acentuados em áreas de proteção integral. Estas admitem apenas o uso indireto dos atributos naturais, isto é, não admite consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Os residentes da área devem ser indenizados e devidamente realocados pelo Poder Público (Lei nº 9.985/2000). A expulsão e/ou confinamento de populações em pequenas áreas no entorno de UCs geram conflitos entre moradores do local e instituições dedicadas à gestão da UC.

¹ Os primeiros parques brasileiros surgiram na década de 1930: Itatiaia, criado em 1937, e Iguaçu e Serra dos Órgãos criados em 1939.

² A pesquisa considerou família como grupo domiciliar.

O foco deste estudo são os parques (uma das categorias de UCs estabelecidas pela Lei do SNUC, de 18 de julho de 2000), mais especificamente o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), no estado do Pará, Brasil. Criado em novembro de 2001, o PEMA apresenta, além da beleza cênica, aspectos geomorfológicos e arqueológicos que justificaram sua criação. No entanto, a criação do PEMA provocou conflitos entre os órgãos responsáveis pela proteção da área investigada e as comunidades ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana, situadas no interior e nas imediações do PEMA. Além disso, na medida em que o PEMA foi implementado, a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em uma situação social de confronto entre si.

A aproximação da autora com a temática, a saber, conflitos em UCs na Amazônia, se iniciou em 2010, ano em que realizou pesquisa de campo em Monte Alegre (PA) no âmbito do Projeto Rede Clima. A Rede Clima (Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais) foi instituída pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) em meados de 2007 e é coordenada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Ela tem como objetivo gerar e disseminar conhecimentos a respeito das mudanças climáticas globais. A Rede Clima é formada por 13 Sub-Redes nacionais e envolve diversas instituições de pesquisa. O Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) coordena a Sub-Rede *Desenvolvimento Regional e as Mudanças Climáticas*. O objetivo desta Sub-Rede é identificar os impactos das mudanças climáticas na sustentabilidade do desenvolvimento de territórios produtivos na Amazônia, no Cerrado e no Semiárido.

Em 2010, pesquisadores que compõem a Sub-Rede *Desenvolvimento Regional e as Mudanças Climáticas* (CDS/UnB) realizaram trabalho de campo nos estados do Acre, Mato Grosso e Pará. Este trabalho teve como finalidade identificar a percepção das populações locais e dos formuladores de políticas públicas quanto aos impactos das mudanças climáticas em territórios da Amazônia. O estudo de caso no Pará concentrou-se em Santarém e Monte Alegre. Na ocasião, foram realizadas entrevistas com populações ribeirinhas do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Paituna (formado pelas comunidades de Lages, Paituna e Santana) e da comunidade de Curicaca, todas situadas em Monte Alegre.

Ao entrevistar os moradores das comunidades do PAE PAITUNA, a autora notou que ali havia uma questão de pesquisa relevante. Os entrevistados queixavam-se, sobretudo, da dificuldade de desenvolverem práticas agrícolas, devido às restrições impostas pela criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Dessa maneira, buscou-se entender e aprofundar a análise do pleito manifestado pelos ribeirinhos e desvendar a lógica dos conflitos derivados da criação desta unidade de conservação de proteção integral.

Neste sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar os conflitos, envolvendo populações ribeirinhas, provocados pela criação do PEMA. Os objetivos específicos do trabalho são:

- (1) Analisar os conflitos envolvendo as comunidades de Lages, Paituna e Santana, órgãos governamentais de nível federal, estadual e municipal, entidades da sociedade civil e instituições de pesquisa locais;
- (2) Conhecer as principais arenas (campos) de disputa relacionadas à criação do PEMA;
- (3) Levantar e analisar os conflitos referentes às restrições ao uso dos recursos naturais;
- (4) Levantar e analisar os conflitos referentes às diferentes percepções/representações da natureza, aos diferentes projetos de uso dos recursos naturais;
- (5) E analisar as mudanças sociais das populações locais provocadas pela criação do PEMA;

Para atingir os objetivos acima descritos, além da pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se segunda pesquisa de campo no Pará. Com auxílio de bolsa concedida pela Reitoria da UnB, foi realizada viagem aos municípios de Belém (PA), Santarém (PA) e Monte Alegre (PA), entre os dias 7 de agosto de 2011 e 6 de setembro de 2011. A coleta de dados foi feita a partir de instrumentos qualitativos e quantitativos. Foram aplicadas entrevistas estruturadas em Lages, Paituna e Santana, a fim de levantar dados socioeconômicos das comunidades (ver apêndice A). O software SPHINX foi utilizado para compilação e análise dos dados. Foram feitas também entrevistas abertas e semiestruturadas com atores de instituições-chave. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. Por fim, utilizou-se a metodologia *Stakeholders Analysis* para estudar os conflitos gerados pela criação do PEMA. Esta metodologia busca construir um modelo da dinâmica social por meio da descrição dos principais atores envolvidos no estudo de caso, seus papéis, responsabilidades, interesses, conflitos e alianças.

Durante a pesquisa de campo, os seguintes órgãos foram visitados e seus agentes entrevistados:

- (1) Instituto Peabiru (Belém);
- (2) Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém);
- (3) Instituto de Terras do Pará (ITERPA - Belém);
- (4) Companhia Paraense de Turismo (PARATUR - Belém);
- (5) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER – Escritório Central, em Marituba, e Escritório Local, em Monte Alegre);
- (6) Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA – Sede, em Belém, e Unidade Regional em Monte Alegre);
- (7) Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM – Santarém)
- (8) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO – Coordenação Regional de Santarém);
- (9) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – Superintendência Regional de Santarém – SR 30);
- (10) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- (11) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Monte Alegre)
- (12) Secretaria Municipal de Agricultura (Monte Alegre)
- (13) Secretaria Municipal de Saúde (Monte Alegre)
- (14) Secretaria Municipal de Pesca (Monte Alegre)
- (15) Colônia dos Pescadores de Monte Alegre (Z11) (Monte Alegre)
- (16) Horto Florestal (Monte Alegre)

Em 2011, existiam 129 famílias² nas comunidades de Lages, Paituna e Santana. No âmbito da pesquisa, foram entrevistados 37 moradores de Lages, Paituna e Santana³. Deste total, 27 entrevistas foram realizadas na comunidade Lages. A pesquisa se concentrou nesta comunidade por estar totalmente inserida no interior do PEMA e ser, portanto, a mais diretamente afetada pelas restrições ao uso dos recursos naturais. Realizaram-se também cinco entrevistas em Paituna e cinco entrevistas em Santana. O objetivo foi comparar os resultados das três comunidades e observar possíveis especificidades de Lages (ver tabela 1 e figura 1).

² A pesquisa considerou família como grupo domiciliar.

³ Buscou-se realizar entrevistas com o chefe de família. Nas casas em que ele não se encontrava, foram realizadas entrevistas com as pessoas que respondiam pelo estabelecimento na ausência do chefe.

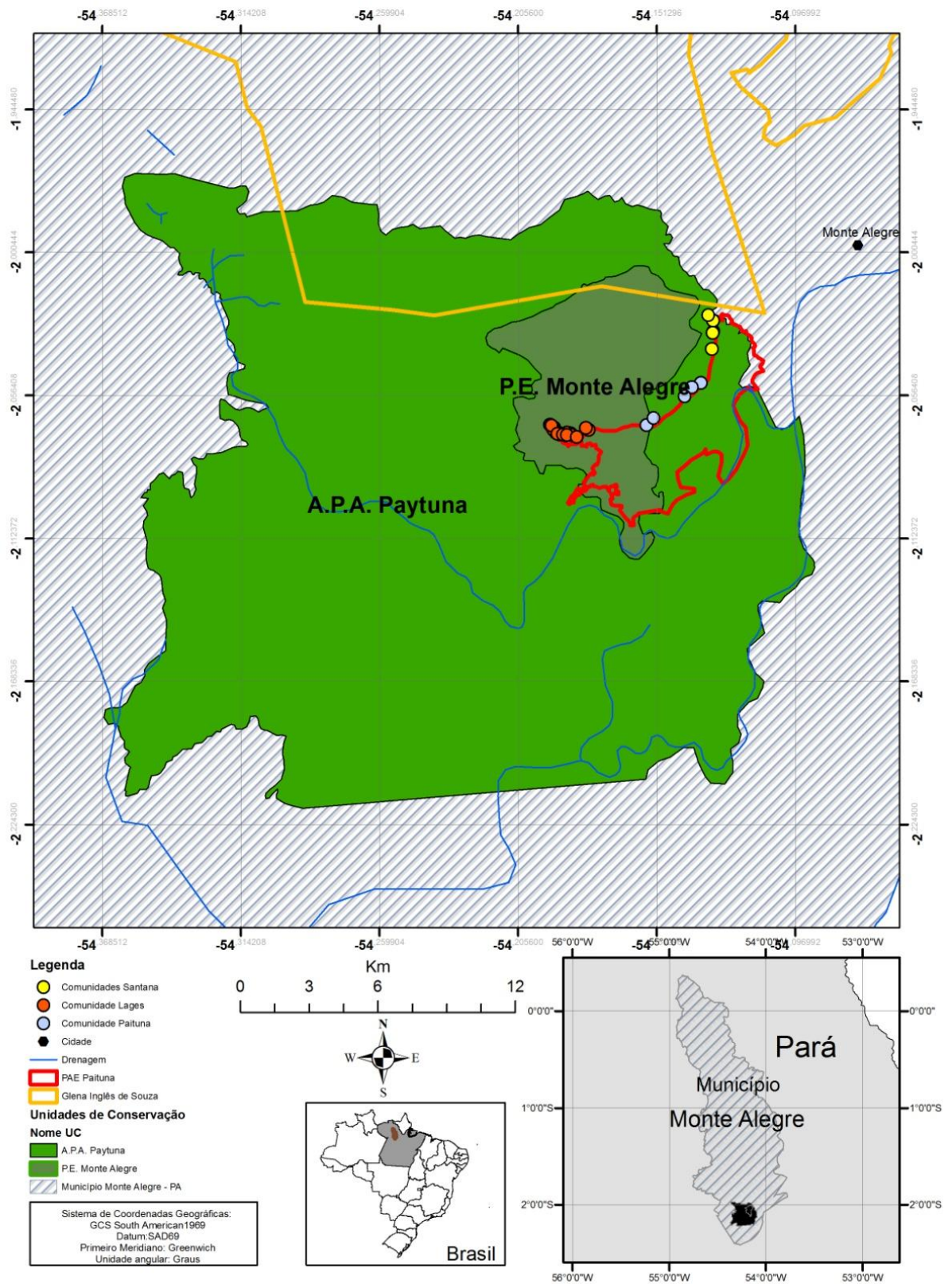


Figura 1. Localização das famílias de Lages, Paituna e Santana entrevistadas em 2011.

Autor: Felipe Torres (2012)

Tabela 1. Percentual de famílias entrevistadas

Comunidade	População	Número de famílias	Famílias entrevistadas
PAE Paituna	486	129	37 (28,6%)
LAGES	151	35	27 (77%)
PAITUNA	170	55	5
SANTANA	165	39	5

Fonte: Secretária de Saúde de Monte Alegre (SIAB/SESMA) – Agente de Saúde do PAE PAITUNA (Rosilda de Almeida Andrade); IBIAPINA (2011).

Na Amazônia, o difícil acesso às famílias dificulta a realização da pesquisa de campo. Dessa forma, as famílias entrevistadas foram selecionadas principalmente pelo critério de acessibilidade. Buscou-se também visitar o máximo de estabelecimentos possíveis evitando fatores de aglomeração que poderiam comprometer o estudo, como concentração geográfica (ver figura 1).

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma breve revisão da literatura a respeito das áreas protegidas no Brasil e no mundo. Apresenta-se também o debate em torno da presença de populações humanas em áreas protegidas. Posteriormente, o conceito de conflito desenvolvido por Simmel e a teoria social de Bourdieu são discutidos e utilizados para embasamento teórico da análise das disputas geradas pelo PEMA.

No capítulo 2, são apresentadas as características geográficas e ambientais de Monte Alegre e, particularmente, da área do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Ademais, faz-se uma descrição dos sítios arqueológicos existentes no município. Por fim, o processo de criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA – PA) e o Plano de Manejo do PEMA são analisados.

O foco do capítulo 3 é a população de Monte Alegre, mais especificamente, os ribeirinhos situados no entorno e no interior do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). São apresentadas informações históricas e socioeconômicas da região. Ao final do capítulo, o enfoque é dado às comunidades de Lages, Paituna e Santana. Faz-se um levantamento dos aspectos históricos e socioeconômicos das comunidades visitadas, com base nos dados coletados durante trabalho de campo realizado no estado do Pará em 2011.

No capítulo 4, a metodologia *Stakeholder Analysis* é utilizada para analisar os conflitos desencadeados pela criação do PEMA. Primeiramente, os atores são identificados e caracterizados de forma a se obter um “retrato” de seus aspectos históricos, missões,

responsabilidades, interesses e poder. Posteriormente, as principais arenas de interações (conflitos e alianças) são apresentadas. Por fim, faz-se uma representação gráfica que sintetiza essas interações.

A manifestação dos conflitos e o seu entendimento são aqui considerados como o primeiro passo para resolver os problemas advindos da criação do PEMA. No entanto, a falta de diálogo entre os atores envolvidos com a questão dificulta a resolução dos embates. Ao final do trabalho, chega-se a conclusão de que o desafio enfrentado pelos órgãos governamentais dedicados à conservação da natureza é imenso: criar áreas legalmente protegidas sem que isso prejudique o bem-estar dos povos que nelas residem.

CAPÍTULO 1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS

A presença de populações humanas no interior e no entorno de áreas protegidas gera conflitos com a administração das Unidades de Conservação (UC) e com outros órgãos dedicados à causa ambiental. Essas disputas estão relacionadas às restrições ao uso dos recursos naturais impostas às populações locais. Estas, após a criação da UC de proteção integral, ficam impedidas de realizarem práticas habituais, tais como a pesca, a caça, a extração mineral, a agricultura e a pecuária. Há também conflitos derivados da multiplicidade de percepções e significações da natureza que ocorrem tanto entre os órgãos governamentais quanto entre instituições envolvidas com a questão e comunidades afetadas pela criação da UC.

Primeiramente, este capítulo faz uma breve revisão da literatura a respeito das áreas protegidas no Brasil e no mundo. Posteriormente, é discutida a questão da presença de populações humanas em UCs. Em seguida, o conceito de conflito social de Simmel e a teoria de social de Bourdieu são analisados e utilizados a fim de compreender como os moradores de áreas protegidas se acomodam ou resistem às mudanças provocadas pela criação de Unidades de Conservação.

1.1. AS PRIMEIRAS ÁREAS PROTEGIDAS

Segundo dados da World Database on Protected Areas (2010), existem cerca de 120 mil áreas protegidas no mundo, que cobrem uma área de aproximadamente 21 milhões de quilômetros quadrados, área superior a duas vezes o tamanho do Canadá. Este número inclui áreas terrestres e marinhas. Considerando as áreas protegidas situadas em ambiente terrestre, chega-se a um total de 12,2% da superfície terrestre do planeta.

As áreas protegidas estavam presentes em diversas culturas antigas, inclusive nas primeiras culturas pré-agrícolas na Ásia e no Oriente Próximo. As primeiras diretrizes sobre a conservação da vida silvestre de que se tem registro foram elaboradas na Índia, no século IV A.C., quando todas as formas de uso e atividades extrativistas foram proibidas nas florestas sagradas. No Oriente Próximo, a evidência mais antiga de proteção à caça data de 700 A.C., quando nobres assírios criaram reservas para caça e treinamento militar (DAVENPORT & RAO, 2002).

A conscientização a respeito dos impactos das atividades humanas sobre a natureza e os seres vivos ampliou-se durante a Idade Média. Normas foram criadas com intuito de

proteger a grande fauna da Europa e conservar florestas. A maior parte dessas medidas tinha como objetivo principal a preservação de terrenos de caça para uso exclusivo dos abastados da época (DORST, 1973).

Nota-se, portanto, que originalmente, a ideia de conservar determinados espaços tinha duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a criação de reservas de caça. Foi somente na segunda metade do século XIX que surgiu a ideia de criação de espaços para o exclusivo benefício da vida selvagem (BENSUSAN, 2006).

A ideia de reservas com vastas superfícies nasceu nos Estados Unidos, em 1872, quando foi criado Yellowstone, o primeiro parque nacional do país. A partir de então, o novo conceito de proteção da natureza generalizou-se progressivamente pelo mundo. Vários países promulgaram leis para criação de áreas protegidas. Neste período, o conceito dominante era a delimitação de áreas onde a fauna e a flora estivessem protegidas contra o homem (DORST, 1973). Tratava-se, portanto, de proteger a natureza, proibindo toda e qualquer atividade humana em determinadas porções de território, conservando suas “condições originais”.

Inicialmente, pensou-se que bastaria subtrair um território a qualquer influência humana para conseguir convertê-lo em um “paraíso de animais” (DORST, 1973). Contudo, rapidamente percebeu-se muitas dificuldades. A tentativa de transformar áreas “intocadas” em reservas desencadeou conflitos com moradores que viviam no local. Em vários países, entre eles o Brasil, comunidades locais foram desalojadas e restrições ao uso dos recursos naturais foram impostas sem explicações e compensações, desencadeando conflitos sociais.

1.2. MODELO DOMINANTE DE CONSERVAÇÃO

O modelo de conservação ainda hoje dominante é marcado pelo princípio de que a natureza, para ser preservada, deve estar separada dos seres humanos (BRITO, 2000). A ideia da existência de oposição homem/natureza remonta à Grécia Antiga, quando o mundo natural era visto como o domínio do selvagem, do irracional em contraposição à racionalidade humana (COLCHESTER, 1997; DIEGUES, 2000). Segundo Aristóteles, a alma compreendia três elementos: a alma nutritiva, compartilhada pelos homens e vegetais; a alma sensível, compartilhada pelos homens e animais; e a alma racional e intelectual, presente unicamente nos seres humanos (THOMAS, 1988).

Tal doutrina, influenciada pela tradição judaica, fundou no Ocidente a crença no domínio do homem sobre a natureza. Em *Gênesis* (I, 28), a tarefa do homem era “crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra”. Portanto, cabia ao homem derrubar matas, lavar

o solo, eliminar predadores, drenar pântanos etc. O Antigo Testamento estabeleceu a autoridade ilimitada do homem sobre o mundo natural. O cristianismo, em sua forma ocidental, reforçou os alicerces morais para a confirmação dos direitos humanos sobre a natureza (THOMAS, 1988).

Foi no final do século XVII e início do século XVIII que este conceito atingiu forma mais elaborada. A tentativa mais notável de ampliar a diferença entre o homem e os animais foi formulada por René Descartes em torno de 1630. Tratava-se da tese de que os animais são meras máquinas, tal como relógios, capazes de comportamentos complexos, porém incapazes de falar e raciocinar. Para Descartes, a diferença entre os homens e os animais está fundamentada na existência de mente e alma na máquina humana, enquanto os animais são seres brutos desprovidos de almas.

O propósito explícito de Descartes fora fazer dos homens 'senhores possuidores da natureza'. Adequava-se bem à sua intensão que ele descrevesse as outras espécies como inertes e desprovidas de toda dimensão espiritual. Ao fazê-lo, instaurou um **corte absoluto entre o homem e o restante da natureza**, limpando dessa forma o terreno para o exercício ilimitado da dominação humana. (THOMAS, 1988, p. 41 – grifos da autora).

Na Europa, a partir de meados do século XVIII, começaram a surgir vozes destoantes quanto aos direitos ilimitados do homem sobre a natureza. Essas mudanças foram acarretadas, sobretudo, pelo crescimento desorganizado das cidades. A deterioração da vida urbana conduziu a valorização da vida rural, especialmente na Inglaterra. A vida bucólica no campo passou a ser procurada pela aristocracia que fugia dos centros urbanos poluídos. As paisagens naturais começaram a aparecer na literatura e na pintura como lugares fascinantes e fontes de renovação espiritual (THOMAS, 1988; DIEGUES, 1994).

No caso norte-americano, não havia qualquer tradição que pudesse comparar-se à Europa, nem nas letras, nem nas artes, nem nas manufaturas. Portanto, os estadunidenses voltaram-se para a admiração das grandiosas belezas naturais do país tornando-as parte de sua cultura, dando origem ao "mito da fronteira" (CONAN, 1993). Coube ao historiador Frederick Jackson Turner, em 1896, dar o tratamento teórico à conexão entre a vida na fronteira – concebida no final do século XIX como "terras selvagens" (*wilderness*) desertas e vazias – e o desenvolvimento dos valores e traços culturais americanos desejáveis. Turner argumentava que:

Ao se deslocarem para as terras incultas do Oeste, os imigrantes vindos da costa leste e da Europa abjuravam os ornamentos da civilização, redescobriam as suas energias raciais primordiais, reinventavam instituições democráticas diretas e, assim, fertilizavam-se com o vigor, a criatividade e a independência que constituíam as fontes da democracia e do caráter nacional americanos. (BARRETTO, 2001, p. 144).

Assim concebidas, as *wilderness* tornaram-se um lugar de redenção religiosa e de regeneração nacional. Se, como alegou Turner, as terras incultas foram tão cruciais na formação da nação norte-americana, então suas últimas amostras deveriam ser conservadas como monumentos do passado americano e como salvo-condutos para o futuro do país (BARRETTO, 2001). Assim, a natureza vazia, virgem e desprovida de seres humanos foi transformada, em meados do século XIX, em parques nacionais, como o de Yellowstone.

O conceito de natureza selvagem é central e ecoa até hoje em vários países. A visão norte-americana de *wilderness* expandiu-se no mundo com o conceito de áreas protegidas, sem moradores, causando inúmeros conflitos.

1.3. DIFERENTES ENFOQUES RELATIVOS À CONSERVAÇÃO

Nas últimas décadas, conforme Diegues (2000), observa-se o surgimento de correntes de pensamento que tratam diferentemente das questões ambientais. Cada enfoque possui atitudes específicas em relação à conservação da biodiversidade e formas distintas de entender a relação homem-natureza.

A primeira delas é a *Ecologia Profunda*, base do movimento ecocêntrico ou biocêntrico. Seus defensores afirmam ser o homem somente uma espécie entre as demais e, portanto, não possui o direito de dominação sobre os outros seres vivos. Os princípios básicos da *Ecologia Profunda*, desenvolvidos inicialmente pelo filósofo holandês Arne Naess, em 1972, e posteriormente retrabalhados por Bill Devall, George Sessions e Warwick Fox, são:

A vida humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; o florescimento da vida exige um decréscimo substancial da população humana. O florescimento da vida não humana requer tal decréscimo; a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas públicas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas. (DIEGUES, 2000, p. 9).

Em relação às áreas naturais protegidas, os autores da *Ecologia Profunda* consideram que a natureza deve ser preservada pelo seu valor intrínseco, independente da contribuição que possa trazer para bem-estar humano. Para essa corrente teórica, o mundo natural possui direitos próprios e as relações homem-natureza devem ser regidas por princípios éticos.

A Ecologia Profunda sofreu severas críticas da *Ecologia Social*. O principal expoente desta linha de pensamento é Murray Bookchin, professor de ecologia social e ativista ambiental norte-americano. Bookchin criou o termo *Ecologia Social* em seu trabalho *Ecology and Revolutionary Thought* (1964), no qual a degradação ambiental é vista como diretamente ligada aos imperativos do capitalismo. Para ele, a posição dos ecologistas profundos é neomalthusiana, pois ignora o fato dos atuais problemas ecológicos terem raízes nas questões sociais.

Para os ecologistas sociais, os seres humanos devem ser considerados seres sociais. Eles não são apenas uma espécie diferenciada – como pretendem os ecologistas profundos. Os humanos fazem parte de diferentes grupos, tais como: pobres e ricos; brancos e negros; jovens e velhos etc. A Ecologia Social propõe uma concepção mais ampla da natureza e da relação homem/mundo natural. No entanto, seguindo uma visão ecocêntrica, considera “o equilíbrio e a integridade da biosfera como um fim em si mesmo, insistindo que o homem deve mostrar respeito consciente pela espontaneidade do mundo natural” (DIEGUES, 2000, p. 20).

O terceiro enfoque é o do *Ecosocialismo*, também conhecido como *Ecomarxismo*. Este tem origem na década de 1960 com o movimento de crítica à concepção de mundo natural do Marxismo Clássico. Entre os ecomarxistas, está Moscovici que, em *Hommes Domestiques, Hommes Sauvages* (1974), ressalta a importância dos trabalhos de juventude de Marx para o entendimento da relação homem-natureza.

Moscovici (1974) direciona críticas ao culturalismo e ao naturalismo. Estas duas correntes, segundo o autor, possuem linguagens opostas. O culturalismo tem por princípio a ruptura entre sociedade e natureza. Esta corrente se apoia na história, na cultura e na sociedade e considera a natureza como a enfermidade do homem. Para os defensores do culturalismo, os esforços do homem tendem a aumentar a distância entre a sociedade e a natureza. O naturalismo, por sua vez, afirma a unidade entre homem e natureza, pois o primeiro está dentro do segundo. A natureza não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza e a natureza, seu mundo (DIEGUES, 2000).

Moscovici (1974) defende um *novo naturalismo*. De acordo com o autor, a natureza não deve ser compreendida separadamente das sociedades humanas, pois estas estão situadas na natureza que transformam, mas da qual dependem para sobreviver. Para o *novo naturalismo*, a natureza tem história que está cada vez mais interligada com a história das populações humanas. Essa linha de pensamento abre espaço para que a sociedade descubra “que a natureza não é uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio. Ao contrário, ela é a diversidade, a criação constante de diversidades, de existência complementar de cada espécie” (DIEGUES, 1994, p. 50).

O *novo naturalismo*, segundo Moscovici, parte de três principais básicos: 1) o homem produz o meio que o cerca e é seu produto, portanto é normal sua intervenção sobre o mundo natural; 2) a natureza é parte de nossa história, ela é sempre histórica e a história é sempre natural; 3) a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza (BRITO, 2000).

1.4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil deriva da concepção de áreas protegidas dos Estados Unidos e de atitudes mais próximas do enfoque biocêntrico/ecocêntrico. No Brasil, a primeira proposta de criação de parques nacionais foi bastante precoce. Em 1876, inspirado no Parque Nacional de Yellowstone, o engenheiro André Rebouças sugeriu a criação de dois parques nacionais no país: um na Ilha do Bananal (rio Araguaia) e outro em Sete Quedas (rio Paraná) (DRUMMOND; FRANCO; NINIS, 2005; PÁDUA, 1997).

Apesar da antiguidade das propostas de Rebouças, o primeiro parque brasileiro só foi criado em 1937, na divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Parque Nacional de Itatiaia. Em 1939, foram criados dois outros parques no país: o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (BENSUSAN, 2006).

Inicialmente, os parques nacionais foram criados sobretudo no Sul e Sudeste, Regiões mais populosas e urbanizadas do país. Somente a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas tropicais, o governo brasileiro criou os primeiros parques na Amazônia. Em 1974, foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba (PA) e, em 1979, dois novos parques foram criados na região amazônica: Pico da Neblina (AM) e Picaás Novos (RO) (DIEGUES, 1994). Desde então, o número de unidades de conservação (UCs) e a extensão das áreas protegidas para fins ambientais vêm crescendo aceleradamente tanto no nível federal como nos níveis estadual e municipal.

O aumento do número de unidade de conservação – atualmente 8,5% da superfície do Brasil está coberta por UCs federais⁴ – exigiu a sistematização e o gerenciamento de áreas protegidas no país. Dessa forma, a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabeleceu critérios e normas de criação, implantação e gestão das UCs. A nova lei definiu unidade de conservação como:

⁴ Fonte: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (LEI Nº 9.985, de julho de 2000).

Apesar de algumas impropriedades conceituais graves, dentre as quais o número desnecessariamente grande de categorias com objetivos de conservação semelhantes, a Lei do SNUC foi, sem dúvida, um avanço no sentido de organizar a diversidade de atos legais relativos ao estabelecimento de áreas naturais protegidas no Brasil (CÂMARA, 2002).

A principal inovação da Lei do SNUC foi a divisão das UCs em dois grupos: as áreas de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, e as áreas de uso sustentável, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Ao primeiro grupo, pertencem cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional – quando criado pelo estado ou município é denominado Parque Estadual ou Parque Natural Municipal –, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Sete categorias fazem parte do segundo grupo: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional – quando criada pelo Estado ou Município é denominada Floresta Estadual ou Floresta Municipal –, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural (DRUMMOND; FRANCO; NINIS, 2005).

O foco deste estudo são os Parques, estabelecidos para:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Lei nº 9.985/2000).

Por se tratar de uma área de proteção integral, o Parque não admite a moradia de pessoas em seu interior, mesmo as que habitam a região há dezenas e até centenas de anos⁵.

⁵ A Lei do SNUC (Art.42) só admite como solução para a presença de *populações tradicionais* em Unidade de Proteção Integral a sua remoção e reassentamento, a não ser em caso de superposição com áreas indígenas. O Art. 57 da referida Lei afirma que: “os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para [...] propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação” (Lei do SNUC).

1.5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRESENÇA DE POPULAÇÕES HUMANAS

O debate em torno da presença de populações humanas em áreas protegidas é polêmico e divide opiniões de biólogos da conservação, ambientalistas, gestores de unidades de conservação e outros interessados no tema. Nesta seção, são apresentados alguns aspectos que ajudam a compreender a questão de uso e conservação de recursos naturais em áreas protegidas e os consequentes conflitos derivados da criação de UCs.

Historicamente as populações localizadas no entorno e principalmente aquelas situadas no interior de áreas protegidas têm sido tratadas sem distinção como obstáculos aos objetivos da conservação da natureza. Muitos autores, entre eles Dourojeanni (2002), Milano (2002) e Drummond (2010), defendem um modelo mais restritivo e fechado de unidades de conservação (UCs), sob a alegação de que os humanos somente consomem e empobrecem a diversidade biológica. Para esses autores, os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as demais categorias de UCs de proteção integral são as únicas formas capazes de oferecer proteção irrestrita às espécies e aos *habitats* em risco de extinção. A exclusão de populações humanas e/ou as restrições impostas às atividades antrópicas no interior das UCs são consideradas medidas essenciais para garantir a proteção integral da área.

Esta visão é, em última instância, reflexo da ideia da existência de oposição entre homem e natureza. Para os autores citados acima, homem e natureza são sujeitos desvinculados, o primeiro visto como inimigo do segundo. De acordo com Diegues (1994), essa visão tem como fundamento o mito naturalista, segundo o qual existe uma natureza intocada, “pura”, que deve ser totalmente protegida do homem.

Para autores como Diegues (1994), Arruda (2000), Gómez-Pompa & Kaus (2000) e Colchester (1997), a natureza em estado puro não existe e as regiões naturais apontadas como virgens correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens. Descobertas científicas corroboram com esses argumentos, ao indicarem que praticamente todas as partes do globo, desde florestas boreais até os úmidos trópicos, foram habitadas, modificadas e/ou manejadas ao longo do passado humano. Baleé (1989), por exemplo, sustenta que a floresta amazônica possui vestígios de atividades culturais de passado remoto. De acordo com o autor, as populações que ali habitavam teriam manipulado e manejado recursos, como solos, plantas, animais de caça etc., de tal forma que teriam modificado substancialmente a natureza.

Os estudos mencionados deram margem ao fortalecimento de uma visão oposta à ideia da existência de uma dissociação intrínseca entre homem-natureza. Essa visão tem por pressuposto que populações que vivem em estreito contato com a natureza mantêm, por

definição, uma relação harmônica com esta. É uma reconstrução do mito do bom selvagem⁶. Ambas as visões (mito do bom selvagem e o mito da natureza intocada) precisam ser desmitificadas.

Na figura do bom selvagem “boa índole, manso e pacífico, vivendo em estado de inocência e isento de cobiça e ganância, graças à simplicidade de seus meios de subsistência e a modéstia de suas necessidades materiais” (ROUANET, 1999, p. 416) há um claro exagero. Deve-se afastar a visão romântica, segundo a qual as comunidades rurais são conservacionistas natas. Trata-se, evidentemente, de seres humanos com interesses heterogêneos dentro da própria comunidade, como ressalta Gómez-Pompa & Kaus (2000, p. 143): “o ponto não é criar um novo mito ou cair na armadilha do ‘selvagem ecologicamente correto’. Nem todos os agricultores ou criadores são sábios ou conservacionistas não reconhecidos”.

Ademais, a defesa da permanência de populações ditas “tradicionais” em áreas protegidas sob a alegação de que elas não trazem danos para a conservação da biodiversidade *in situ*⁷ – pelo contrário, contribuem para a diversidade biológica das regiões em que vivem – alimenta expectativas conservadoras quanto aos modelos produtivos atualizados por esses grupos (BARRETTO, 2006). Essa ideia, por um lado, conspira contra a autonomia dessas populações para decidirem sobre o seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e bem-estar social e, por outro lado, implica uma relação instrumental com as mesmas, ao torná-las reféns de uma definição (tradicional) exterior de si próprias (NUGENT, 1997; MURRIETA, 1998).

O futuro das políticas de conservação da biodiversidade não pode estar centrado unicamente na discussão da permanência ou não de populações humanas no interior de UCs, em função do maior ou menor grau de harmonia das relações que tais grupos mantêm com a natureza (BRITO, 2000). Essa discussão distrai a atenção para o problema central, qual seja:

Se a residência de grupos sociais, não importa se “tradicionais” ou “modernos”, em áreas protegidas ou ecossistemas críticos e frágeis é ou não ecologicamente compatível com a maioria dos objetivos de conservação; se ela é ou não politicamente evitável, dada a conjuntura socioambiental de muitos países e regiões, em especial os situados no domínio neotropical. (BARRETTO, 2006, p. 138).

⁶ O conceito de “bom selvagem” foi cunhado por Rousseau, em 1762. Bernardi (1974), explicitando a história do pensamento antropológico, relaciona este conceito à “fase iluminista” desta ciência. O iluminismo buscou uma explicação da cultura europeia vis-à-vis a cultura dos povos selvagens, introduzindo a ideia de “homem natural”, “bom selvagem”, aquele que está livre das superestruturas da civilização. Nessa fase, difundiu-se também a imagem de uma civilização selvagem, regida somente pelas leis da natureza (BRITO, 2000).

⁷ Conservação da biodiversidade *in situ* (unidades de conservação) e *ex situ* (jardins botânicos, jardins zoológicos etc.) (MILANO, 2001).

1.6. OS CONFLITOS

Não obstante as diferentes opiniões em relação à presença de populações humanas em unidades de conservação, são inegáveis os conflitos e impactos gerados pela criação de UCs. No Brasil, são inúmeros os casos de expulsão ou confinamento de populações em pequenas áreas no entorno de UCs (FERREIRA *et al.*, 2001).

Um exemplo elucidativo é o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), no Pará, criado pela lei Estadual nº 6.412, em 09 de novembro de 2001. Sua criação desencadeou conflitos entre diversos atores, tais como: a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e as comunidades de Maxirá, Maxirazinho, Ererê, Paituna⁸ e Santana, localizadas no entorno do PEMA e, principalmente, a comunidade de Lages, situada totalmente no interior do PEMA. Como foi descrito na introdução, o objetivo desta dissertação é analisar os conflitos envolvendo populações ribeirinhas, provocados pela criação do Parque Estadual Monte Alegre. O foco são os moradores do PAE PAITUNA, que correspondem às comunidades de Lages, Paituna e Santana (ver figura 2).

No debate científico e político na área social, há uma ampla gama de abordagens que tratam de conflitos. Sem pretender esgotar as discussões conceituais, nem abdicar do rigor científico, é apresentada aqui uma breve incursão nos debates em torno de *conflitos sociais*.

Diversos campos do conhecimento, da Psicologia à Economia, contribuíram para a interpretação de conflitos, como também de outras formas mais sutis de embates entre indivíduos, grupos sociais e Estados. No entanto, entre as várias disciplinas, parte do debate ficou até recentemente reduzido ao campo da Sociologia que, desde os seus primórdios, se dedica ao estudo dos conflitos, para a compreensão da sociedade moderna (NASCIMENTO, 2001).

De acordo com Vayrynen (1991), é possível diferenciar duas grandes correntes teóricas sobre o conflito na literatura das Ciências Sociais: *conflict resolution* e *conflict transformation*. Para a primeira abordagem, os conflitos são distúrbios na ordem dos sistemas sociais. Eles são considerados uma contingência negativa em um sistema equilibrado e, por isso, devem ser neutralizados ou mitigados. Para os defensores de *conflict resolution* (ou resolução de conflito), os conflitos são vistos como provisórios, devendo ser resolvidos de forma permanente por mecanismos de intervenção, tais como a mediação e a negociação (AN-NA IM & PESHKOVA, 2000; SEGATO, 2006).

⁸ Quatro famílias de Paituna também se encontram no interior do PEMA. Esta informação foi coletada, em agosto de 2011, no Escritório local da EMATER, em Monte Alegre (PA).

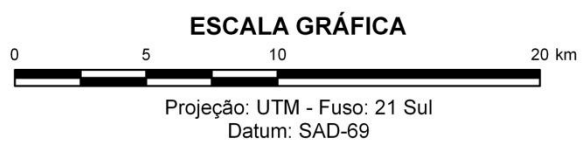
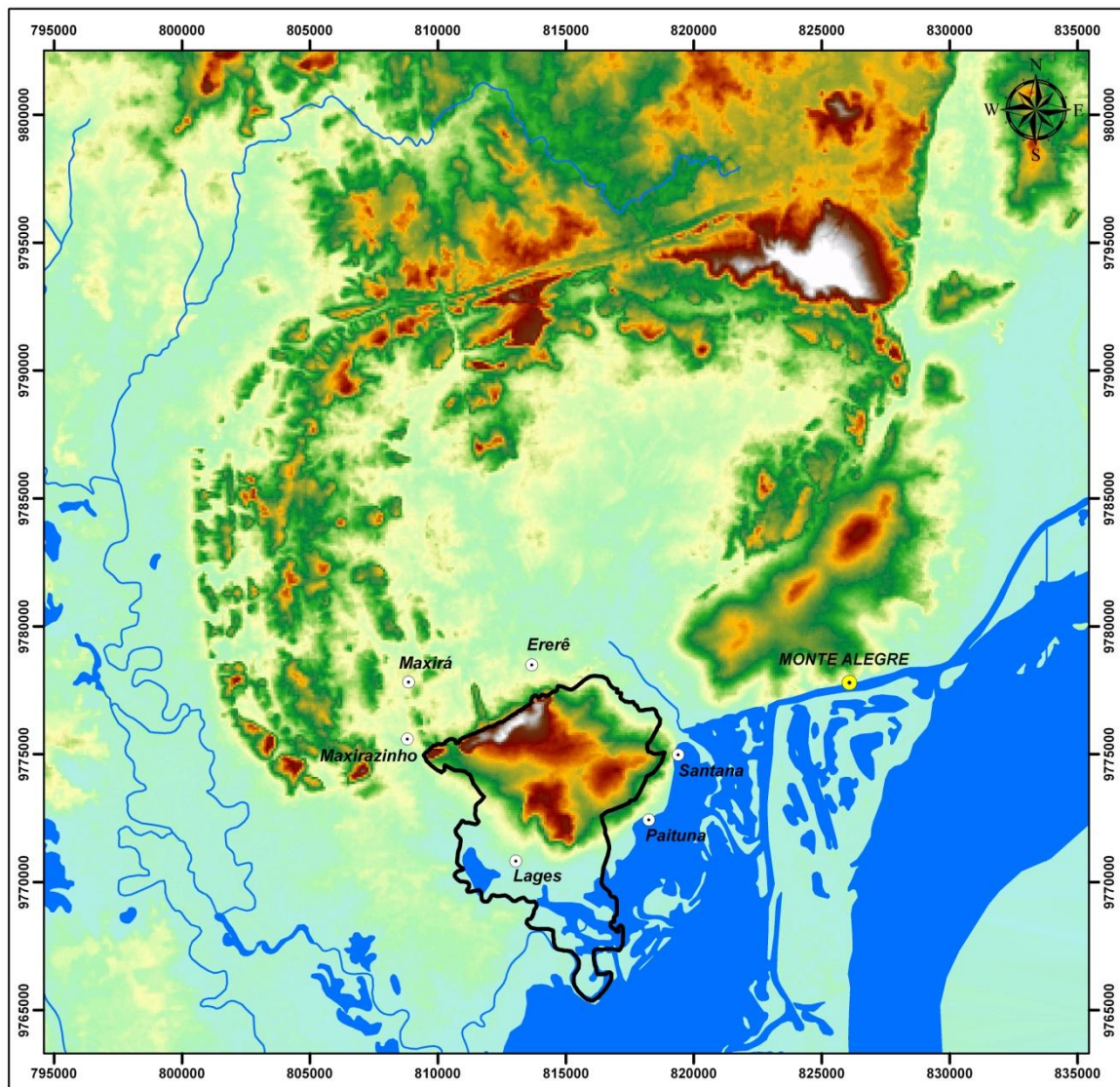


Figura 2. Limites do Parque Estadual Monte Alegre (PA) e localização das comunidades de Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Lages, Paituna e Santana.
Fonte: BRASIL, 2009.

Vários autores, como Pareto (RODRIGUES, 1984), Merton (1970) e, sobretudo, no âmbito do funcionalismo, com Parsons (1979), fazem parte da corrente teórica *conflict resolution*. Para eles, os conflitos são entendidos como anomia, ou seja, resultam da ausência de normas. Os conflitos são sinais de disfunção, de perturbação e de desequilíbrio da sociedade, devendo, portanto, ser reprimidos. A negatividade do conceito é explícita. Segundo esses autores, os conflitos decorrem do mau funcionamento do sistema e criam problemas para a sociedade moderna (NASCIMENTO, 2001).

A segunda abordagem entende que os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores de mudanças. Aqui o conflito assume uma positividade ímpar. Para os defensores de *conflict transformation* (ou transformação do conflito), o conflito é fenômeno natural que transforma eventos, relações entre os atores envolvidos e seus criadores (LEDERACH, 1995). Esta abordagem reconhece que, sem confrontos, as transformações e os crescimentos pessoais, comunitários e sociais não seriam possíveis. O conflito deve ser visto, portanto, como um agente transformador (AN-NA IM & PESHKOVA, 2000).

Em contraposição à negatividade pura, descrita pelos autores da corrente *conflict resolution*, o conflito contém algo de positivo para Marx e Simmel, autores pertencentes à abordagem *conflict transformation*.

Para Marx, o conflito deriva da luta de classes, considerada o motor da história da humanidade. Em outras palavras, é ela a responsável pelas transformações sociais e pelo progresso. Como os interesses das classes sociais ou, para empregar o jargão marxista, do proletariado e da burguesia são inconciliáveis, a única hipótese de solução dos conflitos desta natureza é a destruição de um dos termos da tensão (NASCIMENTO, 2001).

De acordo com Marx, a noção de conflito aparece como tensão no interior das estruturas sociais, ou em seus próprios termos, como antagonismo entre a infra e a superestrutura. A primeira é constituída essencialmente pelas forças e relações de produção; na superestrutura figuram as instituições jurídicas e políticas, bem como o modo de pensar, as ideologias e as filosofias (ARON, 2003). Marx considera que as sociedades modernas são eivadas de contradições, de tipos muito distintos, mas todas submetidas à contradição maior, a saber, a contradição entre capital e trabalho. Porém, Nascimento (2001, p. 93) pondera que:

Se a concepção do conflito em Marx é rica, tende, no entanto, ao reducionismo, ao querer submeter todas as tensões sociais ao conflito central. Desta forma, estes se transformam em epifenômenos sociais, sem realidade própria. Perde, seu corpo teórico, grande parte de sua riqueza,

deixando escapar as nuances e particularidades da profusão de conflitos que conformam nossa sociedade. (NASCIMENTO, 2001, p. 93).

É em Simmel que a noção de conflito reveste-se da maior positividade e, por isso, este trabalho se atém mais detalhadamente às contribuições do autor. Para Simmel (1983), os conflitos são inerentes à própria formação da sociedade. Eles são partes integrantes das relações humanas, sendo responsáveis pelas mudanças nos grupos de interesse, uniões e organizações.

Para Simmel (1983), o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes, uma maneira de restituir a unidade perdida, ainda que por meio da aniquilação de uma das partes conflitantes. Assim, o confronto não constitui sinal de falta de integração das sociedades, mas sim elemento vital para a renovação e unidade das mesmas. De acordo com Simmel (1983), o conflito é uma das formas mais vivas de interação, constituindo uma forma de sociação:

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação. (SIMMEL, 1983: 122).

Segundo o autor, a sociedade, para alcançar determinada configuração, necessita de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. Ambas as relações – antitética e convergente – são encontradas em situações historicamente reais. Essas discordâncias não são meras deficiências sociológicas ou exemplos negativos, como preveem Parsons (1979) e Merton (1970). Para Simmel (1983), a sociedade resulta de ambas as categorias de interação que são inteiramente positivas. O desaparecimento de energias de repulsão não resulta numa vida social mais rica e mais plena, mas num fenômeno irrealizável, da mesma maneira se o grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses.

Há um equívoco, segundo o qual um dos dois tipos de interações (a discordância) desfaz o que o outro (a unidade) constrói, e aquilo que eventualmente fica é o resultado da subtração dos dois. Na realidade, deveria ser o resultado da soma (SIMMEL, 1983). Simmel explica que esse mal-entendido deriva do duplo sentido do conceito de unidade. Normalmente, a unidade significa consenso e concordância entre indivíduos que interagem, em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias. Entretanto, a unidade também possui um sentido mais abrangente, referindo-se à síntese total das relações de um grupo de pessoas, ou seja, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais.

O duplo sentido de discordância reforça essa impressão. Quando a discordância mostra seu caráter negativo e destrutivo entre indivíduos particulares, conclui-se ingenuamente que ela deve ter o mesmo resultado para o grupo. Contudo, “algo que é negativo e prejudicial entre indivíduos, se considerado isoladamente e visando uma direção particular, não tem necessariamente o mesmo efeito no relacionamento total desses indivíduos” (SIMMEL, 1983, p. 125). Segundo Simmel (1983), os elementos negativos e duais podem ter um papel inteiramente positivo no quadro mais amplo, apesar da destruição que podem causar em relações particulares.

Portanto, os conflitos são, para Simmel (1983), partes integrantes da trama social e fundamentais para a integração do grupo. Entretanto, o autor afirma que as relações de conflito, por si mesmas, não podem produzir uma estrutura social. A socialização ocorre somente em cooperação com forças unificadoras. Segundo Simmel (1983, p. 128), “a essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas”. Somente a junção dos elos associativos e dissociativos constitui a relação social como uma unidade viva e concreta.

Simmel (1983) destaca ainda a necessidade de centralização em caso de conflito. A guerra precisa de uma intensificação centralista da forma grupal. Por essa razão – afirma Simmel – o exército é a mais centralizada de todas as organizações do grupo total. “O exército é a organização na qual a regra incondicional da autoridade central exclui qualquer movimento independente dos elementos. Por isso, cada impulso procedente daquela autoridade se traduz em movimento do todo, sem qualquer perda de dinâmica” (SIMMEL, 1983, p. 152).

Por fim, o autor ressalta que o conflito possui uma função integradora. Para Simmel, quando o grupo entra em antagonismo com um poder exterior a ele, ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação. Em outras palavras, em condição de paz, o grupo pode permitir que membros antagônicos convivam em seu interior. Mas em condição de conflito os membros se aproximam tão estreitamente e ficam sujeitos a um impulso tão uniforme, que eles precisam concordar ou se repelir completamente. De fato, o conflito é de extrema importância para a articulação da unidade. O conflito é mais a oportunidade para as unificações do que o propósito das mesmas. Para Simmel (1983, p. 157):

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. (SIMMEL, 1983, p. 157).

1.7. O CAMPO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

Nas sociedades contemporâneas, uma modalidade particular de conflito adquiriu importância: os conflitos em torno do meio ambiente, em sentido lato, ou dos recursos naturais, em sentido estrito (THEODORO, 2005). Segundo Little, os conflitos socioambientais são “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p. 107).

Os conflitos ambientais são emblemáticos das contradições entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. E, ao contrário da visão funcionalista, para a qual os conflitos são um simples sinal de que algo não vai bem, há que se considerar que na disputa entre atores há uma positividade (ACSELRAD, 2004). Este trabalho assume, portanto, a noção de conflito desenvolvida por Georg Simmel, ou seja, considera-se o conflito como meio para atenuar as divergências, sendo fator de coesão social e não de distúrbio.

Para compreender e interpretar os conflitos ambientais verificados na modernidade, além de Simmel, este estudo se remete à teoria social de Bourdieu. O meio ambiente é aqui analisado como um campo específico de construção e manifestação de conflitos. De acordo com Bourdieu (1983), o campo é um espaço estruturado, onde se constituem relações de concorrência e de disputa de poder entre agentes nele situados. O autor descreve o espaço social como um *campo*. Trata-se, ao mesmo tempo, de:

Um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Em Bourdieu, o significado de *campo* é apreendido a partir de uma perspectiva relacional do mundo social. Para Bourdieu (1996, p. 16), “o real é relacional”. Assim, indivíduos ou grupos ocupam posições relativas num espaço social e travam embates, cada qual com possibilidades diferenciadas de obter êxito. As posições são consideradas relativas por serem definidas umas com relação às outras, de acordo com os respectivos volumes de poder que possuem. Segundo Ribeiro (2008):

Bourdieu define um campo como uma série de relações e inter-relações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição; ele é feito de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão. Dentro de um campo, tudo faz sentido em termos relacionais por meio de oposições e distinções. Estratégias de cooperação ou conflito entre atores determinam se uma

doutrina particular é hegemônica, não obstante seus sucessos ou falhas. (RIBEIRO, 2008, p. 110).

O campo ambiental, tal como os campos político e jurídico descritos por Bourdieu, se constitui em um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas entre os agentes nele encontrados (OLIVEIRA, 2004). Neste espaço, os agentes se esforçam para conservar ou transformar a estrutura das relações existentes. Especificamente, no interior do campo ambiental, os agentes estão dispostos de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos.

De acordo com Acselrad (2004), é possível discriminar dois espaços onde se definem as relações de poder nas sociedades. Para efeitos da questão ambiental, o primeiro deles é o espaço da distribuição do poder sobre o “capital material”. Neste espaço, se configura a capacidade diferencial dos agentes de terem acesso à terra fértil, a fontes de água, aos recursos naturais vivos etc. O segundo é o espaço onde se confrontam as representações, valores e percepções que organizam as diferentes visões a respeito do mundo natural. Trata-se do espaço onde ocorrem disputas pelo “capital simbólico” da natureza.

Dessa forma, os conflitos no campo ambiental decorrem de disputas em torno das distintas formas de apropriação e uso de recursos naturais territorializados bem como de embates pela legitimação/deslegitimação de representações e significações também diversas, atribuídas ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2004). Em suma, os conflitos ambientais devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território.

Ambos são, por certo, espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. (ACSELRAD, 2004, p. 23).

Os conflitos ambientais, portanto, envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação e significação do território. Originam-se quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade de suas formas de apropriação e de percepção do meio ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes de práticas de outros grupos sociais.

1.8. CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL E EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO PAÍS

No Brasil, o marco político fundador mais conhecido na história dos conflitos em torno de questões ambientais é a luta da população de Porto Alegre (RS) contra a indústria de celulose Boregaard (hoje Riocel), no início da década de 1970. Dali surgiu a Associação Gaúcha de Defesa do Meio Ambiente (AGAPAM), um movimento social pela conservação da qualidade ambiental. Neste contexto, é importante lembrar-se de Henrique Luiz Roessler, responsável pela criação, em 1955, da primeira entidade de proteção ambiental do Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza. Roessler foi a principal referência para os fundadores da AGAPAM, sendo escolhido como patrono da entidade, ao lado do Padre Balduino Rambo.

Outro caso ilustrativo é o longo conflito entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a população trabalhadora de Volta Redonda (RJ). No início dos anos 1980, ocorreram as primeiras grandes greves na CSN por melhorias salariais e de condições de trabalho (LOPES, 2004). A instauração de ação civil pública responsabilizando à CSN pela poluição da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul e, posteriormente, a descoberta da leucopenia, doença grave, aparentada ao câncer, causada pela emissão do gás benzeno pelas indústrias da CSN desencadearam a “ambientalização” dos conflitos sociais em Volta Redonda, conforme relata Lopes (2006):

O caso de Volta Redonda tem um interesse particular pela clareza com que se vê ocorrer um processo histórico de passagem de intensos e importantes conflitos situados no interior da fábrica, por questões trabalhistas levadas adiante pelo sindicato operário, para uma situação de conflito da cidade contra a fábrica, por motivos ambientais de poluição industrial. Nessa passagem de uma década para a outra, dos anos 1980 para meados dos anos 1990 em diante, se dá a "descoberta da poluição" na cidade, se intensifica nacionalmente a questão pública da preservação do meio ambiente, e ocorre localmente uma "ambientalização" dos conflitos sociais (LOPES, 2006, p. 44).

Além dos conflitos citados acima, há confrontos mais antigos no país, porém menos conhecidos. Segundo COSTA (1995), já em 1881, tem início, em Pirenópolis (GO), uma polêmica sobre a poluição do Rio das Almas, que, nascendo na Serra dos Pirineus, levava para a cidade todos os detritos da Companhia de Mineração Goyana. A partir de 1884, essa polêmica assumiu contornos mais exaltados e, em março de 1887, culminou com a invasão e a destruição das instalações da Companhia por cerca de 30 moradores de cidades próximas ao local.

Inúmeros outros fatores, tais como a proliferação de garimpos, o processo de abertura de fronteiras agrícolas na Amazônia, a instalação de grandes projetos hidrelétricos, provocaram conflitos graves entre populações que historicamente ocupavam as terras e os novos atores que chegavam ao local – garimpeiros, técnicos governamentais e colonos. Portanto, a história dos conflitos ambientais no Brasil é rica em experiências (BURSZTYN, 2001).

O presente trabalho trata especificamente dos conflitos provocados pela criação de unidades de conservação de proteção integral. Estes estão relacionados a dois fatores principais: (1) a institucionalização de restrições legais ao uso de recursos naturais em áreas protegidas; (2) e a multiplicidade de projetos de uso e significação dos recursos ambientais. Observa-se, portanto, a existência de dois espaços sociais de disputas: o primeiro define-se por embates pela apropriação dos recursos naturais (capital material); e o segundo (espaço das representações) é caracterizado por disputas entre as distintas formas sociais de significação do meio natural. Assim, os conflitos entre os diferentes atores envolvidos na criação de áreas protegidas se devem tanto à inviabilização de práticas locais, em função das restrições ao uso dos recursos naturais, quanto ao choque de valores e ideologias sobre a natureza.

Na primeira dimensão do conflito, verifica-se que, a criação de UCs, ao restringir o uso dos recursos naturais, atinge desfavoravelmente as atividades desenvolvidas em suas vizinhanças. Dessa forma, a criação de uma área de proteção integral pode inviabilizar a pequena agricultura familiar e/ou a pesca artesanal. As normas restritivas ao uso de recursos naturais, como opção por um tipo de política de conservação da biodiversidade, impõem impactos negativos aos moradores localizados nas proximidades da UC ou em seu interior.

Na segunda dimensão do conflito, nota-se o choque de valores entre os distintos grupos envolvidos. Esse choque está associado à política de conservação da biodiversidade, que conectou grupos de atores cujos interesses, visões de mundo e objetivos são muitas vezes conflitantes. Esse processo criou arenas específicas de conflito entre atores heterogêneos.

A visão de mundo natural dos conservacionistas ocidentais é uma construção cultural não necessariamente partilhada por outros povos e civilizações que têm visões muito diferentes de sua relação com o que chamamos de natureza. (COLCHESTER, 1997 *apud* DIEGUES, 2000, p. 8).

Existem, dessa forma, várias percepções (ou olhares) sobre a área transformada em unidade de conservação: a percepção das populações urbanas, marcada pela noção do belo, do selvagem e do intocável; a percepção de parte da comunidade científica, que veem

nela um conjunto de habitats que possuem espécies ameaçadas de extinção; e a percepção das populações locais, sobretudo as rurais. Para essas últimas, a área é, sobretudo, o *lugar onde vivem*, o espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados (DIEGUES, 2000). Esses três olhares se cruzam muitas vezes de forma conflitiva, desencadeando um embate político, como demonstra Diegues (2000, p. 27):

O olhar das elites urbanas (políticas, ambientalistas) tende a privilegiar o estético, o paradisíaco, e também o “selvagem”, enquanto que as comunidades locais privilegiam o *lugar*, o espaço onde vivem, onde trabalham e se reproduzem socialmente, isto é, o seu território. (DIEGUES, 2000, p. 27).

Por fim, é importante ponderar que os conflitos gerados pela criação de unidades de conservação de proteção integral envolvem relações de poder desiguais (instituições governamentais x populações locais). Trata-se, portanto, de conflitos assimétricos que ocorrem entre atores situados em posições distintas de poder.

Em suma, os conflitos em unidades de conservação são trabalhados nesta dissertação a partir da noção de campo de Bourdieu. No âmbito do campo ambiental, tomado como campo de forças e campo de luta simbólica, constatam-se disputas não só por recursos naturais, mas também pela imposição de representações específicas da natureza. Ademais, os conflitos, a luz de Simmel, são considerados positivos, uma vez que podem modificar a situação das populações do entorno de UCs. Neste sentido, os conflitos e as interações entre as partes são vistos como um dos primeiros passos para a resolução ou negociação dos embates.

É a partir dessas linhas teóricas que este estudo analisa os conflitos envolvendo as populações ribeirinhas de Paituna, Santana e Lages, provocados pela criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Considera-se que o entendimento e a eventual resolução dos conflitos entre os ribeirinhos e os demais agentes governamentais envolvidos com o Parque podem alterar o atual cenário de suspensão de direitos dos moradores locais e, assim, eliminar os impedimentos legais de plantar roças, de reformar residências (muitas vezes bem deterioradas), de extrair recursos florestais essenciais a sua sobrevivência, dentre tantas outras restrições impostas pela criação do PEMA.

CAPÍTULO 2. MONTE ALEGRE E PEMA

Neste capítulo são apresentadas as características geográficas e ambientais de Monte Alegre e, particularmente, da área do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Ademais, faz-se levantamento e descrição dos sítios arqueológicos existentes no município. Por fim, são analisados o processo de criação do PEMA, o Plano de Manejo do Parque e a atual situação da UC investida.

2.1. MONTE ALEGRE: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Monte Alegre está localizado na porção noroeste do estado do Pará e se situa na margem esquerda do rio Amazonas. Pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, Microrregião de Santarém, entre as coordenadas de 00°22'52" de latitude norte e 02°25'34" de latitude sul, e de 53°41'10" de longitude leste e de 54°54'13" de longitude oeste (BRASIL, 2009). Monte Alegre ocupa uma área de 18.152,508 km² e faz fronteira com os municípios de Almeirim, Alenquer, Santarém e Prainha⁹. A cidade de Monte Alegre, sede municipal, se situa na porção sul-sudeste do município (ver figura 3).

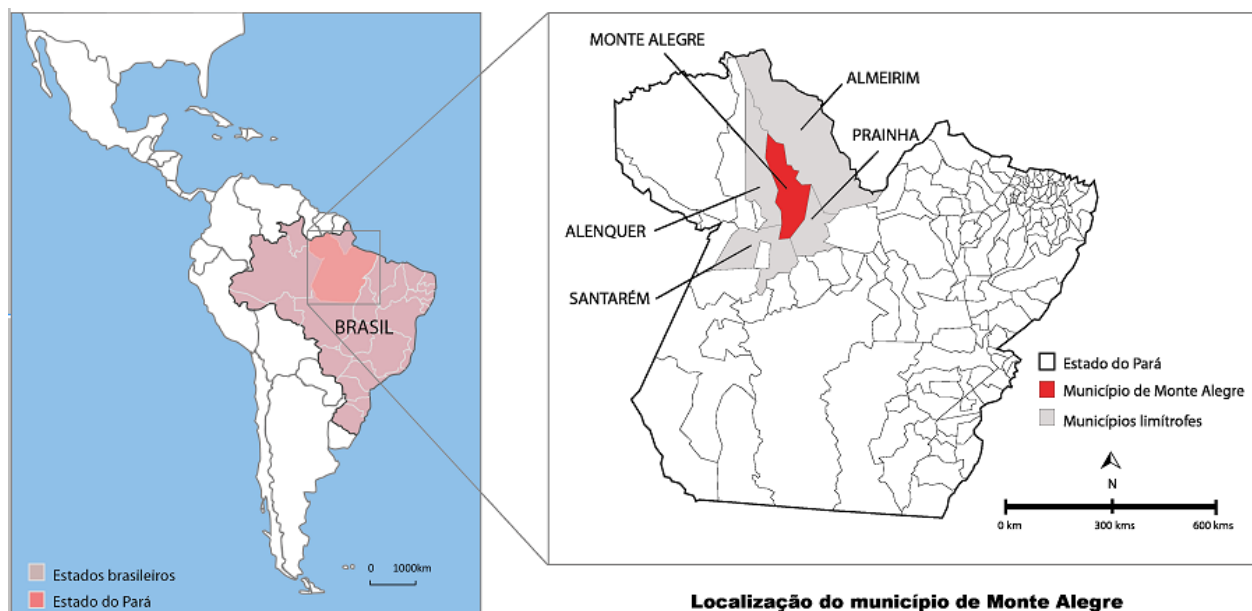


Figura 3. Localização do município de Monte Alegre.
Autora: Stéphanie Nasuti (2012).

⁹ Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 11 de dezembro de 2011.

Mais de 50% da área de Monte Alegre é coberta por áreas protegidas (ver figura 3). O Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), com área de 58 Km² e perímetro de 46.377m, está inserido em sua totalidade na Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna (ver figura 4) (BRASIL, 2009)¹⁰. Além dessas duas unidades de conservação estaduais, o município apresenta outras quatro UCs, das quais três são estaduais (Estação Ecológica do Grão-Pará, Reserva Biológica Maicuru e Floresta Estadual do Paru) e uma é federal (Floresta Nacional de Mulata). Além disso, Monte Alegre possui uma Terra Indígena, chamada de Rio Paru d'Este (BRASIL, 2009).

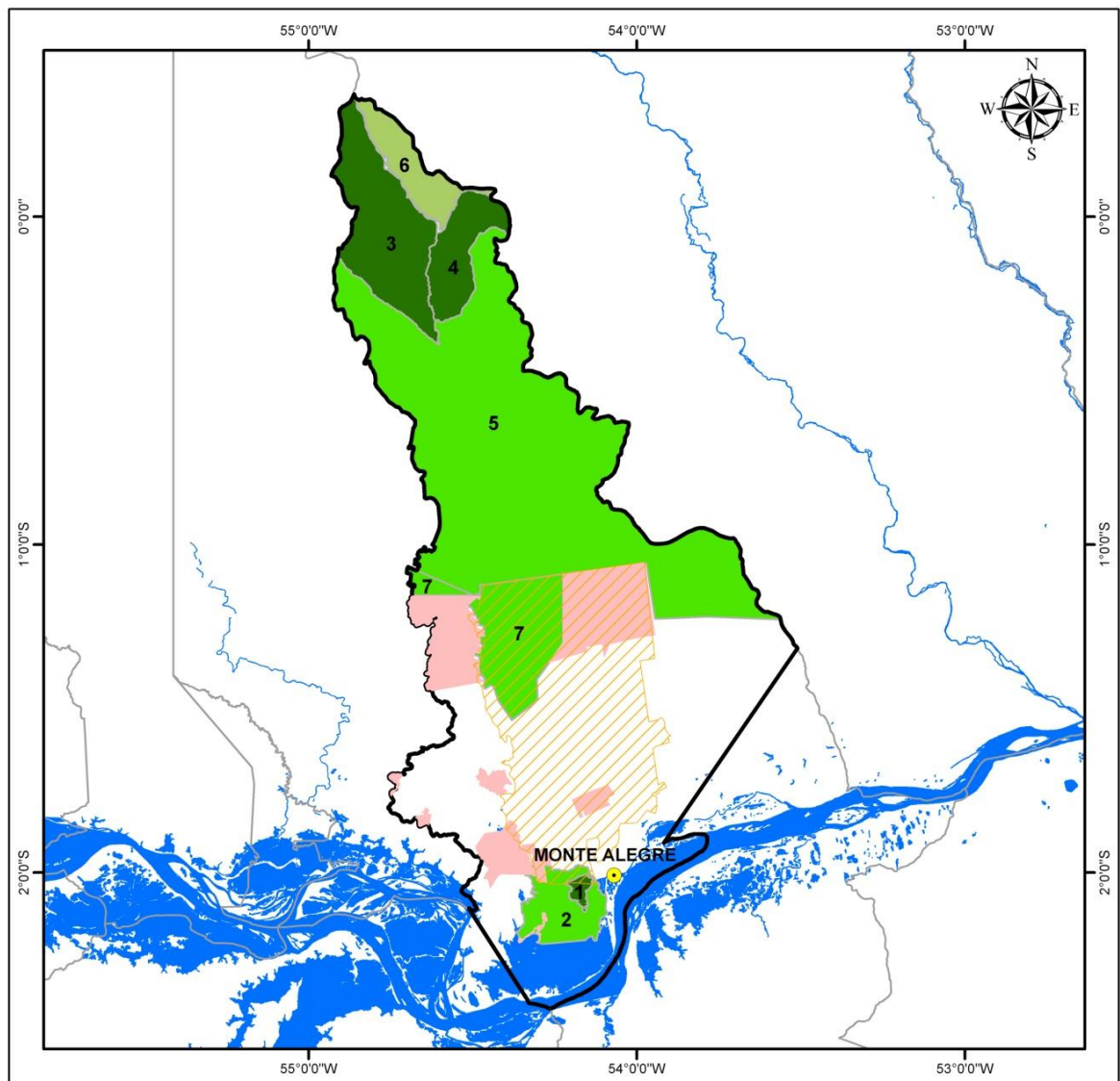
2.1.1. ASPECTOS CLIMÁTICOS

Segundo a classificação de Köppen (1948), o município de Monte Alegre enquadra-se no macroclima AW (Clima Tropical Chuvoso), caracterizado por uma estação seca, acentuada no período de inverno, e por uma estação chuvosa que ocorre no período de verão (BRASIL, 2009).

As precipitações anuais em Monte Alegre atingem em média 1.780mm. Há duas estações bem definidas no município. A primeira estação, mais chuvosa, ocorre entre dezembro e junho, com precipitações pluviométricas médias mensais superiores a 200mm. Nesta estação, destaca-se o mês de abril, auge do período chuvoso, que contribui com até 18% do total anual de chuva. A segunda estação, menos chuvosa, se estende de julho a novembro, com médias pluviométricas mensais por vezes inferiores a 60mm. Outubro e novembro são os meses mais secos, contribuindo, individualmente, com apenas 2% do total anual de chuva (BRASIL, 2009; SILVA, 2008).

As temperaturas médias mensais em Monte Alegre variam de 25,7°C a 27,0°C. A média das temperaturas máximas varia de 30,0°C a 32,5°C e, por sua vez, a média das temperaturas mínimas varia de 21,0°C a 22,0°C. A umidade relativa do ar na região acompanha o ciclo anual das precipitações e, normalmente, apresenta valores elevados, com média anual de 72,8% e valores médios mensais entre 62,8% (outubro) e 79,9% (março e abril) (SILVA, 2008).

¹⁰ O ICMS Ecológico é um benefício financeiro destinado aos municípios que tomem atitudes em prol do meio ambiente. Este benefício é dado na forma de repasses de recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios. Embora o Pará não possua ICMS Ecológico, em março de 2011, o Governo do estado lançou o Programa Municípios Verdes, que dentre várias ações prevê a implementação do ICMS Ecológico no estado. No ato do lançamento do programa, o governador enviou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que trata do ICMS Ecológico e pediu exame em regime de urgência. Fonte: < <http://www.icmsecologico.org.br>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2012.



ESCALA GRÁFICA



Projeção: UTM - Fuso: 21 Sul
Datum: SAD-69



LEGENDA

- | | |
|---------------------------------|--------------------------|
| Limite Estadual - Pará | Área de Estudo |
| Limite Municipal | Rios Principais |
| Limite Municipal - Monte Alegre | Capital Estadual - Belém |
| Áreas de Proteção Integral | Sede de Monte Alegre |
| Áreas de Uso Sustentável | 1 - PE Monte Alegre |
| Terras Indígenas | 2 - APA Paytuna |
| PIC Monte Alegre | 3 - ESEC Grão-Pará |
| Áreas do INCRA | 4 - REBIO Maicuru |
| | 5 - FLOTA Parú |
| | 6 - TI Rio Paru d'Este |
| | 7 - FLONA de Mulata |

Figura 4. Áreas protegidas existentes no município de Monte Alegre (PA).
Fonte: BRASIL (2009).

2.1.2. REDE HIDROGRÁFICA

A rede hidrográfica de Monte Alegre é composta por diversos rios e lagos de diferentes volumes. O rio Amazonas é o mais importante curso de água do município. Devido as suas dimensões, o Amazonas influencia os aspectos físicos da região. Outros rios importantes para o município são: o rio Gurupatuba, que desemboca no rio Amazonas, tendo o rio Paituna como afluente à esquerda; o rio Paraná de Monte Alegre, desenhando-se quase como uma continuação do rio Gurupatuba; e, por fim, o rio Maicuru com seus diversos afluentes, desembocando no Lago Grande (BRASIL, 2009).

Os lagos de Monte Alegre são muitos. Eles estão concentrados principalmente na porção sul do município, nas bacias dos rios Amazonas e Maicuru. O Lago Grande, com cerca de 35 km de largura, é um dos maiores lagos do estado do Pará. Há ainda os lagos de: Socoró, Acari, Tucuman, Panacum, Paituna, Jacarecapá, Piracaba, Taxipá etc. Além do potencial paisagístico e turístico, os lagos de Monte Alegre desempenham um papel fundamental na economia municipal uma vez que são grandes habitats de pescado (BRASIL, 2009).

O Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) é drenado principalmente por dois rios: o Maicuru e o Paituna. No interior do PEMA, há também lagos de várzea que estão sujeitos às sazonalidades do rio Amazonas. O mais conhecido deles é o Lago das Dores. No período de cheia, o Lago das Dores permite o deslocamento dos moradores locais até a cidade de Monte Alegre por via aquática. No período de seca, contudo, ele isola a população do centro urbano por esta via. O Lago das Dores é fundamental para a comunidade de Lages, pois dele são retirados os recursos pesqueiros para a alimentação das famílias que ali vivem. Em geral, os lagos situados no PEMA não são propícios ao banho devido à grande quantidade de “cauxi”¹¹ encontrado em suas águas.

2.1.3. ÁGUAS TERMAIS E SULFUROSAS

Na área de influência do PEMA existem fontes termais sulfurosas. As águas passaram por análises e foram classificadas como água mineral alcalino-bicarbonatada, sulfurosa e isotermal. Alguns estudos ressaltam as propriedades terapêuticas das termais e sua temperatura fixa, de 36°C (TANCREDI & SILVA, 1997).

¹¹ O cauxi é uma esponja de água doce que se fixa nas árvores até o limite da inundação do rio. Quando morrem, as esponjas liberam grande quantidade de pequenos espinhos (espículas) que constituem seu esqueleto. A irritação provocada por essas espículas atormenta aqueles que inadvertidamente encostam-se às esponjas ou que nadam em águas onde é alta a sua concentração (OLIVEIRA, A., 2001).

No passado, a área foi muito visitada pelas propriedades medicinais das águas termais sulfurosas, mas atualmente o local está abandonado (ver figuras 5 e 6). A Prefeitura de Monte Alegre detém as licenças de exploração da estrutura superficial das termais, mas não detém o direito de lavra. No local, existem uma piscina e quatro banheiras. Há também estrutura de bar, restaurante e campo de futebol.



Figura 5. Aspectos do balneário das águas termais sulfurosas
Autora: Izabel Ibiapina
Data da foto: 21 de agosto de 2011.



Figura 6. Aspectos do balneário das águas termais sulfurosas.
Autora: Izabel Ibiapina.
Data da foto: 21 de agosto de 2011.

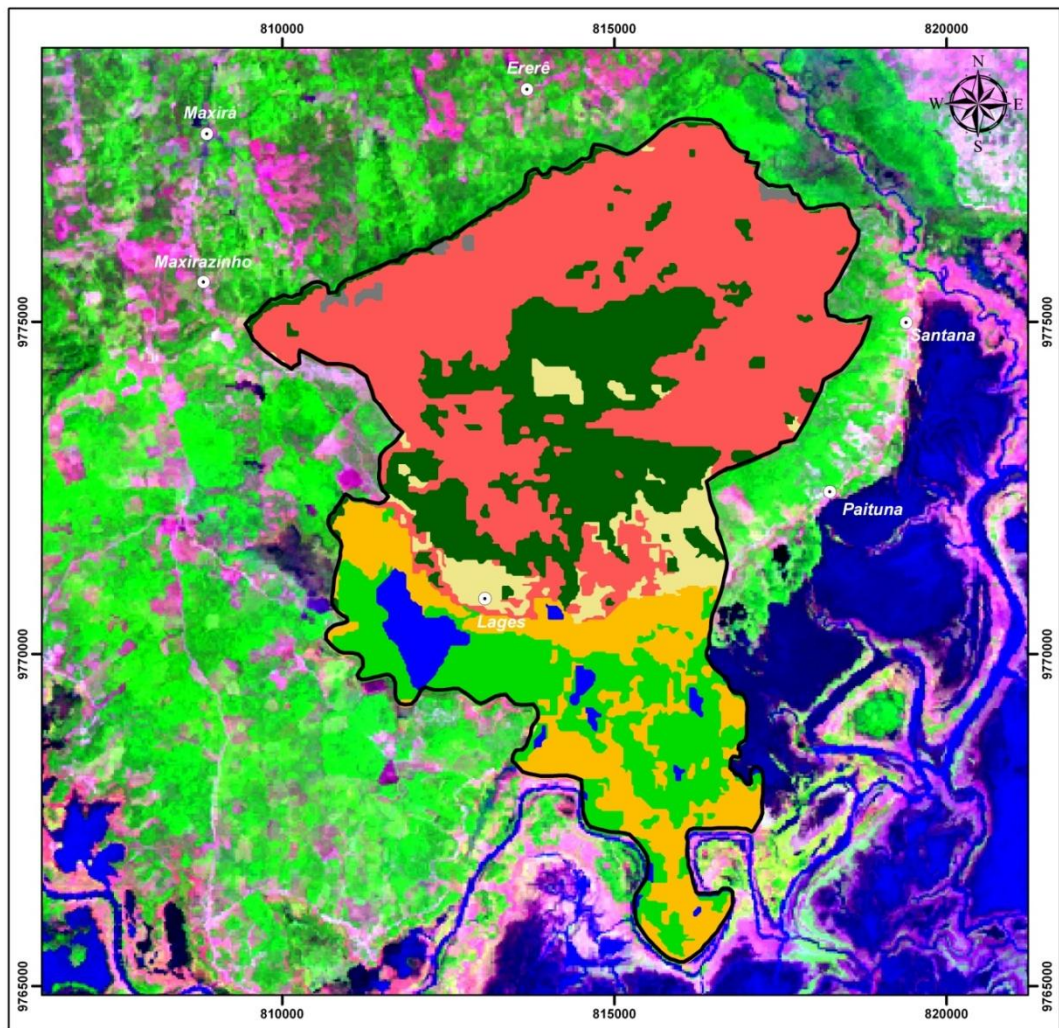
2.1.4. SOLOS

Os solos de Monte Alegre apresentam diversidade oriunda das feições topográficas e geológicas da região. Nas áreas de terra firme predominam solos do tipo latossolo. A maior parte da área do PEMA é coberta por solos arenosos. Nos terrenos de várzea, os tipos “Glei” e “lateritas hidromórficas” são predominantes. Os aluviões, ricos em matéria orgânica, são encontrados nos leitos e em algumas porções nas margens dos principais rios (SILVA, 2008).

2.1.5. VEGETAÇÃO

Várias tipologias vegetais características do ambiente amazônico são encontradas em Monte Alegre. Contudo, na região de estudo – Parque Estadual Monte Alegre e seu entorno – predominam os campos de terra firme (SILVA, 2008). Em manchas de extensão reduzida, são encontrados no PEMA resquícios de floresta tropical (floresta ombrófila) em diversos graus de antropização e, ao sul do parque, há algumas regiões de várzea (ver figura 7) (BRASIL, 2009).

Os campos de terra firme, também conhecidos como “Campos de Monte Alegre”, concentram-se nas Serras do Ererê, Paituna e suas imediações. Assemelham-se fitofisionomicamente aos campos de cerrado do Brasil Central. Porém, de acordo com Takeuchi (1960), algumas diferenças podem ser assinaladas entre eles, tais como: as espécies dominantes, o número de indivíduos de cada espécie e a existência de espécies endêmicas. Na região, há as seguintes variações de cerrado: campos limpos (sem vegetação lenhosa); campos sujos (com arbustos de até 3m de altura); e cerrados (com árvores pequenas de até 6m de altura) (SILVEIRA; PINHEIRO; PINHEIRO, 1984).



Projeção: UTM - Fuso: 21 Sul
Datum: SAD-69

LEGENDA

	Limite Estadual - Pará		CLASSES DE COBERTURA
	Limite Municipal		Floresta Ombrófila (20%)
	Limite de Monte Alegre		Cerrado (44%)
	Limite do Parque		Formações Pioneiras (14%)
	Área de Estudo		Campos de Várzea (13%)
	Capital Estadual - Belém		Áreas Antropizadas (5%)
	Sede de Monte Alegre		Rios e Lagos (3%)
	Comunidades		Nuvens e Sombras (1%)

Figura 7. Cobertura da terra com as classes existentes no PEMA.
Fonte: BRASIL (2009).

2.1.6. FAUNA

Estudos realizados na região de Monte Alegre atestam a existência de considerável diversidade de animais. Os peixes de interesse comercial representam o componente da fauna da região mais conhecido. Em levantamentos realizados nos portos e áreas de desembarque de Monte Alegre, foram listadas mais de 120 espécies de peixes comerciais (SILVA, 2008).

O município de Monte Alegre também chama a atenção dos ornitólogos pela diversidade de aves que possui. Somente na região do PEMA e arredores, foram registradas 261 espécies de aves, de 59 famílias (BRASIL, 2009). Entre elas, está a *Aratinga pintoi*, uma espécie de psitacídeo que se encontra na lista estadual de aves ameaçadas de extinção (SILVA, 2008) (ver figura 8).

As espécies mais frequentes de mamíferos avistadas em Monte Alegre são: tamanduás-de-colete (*Tamandua tetradactyla*); saguis (*Saguinus midas*); raposas (*Cerdocyon thous*); caititus (*Pecari tajacu*); veados-mateiros (*Mazama americana*); e veados-fubocas (*Mazama gouazoubira*) (ver figura 8). De forma geral, a diversidade de mamíferos encontrada no PEMA foi baixa em relação ao padrão da região, correspondendo a cerca de 20% (BRASIL, 2009).



Figura 8. *Aratinga pintoi* e *Saguinus sp.*

Autor: João Meireles.

Data da foto: Desconhecida.

Fonte: SILVA (2008); BRASIL (2009).

2.1.7. RELEVO, GEOLOGIA E ESPELEOLOGIA

Em Monte Alegre, duas unidades maiores de relevo podem ser identificadas: a Planície Amazônica e o Planalto das Guianas. Na Planície Amazônica, situada ao sul do município, são encontradas grandes extensões de áreas aplainadas que têm como característica a ausência de drenos definitivos, denominada planície de inundação ou várzea amazônica. O Planalto das Guianas situa-se na porção norte do município. Ele é constituído por rochas cristalinas pré-colombianas e é caracterizado por apresentar picos montanhosos (SCHNEEBERGER & FARAGO, 2003). Em Monte Alegre, o ponto culminante do Planalto das Guianas está localizado na Serra do Itauajuri, com aproximadamente 360m de altitude. Devido ao processo de desmatamento em áreas planálticas, os deslizamentos de terra são comuns na região. Esses deslizamentos ampliam a extensão da planície e, conseqüentemente, causam assoreamento do rio Gurupatuba (CARVALHO, 2010).

Sob o ponto de vista geológico, Monte Alegre se destaca no contexto da Amazônia brasileira por concentrar, em uma área relativamente pequena, afloramentos de rochas paleozoicas e terciárias. Uma das principais estruturas geomorfológicas da região é o chamado Domo de Monte Alegre. Este, de acordo com SILVEIRA; PINHEIRO; PINHEIRO (1984), foi resultado de processos tectônicos recorrentes na região há centenas de anos. O Domo de Monte Alegre consiste em uma estrutura oval com diâmetros de 15m x 25m, na qual estão desenhadas inúmeras serras isoladas, entre elas as serras do Paituna, Ererê, Maxirá e Itauajuri (SILVA, 2008; BRASIL, 2009).

O Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA) está localizado na borda sul da estrutura dômica. No bloco topográfico do PEMA, destacam-se três conjuntos principais de elevações: (1) as serras alinhadas NE-SO representadas pelas serras do Ererê e do Juruba, com elevações pouco acima de 250m; (2) a chamada Serra do Paituna, posicionada a aproximadamente 2 km ao sul da Serra do Ererê, com cerca de 200m de altitude; (3) e serras a SE com cotas topográficas de 150m a 170m, sem denominações próprias (BRASIL, 2009).

O PEMA também está repleto de grutas e cavernas. A principal caverna do local é a gruta de Itatupaoca, localizada na Serra do Ererê (ver figura 9). Há ainda uma escultura rochosa notável no PEMA, chamada de Pedra do Pilão (ver figura 9), localizada na Serra do Paituna. Este cenário faz do município e, especialmente, da área do Parque um dos alvos mais importantes para estudos geológicos referentes à Bacia Amazônica (SILVA, 2008).



Figura 9. Caverna de Itatupaoca e Pedra do Pilão
 Autores: Izabel Ibiapina; desconhecido.
 Datas das fotos: 18 de agosto de 2011; desconhecida¹².

2.2. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MONTE ALEGRE

Monte Alegre é o terceiro município do estado Pará em número de sítios arqueológicos com arte rupestre. Até o momento, estão cadastrados 26 sítios arqueológicos em Monte Alegre. Deste total, 15 estão dentro dos limites do Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA). Todos os sítios localizados no interior PEMA apresentam pinturas rupestres (BRASIL, 2009). Os sítios e sua localização são apresentados na tabela 2:

Tabela 2. Sítios arqueológicos do Parque Estadual Monte Alegre (PA)

Nome do sítio	Localização
Serra da Lua	Serra do Ererê
Serra do Sol	Serra do Ererê
Pedra do Mirante	Serra do Ererê
Gruta de Itatupaoca	Serra do Ererê
Gruta do Pilão	Serra do Paituna
Painel do Pilão	Serra do Paituna
Gruta 15 de Março	Serra do Paituna
Abrigo da Coruja	Serra do Paituna
Pedra do Pilão	Serra do Paituna
Gruta da Baixa Fria I	Serra do Paituna
Gruta da Baixa Fria II	Serra do Paituna
Abrigo do Irapuá	Serra do Paituna
Painel da Baixa Fria	Serra do Paituna
Caverna do Diabo	Serra do Bode
Pedra do Navio	Serra do Paituna

Fonte: PEREIRA (2003).

¹² Fonte: <<http://forum.brfoto.com.br>>. Acesso em 19 de janeiro de 2012.

Apesar de as pinturas rupestres serem o vestígio arqueológico mais conhecido de Monte Alegre, outros tipos de materiais arqueológicos, como cerâmicas e artefatos em pedra, também ocorrem na região, mas poucas pessoas têm conhecimento e nunca foram datados. As cerâmicas encontradas no município foram caracterizadas como Cultura Santarém presente em toda a região do Baixo Amazonas.

As características estilísticas das pinturas rupestres de Monte Alegre não encontram paralelo no restante do Brasil. A arte rupestre encontrada no município é a única que utiliza determinadas formas da rocha, tais como orifícios, arestas ou protuberâncias, para compor as figuras ou dar volume a elas. Nas pinturas rupestres da região, foram identificados cinco temas: antropomorfos, mãos, zoomorfos, biomorfos e grafismos puros (BRASIL, 2009) (ver figura 10).

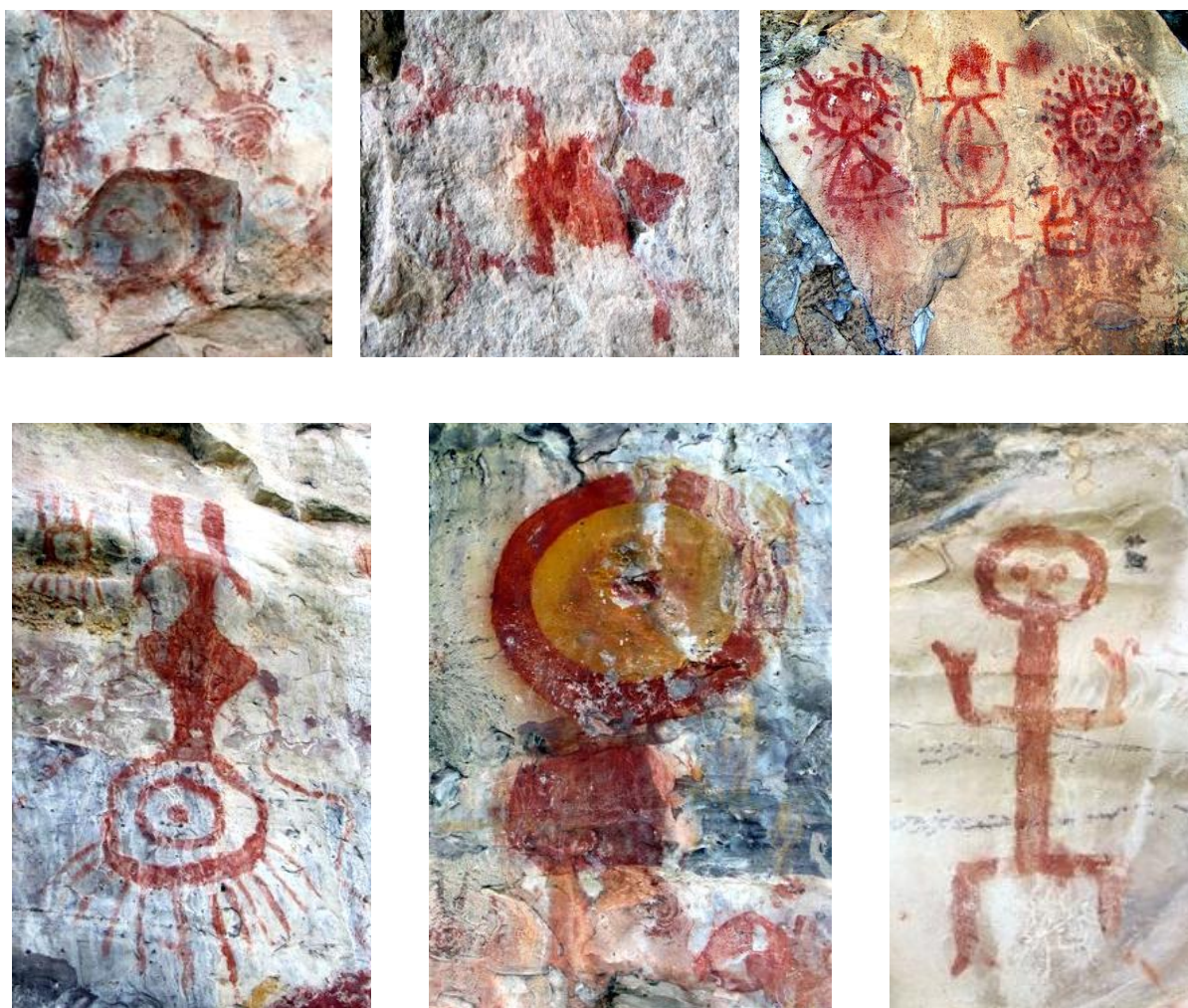


Figura 10. Pinturas rupestres - PEMA (PA)
Autora: Izabel Ibiapina.
Data da Foto: 18 de agosto de 2011.

Os sítios arqueológicos de Monte Alegre foram visitados nos séculos XIX e XX por naturalistas, viajantes, geólogos e espeleólogos (WALLACE, 1979; HARTT, 1895; KATZER, 1933; RAUSCHERT, 1956). O primeiro registro das pinturas rupestres da região foi feito pelo naturalista inglês Alfred Wallace que, em 1845, percorreu a região e descreveu as figuras encontradas:

[No] alto penhasco [...] havia algumas das inscrições que eu há muito desejava ver. Elas foram executadas com tinta vermelha, em traços que pareciam feitos esfregando-se pedaços de outra rocha, que em alguns lugares tem aquela cor. Tais desenhos [...] não estavam em forma alguma estragados pelas intempéries. Ninguém sabia coisa alguma a respeito da antiguidade deles. Consistiam em representações de várias figuras, rudemente traçadas; algumas representavam animais, como jacarés e pássaros; outras, coisas semelhantes a utensílios domésticos; e outras, círculos e demais figuras geométricas; havia ainda algumas de formas as mais complicadas e fantásticas (WALLACE, 1979, p. 196).

Além de Wallace, o geólogo canadense Charles Frederick Hartt contribuiu significativamente aos estudos pioneiros sobre geologia e arqueologia na Amazônia. Durante sua viagem ao Baixo Amazonas, conhecida como Expedição Morgan, em 1870, Hartt fez uma minuciosa descrição das pinturas rupestres de Monte Alegre, discorrendo sobre as formas e as dimensões das figuras, seu estado de conservação, a técnica de execução e a matéria-prima utilizada para a confecção. No trabalho desenvolvido por Hartt (1895) foram publicados, pela primeira vez, os desenhos das figuras da região (PEREIRA, 1992).

Em 1933, o geólogo Frederich Katzer publicou na obra *Geologia do Estado do Pará* (1933) descrições de aspectos geológicos do Baixo Amazonas e informações a respeito das pinturas rupestres de Monte Alegre. Segundo Katzer, ao norte da Serra do Ererê, há “um grande bloco isolado de arenito, com a superfície lisa, [...] o qual está [...] cheio de inscrições e desenhos indígenas”. Nesse mesmo local, Katzer encontrou uma ossada humana. A descoberta o induziu a concluir que o local representava, segundo suas próprias palavras, “um monumento sepulchral” no qual deveriam estar enterrados chefes indígenas (KATZER, 1933, p. 115).

Apesar das relevantes informações levantadas pelos viajantes acima descritos, apenas no início da década de 1980, os sítios arqueológicos de Monte Alegre começaram a ser estudados de forma sistemática e científica. Em 1984, o Grupo Espeleológico do Pará (GEP) iniciou um projeto no município com objetivo de registrar e explorar as cavernas da região. Os resultados da pesquisa foram publicados em *Roteiro Espeleológico da Serra do Ererê e Paituna – Monte Alegre (PA)* (Silveira; Pinheiro; Pinheiro, 1984). Neste trabalho, o

GEP registrou a existência de seis sítios arqueológicos com pinturas rupestres e apresentou um mapa com a localização dos sítios e algumas fotos das pinturas.

Em 1986, o arqueólogo uruguaio Mário Consens visitou Monte Alegre e cadastrou os seis sítios anteriormente registrados pelo GEP. Assim, os sítios Pedra do Mirante, Serra da Lua, Gruta de Itatupaoca, Painel do Pilão, Gruta do Pilão e Gruta do Diabo foram cadastrados segundo critérios de registro para sítios arqueológicos localizados na Amazônia Legal brasileira (SIMÕES & COSTA, 1978). Ademais, Consens fez considerações sobre o estado de conservação das pinturas e levantou hipóteses sobre a cronologia dos sítios (CONSENS, 1988; CONSENS, 1989).

As pinturas rupestres de Monte Alegre voltaram a ser tema de estudo na década de 1990. Oito novos sítios no município foram identificados pela arqueóloga do Museu Paraense Emílio Goeldi, Edithe Pereira. No total, Pereira (2003) analisou e classificou as pinturas rupestres de catorze¹³ sítios arqueológicos localizados no interior do PEMA. Contudo, os poucos recursos financeiros para a pesquisa limitaram o trabalho da arqueóloga que não pode realizar escavações e detectar datações dos sítios arqueológicos (CARVALHO, 2010).

Nos anos 1991 e 1992, a arqueóloga americana Anna Roosevelt entrou no cenário montealegrense. Escavações realizadas por Roosevelt na Gruta do Pilão (ou Gruta da Pedra Pintada) apontaram uma ocupação humana na região datada de 9.800 A.P. a 11.200 A.P.¹⁴, período que corresponde ao Paleoíndio (ROOSEVELT *et al.*, 1996). Os resultados da pesquisa permitiram estabelecer uma relação entre a ocupação humana e as pinturas rupestres. Esta relação foi realizada por meio da semelhança entre a composição química dos pigmentos encontrados nos níveis mais antigos da escavação com os das pinturas situadas nas paredes (BRASIL, 2009).

2.3. PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE (PEMA)

O conhecimento acumulado em quase dois séculos sobre os aspectos arqueológicos e geológicos de Monte Alegre somado às belezas cênicas da região atraíram a atenção do governo para a criação de áreas protegidas no município (BRASIL, 2009). No entanto, é importante ir além de interpretações que condicionam a criação de UCs apenas a fatores naturais, geológicos e arqueológicos, “como se estes gozassem de uma existência exterior e independente dos processos socioculturais” (BARRETTO, 1997, p. 10).

¹³ O 15º sítio arqueológico situado no interior do PEMA foi identificado no decorrer dos estudos do Plano de Manejo do PEMA. Ele está localizado na Serra do Paituna e foi denominado Pedra do Navio (BRASIL, 2009).

¹⁴ A.P. significa antes do presente.

Neste contexto, é importante mencionar o trabalho de Mary Douglas e Aaron Wildavsky “*Risk and culture - An essay on the selection of technical and environmental dangers*”. Apesar de reconhecerem que os riscos tenham especificidades objetivas, DOUGLAS & WILDAVSKY (1982) não consideram que as evidências científicas sobre os danos ambientais sejam a causa das preocupações com a natureza. Mary Douglas levantou a importância da cultura na delimitação e nas percepções acerca do perigo (DOUGLAS, 1966; DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982).

Além disso, as UCs devem ser entendidas:

Menos como expressões de demandas e mobilizações sociais qualificadas pela melhoria da qualidade de vida e pela preservação e/ou conservação do meio ambiente e mais como uma decorrência de políticas e ações governamentais que obedecem a lógicas e interesses específicos – em muitas circunstâncias, distintos das reivindicações ambientalistas (BARRETTO, 1997, p. 8).

Dessa maneira, as áreas protegidas de Monte Alegre são compreendidas aqui não somente pela referência a fatores naturais e científicos, mas também pela referência a artefatos socioculturais e históricos específicos que possibilitaram a criação de UCs no município. Nesta seção, procura-se entender a lógica subjacente à criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA).

2.4. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PEMA

A primeira proposta do governo do Pará para a criação de UCs em Monte Alegre ocorreu em 1988 a partir de estudos realizados pelo Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará (IDESP). Estes estudos propuseram a criação de três unidades de conservação em Monte Alegre: (1) Área de Proteção Ambiental das Garças de Monte Alegre (com uma área proposta de 0,10 km²); (2) Parque Estadual Monte Alegre (que seria contemplado por uma área de 1.176,30 km²); (3) e Área de Proteção Ambiental das Águas Hipotérmicas e Sulfurosas de Monte Alegre (que possuiria uma área de 0,20 km²) (LOBATO, 1988).

A criação de UCs em Monte Alegre voltou à tona em 1995 com o início do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), o PROECOTUR tinha o objetivo principal de “viabilizar o ecoturismo como uma atividade sustentável para o desenvolvimento da Amazônia Legal” (PNUD, 1995, p. 18). Entre os objetivos específicos, estavam o apoio e o desenvolvimento de estudos para

criação, planejamento e gestão de unidades de conservação na Amazônia. Financiado pelo Governo Federal brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o PROECOTUR contou com um montante de US\$11 milhões – na fase de pré-investimentos – e de US\$200 milhões – na fase de investimentos (PNUD, 1999).

A fim de captar parte desses recursos e participar do PROECOTUR, o governo estadual do Pará elaborou o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Este Plano identificou seis polos turísticos no estado: (1) Belém; (2) Amazônia Atlântica; (3) Marajó; (4) Tapajós; (5) Araguaia; e (6) Xingu. Para cada um desses polos, foram realizados diagnósticos e identificados produtos e negócios ecoturísticos prioritários (PARÁ, 2001). O Plano propõe a criação de unidades de conservação em Monte Alegre, município pertencente ao Polo Tapajós.

Em 2000, com a instalação do PROECOTUR¹⁵ na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (SECTAM¹⁶), iniciaram-se as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado. Entre as ações, estava a realização de estudos técnicos em Monte Alegre para a criação de UCs. Para isso, o Museu Paraense Emílio Goeldi foi contratado, em 2001, pela SECTAM. Foram realizados estudos no complexo das Serras do Ererê, Paituna e Mutuacá e em áreas de várzeas e lagos. A seleção dessas áreas tomou como base as indicações contidas nos estudos pioneiros do IDESP sobre as áreas prioritárias para a criação de UCs em Monte Alegre (LOBATO, 1988; 1992).

2.5. CONSULTA PÚBLICA

Após a conclusão dos estudos técnicos, o PROECOTUR patrocinou o *I Seminário para Criação de Unidades de Conservação no Município de Monte Alegre*. Este seminário visou garantir o envolvimento da sociedade local na discussão. Tratava-se da consulta pública, obrigatória conforme previsto na Lei do SNUC, capítulo IV, artigo 22, § 2º: “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”.

O objetivo do Seminário, realizado no dia 18 de junho de 2001, na sede do município de Monte Alegre, foi apresentar à população local as propostas referentes à criação de UCs no município (ver figura 11) e, caso elas fossem aprovadas, discutir as delimitações, as

¹⁵ Em 2002, o PROECOTUR foi retirado da SECTAM e transferido para a PARATUR (Empresa Paraense de Turismo) (SILVA, 2008).

¹⁶ Em 2007, a SECTAM foi desmembrada em duas Secretarias: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

nomeações e as categorias de manejo (BRASIL, 2009). Participaram do Seminário cerca de 180 pessoas. Entre elas, estavam: lideranças urbanas e das comunidades de Maxirá, Maxirazinho, Ererê, Paituna, Lages, Cuçaru, Santa Cruz, Curral Grande, Surubiju, Curicaca e São Diogo; representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Colônia dos pescadores (Z11), da Associação do Horto Agroflorestal; e funcionários do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PA), da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), da Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI) etc.

O Seminário teve apenas um dia de duração e as atividades foram distribuídas em duas seções. Uma pela manhã, quando funcionários da SECTAM/PROECOTUR apresentaram informações sobre os aspectos biológicos, fundiários, geológicos e políticos do município. E outra à tarde em que houve explanação sobre o que são unidades de conservação, para que servem as categorias de manejo existentes e como são criadas (BRASIL, 2009). Ao final do Seminário, foram apresentadas as propostas da SECTAM/PROECOTUR para os limites das UCs no município (ver figura 11). Após discussões com os participantes do Seminário, chegou-se a decisão de se criar um Parque, restrito a área onde não houvesse moradores, e uma Área de Proteção Ambiental (APA), que abrangeria o restante da área e funcionaria como zona de amortecimento do Parque (ver figura 11). Assim, em meados de 2001 foram criados o Parque Estadual Monte Alegre (Lei estadual nº 6412 de 09/11/2001) e a Área de Proteção Ambiental Paytuna (Lei nº 6426 de 17/12/2001).

A proposta de participação popular na gestão ambiental merece elogios, mas, na prática, os processos participativos têm-se mostrado limitados (JACOBI, 2003). Esses limites incluem: curto tempo das consultas públicas; desentendimentos quando da explanação das questões em jogo; informações repassadas de forma de difícil entendimento; e a incerteza dos resultados (COSTA; BURSZTYN; NASCIMENTO, 2009). Todos os aspectos apontados limitam os efetivos conhecimento e participação das propostas apresentadas a fim de que estas possam ser alteradas ou ratificadas dentro de um consenso.

Nesse sentido, a consulta pública para a criação do PEMA e da APA PAYTUNA é passível de críticas. Todo o processo de participação da sociedade local aconteceu em apenas um dia. Tempo insuficiente para a assimilação do conteúdo proposto no Seminário, principalmente por se tratar de um tema novo para a maioria dos participantes. A pesquisadora do Museu Goeldi, Regina Oliveira da Silva, que esteve presente na audiência pública, afirmou, em sua tese de doutorado (2008), que:

A proposta da criação de uma unidade de conservação de proteção integral [...] pode ter ganhado adeptos na apresentação feita pelos técnicos da SECTAM e da Prefeitura que supervalorizaram essa categoria de manejo gerando muitas expectativas para os participantes [...] Expectativas essas, sobretudo, [voltadas para] a geração de emprego, por ser essa categoria a que mais atrai visitação pública e ecoturistas, sendo, portanto, a de maior interesse para os investimentos do PROECOTUR (SILVA, 2008, p. 212).

O maior risco do processo participativo é que ele sirva para ratificar posições já tomadas pelos proponentes (NASCIMENTO, 1986). Neste caso, a sociedade civil é ouvida, mas as informações coletadas durante a consulta pública não são incorporadas no processo decisório (CARTER, 1998).

A proposta aprovada na consulta pública não foi respeitada. Durante a elaboração dos Anteprojetos de Lei que criaram o PEMA e a APA PAYTUNA (Lei estadual nº 6412 e Lei estadual nº 6426), a comunidade de Lages foi inserida no interior do Parque. Segundo consta no documento da BRASIL (2009), tal falha resultou de equívocos técnicos (erros de geoprocessamento). Contudo, Lages foi incluída nos limites físicos do Parque, pois técnicos da SECTAM-PA consideraram, à época, essencial a proteção integral do Lago das Dores, situado ao lado da comunidade de Lages (ver figura 11). A fala de um dos entrevistados é reveladora:

O Lago das Dores é um ecossistema aquático permanente. Ele é muito importante para manter o microclima daquela área. Portanto, tomamos a decisão técnica-científica de inclusão do Lago das Dores [nos limites do PEMA]. O problema é que entre o Lago e as Serras estava a comunidade de Lages. Na época, Lages era uma comunidade muito pequena, pobre. Se eu não me engano, existiam de seis a nove famílias em Lages. Era tão fácil resolver. O problema deste país é que tudo demora muito [...] Nós consideramos que era impossível realocar o Lago das Dores e era possível remanejar uma pequena comunidade de **meia dúzia de famílias**. Eles poderiam ficar muito melhor em outro local, com saneamento básico, com água, com casa, com escola. (Entrevista concedida a autora por um funcionário da SEMA-PA em agosto de 2011; grifo da autora).

A “meia dúzia de famílias” que o entrevistado menciona na verdade corresponde às 35 famílias que habitam a região há anos. Ademais, o relato demonstra que a decisão final sobre os limites e a área do PEMA (Lei estadual nº 6.412) ficou nas mãos de técnicos. Em outras palavras, a decisão coletiva e democrática de se criar um Parque onde não houvesse moradores foi desconsiderada pelos gestores públicos. A consulta pública serviu, portanto, apenas para legitimar uma escolha previamente estabelecida. Convém ressaltar que a SECTAM-PA, após inúmeros embates com o Museu Goeldi sobre a questão, encaminhou ao Governador do Pará, em maio de 2003, proposta de Anteprojeto de lei para retificação dos limites físicos do PEMA. Porém, tal Anteprojeto ainda não foi encaminhado à Assembleia Legislativa (ver anexos A e B):

Considerando que a categoria de manejo tipo Parque está legalmente definida para o desenvolvimento do ecoturismo, da pesquisa científica, recreação e educação ambiental, não admitindo moradores dentro dos seus limites, acarretando desapropriação quando necessário; e que a categoria de manejo Área de Proteção Ambiental, está voltada para os trabalhos de desenvolvimento sustentado com as comunidades locais, a desafetação da área do Parque Estadual Monte Alegre e a inclusão da mesma na Área de Proteção Ambiental Paytuna, soluciona a questão socioambiental, garantindo a conservação dos recursos naturais e atendendo as demandas da comunidade de Lages (BRASIL, 2009, p. 326).

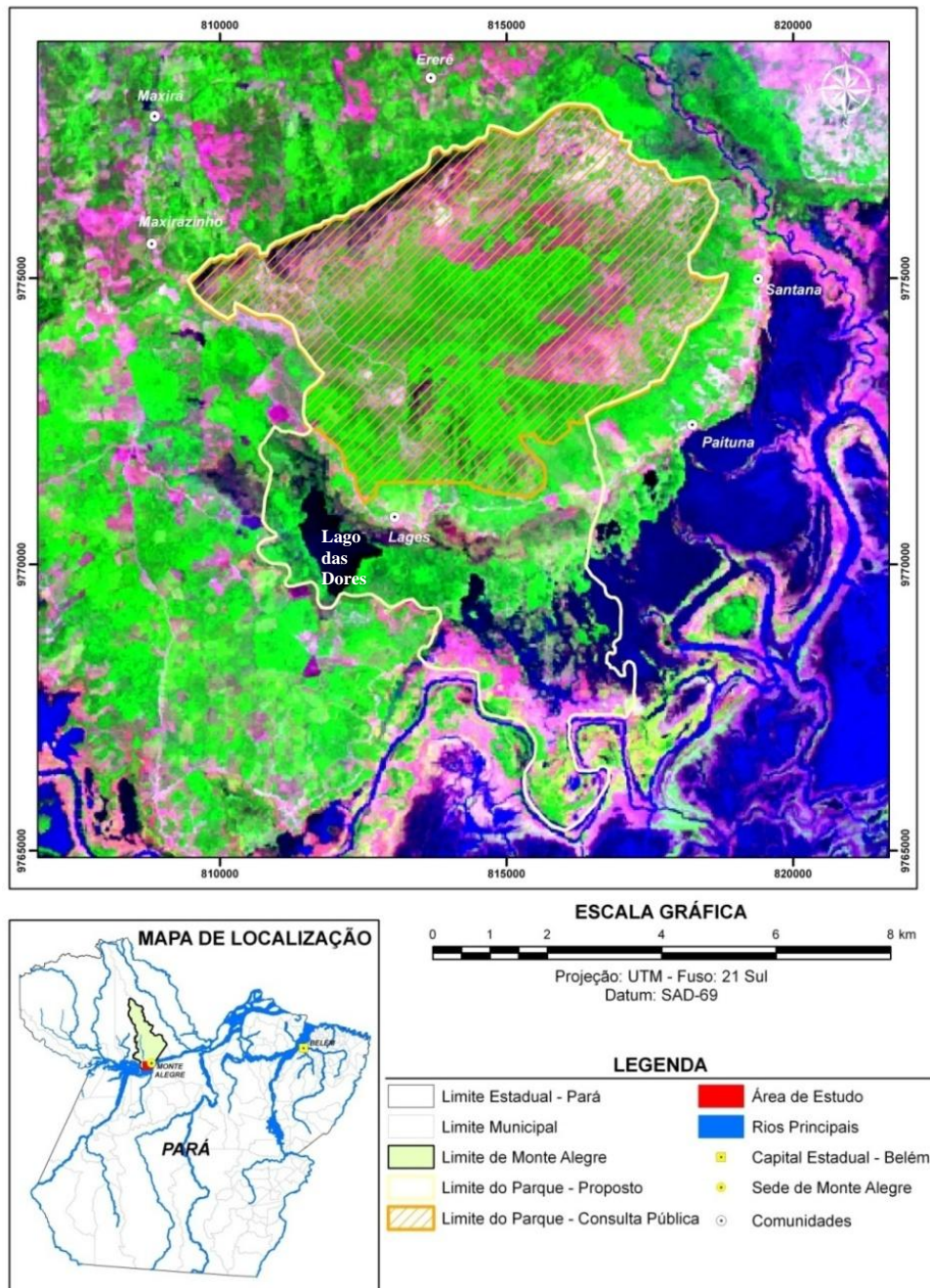


Figura 11. Área do PEMA proposta no Seminário e área do PEMA acordada na consulta pública
Fonte: BRASIL (2009).

2.6. PLANO DE MANEJO DO PEMA

Plano de Manejo é definido pelo SNUC (Cap. I, Art. 2º, Inciso XVII) como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Em 2005, a PARATUR (Companhia Paraense de Turismo), gestora do PROECOTUR no estado do Pará a partir de 2002, contratou o Museu Paraense Emílio Goeldi para elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). No entanto, somente em fevereiro de 2006, o Plano de Manejo do PEMA iniciou-se efetivamente, ou seja, cinco anos após a criação da UC, limite máximo permitido por lei (Lei do SNUC, Cap. IV, Art. 27, § 3º).

Para a realização do Plano de Manejo, reuniu-se uma equipe interdisciplinar com pesquisadores do Museu Goeldi e de outras instituições de pesquisa da Amazônia, tais como representantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Participaram também do Plano de Manejo técnicos do Instituto Peabiru e da ONG Argonautas Ambientalistas da Amazônia.

A elaboração do Plano contou com cinco fases: (1) pesquisa de conhecimento do ponto de vista abiótico, biótico e social, realizado por pesquisadores de distintas áreas; (2) envolvimento dos atores locais; (3) organização dos resultados; (4) divulgação do Plano de Manejo; (5) e aprovação do Plano pelos órgãos competentes para sua implantação (SILVA, 2008).

A equipe de pesquisa do Plano de Manejo realizou duas viagens para Monte Alegre: a primeira ocorreu nos meses de abril e maio de 2006 e a segunda nos meses de agosto e setembro de 2006. A presença dos pesquisadores na região – 25 pessoas no total – despertou desconfiança dos moradores locais. Para minimizar as suspeitas dos moradores em relação à pesquisa e assegurar a participação comunitária no Plano de Manejo, os técnicos responsáveis pelo Plano realizaram dois encontros com as comunidades locais: o primeiro em agosto de 2006 e o segundo em setembro do mesmo ano.

O I Encontro teve a finalidade de informar às comunidades sobre a execução do Plano de Manejo do PEMA e verificar a opinião delas sobre a unidade de conservação. Neste encontro, participaram representantes das comunidades do Ererê, Maxirá, Paituna, Santana e Lages. Os participantes mostraram-se preocupados com as proibições que seriam trazidas pelo Parque, principalmente as restrições ao uso dos recursos naturais.

Para os moradores do entorno e do interior do PEMA: “os principais [problemas gerados pela criação da] unidade estão relacionados à questão fundiária, à caça [...] e à retirada de madeira” (BRASIL, 2009, p. 89).

O II Encontro teve um caráter mais prático. Nele, estiveram presentes as comunidades do Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Santana e Lages. Cada comunidade elaborou e apresentou sua proposta de zoneamento para o PEMA. Em mapas fornecidos pelos pesquisadores, os representantes das comunidades traçaram seus conhecimentos sobre a região e apontaram sua dependência em relação aos recursos naturais (SILVA, 2008).

Com o objetivo de apresentar as propostas de zoneamento e definir as ações de manejo para o PEMA, foi realizada, em outubro de 2006, uma Oficina de Planejamento em Belém (PA). Estiveram reunidos na Oficina pesquisadores, gestores do PEMA (PARATUR e SECTAM) e representantes das comunidades locais, exceto de Paituna. Tanto os representantes comunitários quanto os pesquisadores apresentaram suas respectivas propostas de zoneamento para o PEMA. Por fim, desenhou-se uma proposta comum para o zoneamento do Parque, reunindo os objetivos de manejo de uma UC de proteção integral com as necessidades da realidade local (ver figura 12).

Nesta Oficina, os representantes das comunidades foram informados sobre o equívoco da inclusão de Lages no interior do Parque (BRASIL, 2009). Naquele momento, decidiu-se que os moradores de Lages continuariam no local onde vivem, pois já havia soluções em andamento (vide Anteprojeto de Lei em anexo).

Após a conclusão da Oficina de Planejamento, a PARATUR organizou um evento para a apresentação dos resultados obtidos. O evento foi realizado em novembro de 2006, na cidade de Monte Alegre. Embora tenha sido amplamente divulgado, apenas os moradores das comunidades do entorno e do interior do PEMA compareceram ao evento (SILVA, 2008).

A proposta final de zoneamento interno do PEMA definiu sete zonas, mais a zona de amortecimento. São elas: zona de recuperação; zona histórico-cultural; zona de uso intensivo; zona de uso especial; zona de uso conflitante; zona de uso extensivo; e zona de ocupação/uso temporário (BRASIL, 2009). A seguir, são apresentados as descrições e os objetivos das zonas do PEMA, além de suas áreas e proporções em relação à área do Parque.

A zona de recuperação se refere a áreas altamente alteradas pelo uso antrópico. O objetivo desta zona é recuperar ecossistemas degradados. No PEMA, as áreas propostas como zonas de recuperação são as regiões localmente conhecidas como “ilha grande”. São as áreas onde existem resquícios de floresta ombrófila. Correspondem a 4% da área do PEMA e apresentam 2,24km² (BRASIL, 2009).

A zona histórico-cultural se refere a áreas onde se encontram os sítios arqueológicos, as pinturas rupestres, as grutas e as áreas utilizadas para manifestações culturais. O objetivo desta zona é proteger os sítios arqueológicos já identificados e garantir a proteção dos novos sítios que venham a ser catalogados. No PEMA, existem 15 sítios, todos com potencial de visitação. No entanto, alguns deverão ser restritos a pesquisa devido ao seu valor histórico-científico. Correspondem a 6% da área do PEMA, equivalendo a 3,39km² (BRASIL, 2009).

A zona de uso intensivo se refere às áreas naturais ou alteradas pelo homem. Nesta zona, busca-se manter o ambiente o mais natural possível. O objetivo da zona de uso intensivo é servir como apoio administrativo da UC e garantir estrutura mínima para a visitação dos turistas. Ali deverão ser instalados centros administrativos e de visitantes, camping e estacionamentos. No PEMA, esta zona será utilizada para a construção do portão de entrada do Parque que se situará em frente à comunidade de Maxirá. Vale destacar que nesta zona se insere a comunidade de Lages. A zona de uso intensivo corresponde a 9% da área do PEMA e apresenta 5,12km².

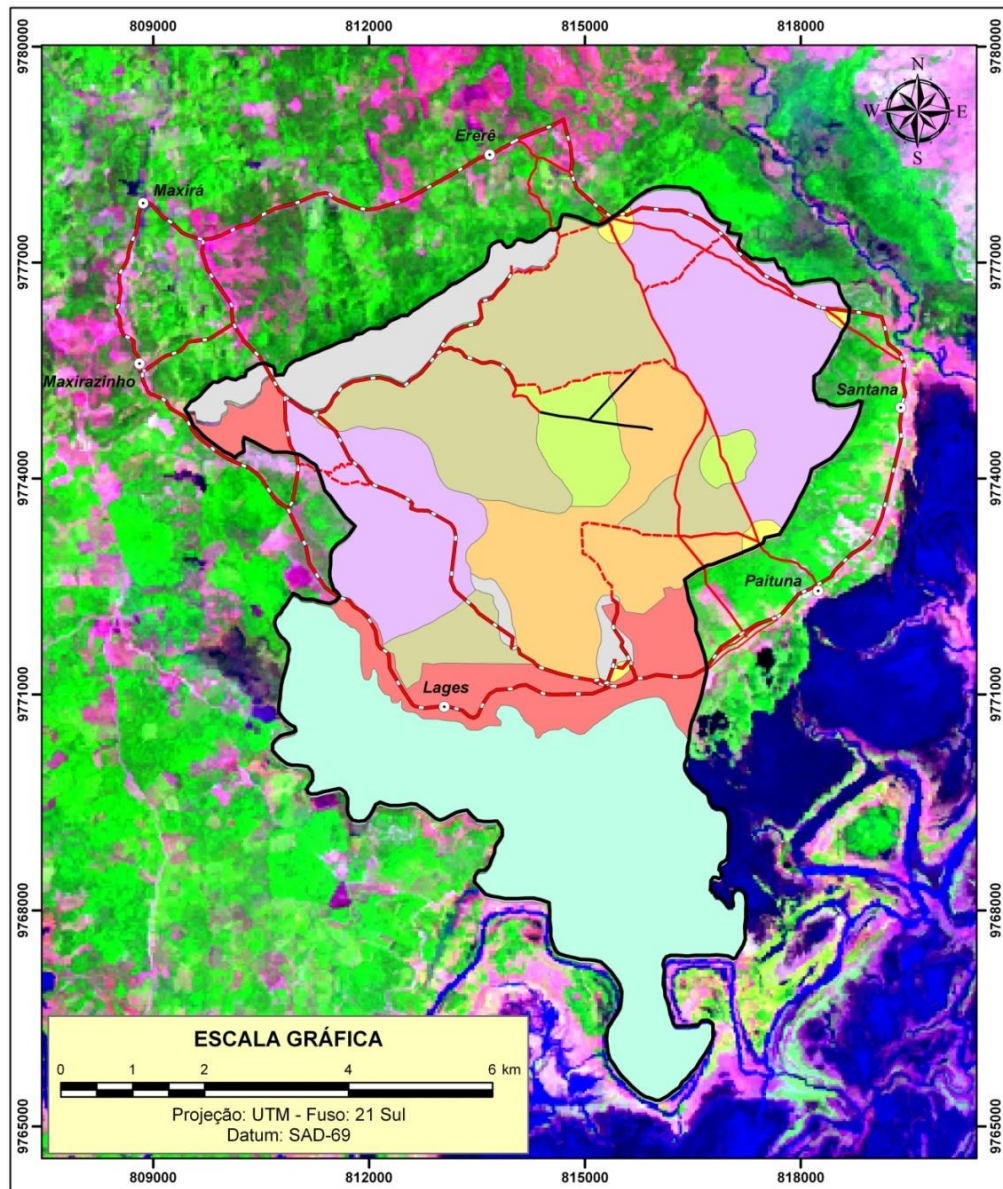
A zona de uso especial é classificada como de média intervenção. Ela visa permitir o acesso às demais áreas da unidade de conservação e garantir a manutenção dos serviços de visitação. No PEMA, esta zona servirá para a instalação de guaritas de manutenção. Corresponde a 1% da área do PEMA e apresenta 0,43km².

A zona de uso conflitante se refere a espaços localizados no interior da UC cujos usos estabelecidos pela população local conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. A finalidade desta zona é identificar e minimizar os conflitos internos que possam comprometer o uso adequado da UC. No PEMA, esta zona está localizada na região onde se encontram as estradas que dão acesso ao Parque. Corresponde a 22% da área do Parque e apresenta 12,65km².

A zona de uso extensivo se refere a áreas naturais ou áreas com pouca alteração antrópica. O objetivo desta zona é permitir a realização de pesquisas científicas e desenvolver projetos de educação e recreação ambiental. No PEMA, a zona de uso extensivo corresponde a áreas de vegetação de cerrado onde serão criadas trilhas para visitação dos turistas a alguns sítios arqueológicos e a formações rochosas relevantes como a Pedra do Pilão. Corresponde a 11% da área do PEMA e possui 6,64km².

A zona de ocupação ou de uso temporário se refere a áreas onde há população residente. O objetivo desta zona é proteger a UC por meio do estabelecimento de um termo de compromisso os usuários da área. No PEMA, a zona de uso temporário corresponde à área de uso dos moradores do entorno do Parque. As atividades desenvolvidas e o uso dos recursos naturais deverão ser monitorados por pesquisas específicas. Além disso, deverão

ser realizados estudos para determinação da dependência dos moradores em relação a espécies vegetais contidas na área. Convém ressaltar que a comunidade de Lages não foi inserida nesta zona, pela recusa dos moradores do local em denominar a área onde estão localizados como de “uso temporário”.



LEGENDA		CLASSES DO ZONEAMENTO	
Limite do Parque	Caminhando/Trilha	Zona de recuperação	Zona de uso intensivo
Veículo	Caminhando/Sem Trilha	Zona de uso conflitante	Zona de uso temporário
Veículo/Alteradas	Comunidades	Zona de uso especial	Zona histórico-cultural
Transectos		Zona de uso extensivo	Várzea

Figura 12. Zoneamento interno do PEMA proposto na Oficina.
Fonte: BRASIL (2009).

A zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Lei do SNUC, Cap. 1, Art. 2º, Inciso XVIII). No caso do PEMA, ficou estabelecida como sua zona de amortecimento a APA PAYTUNA, com área de 561,29 Km² (ver figura 13).

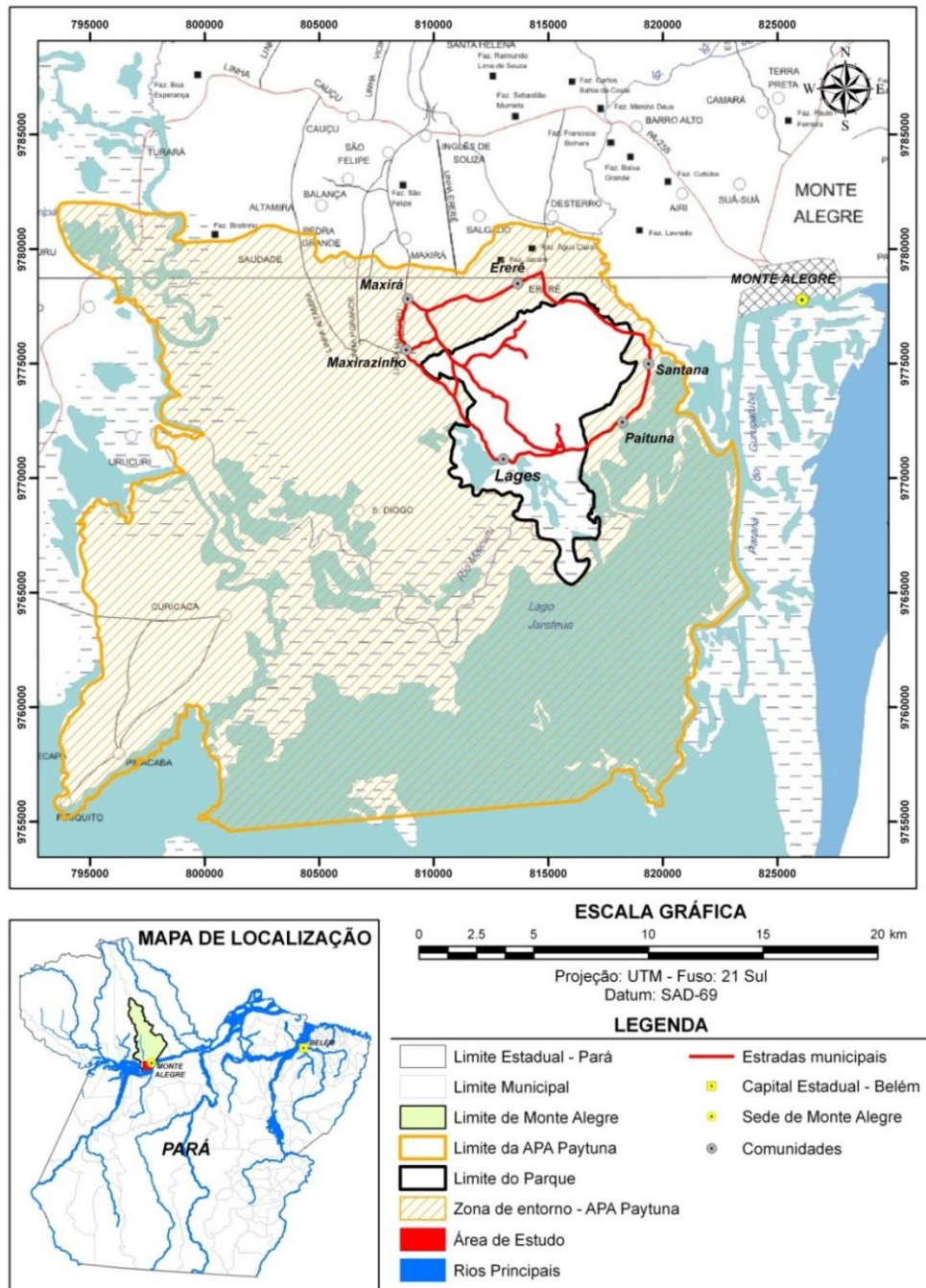


Figura 13. . Mapa de localização da APA PAYTUNA - Zona de Amortecimento do PEMA.
Fonte: BRASIL (2009).

O Plano de Manejo foi aprovado legalmente somente em novembro de 2010 (Portaria nº 3.553/2010 – GAB. SEMA de 22 de novembro de 2010). Tal atraso está relacionado a divergências entre o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA). Durante alguns anos, o Museu Goeldi responsável pelo Plano de Manejo do PEMA se negou a realizar estudos na área onde se encontram as famílias de Lages, pois defendia a manutenção dos limites do Parque estabelecidos na consulta pública. No entanto, a SEMA se recusou a aprovar um Plano de Manejo no qual não houvesse estudos correspondentes à área total do PEMA, definida pela Lei estadual nº 6412, de 09/11/2001, que criou o Parque. O impasse foi resolvido apenas em 2009 quando o Museu Goeldi incluiu a área de Lages ao zoneamento do Parque.

2.7. SITUAÇÃO ATUAL DO PEMA

Até o momento, o Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) não foi implementado. Nenhuma das ações previstas no Plano foi colocada em prática. Nem mesmo os limites do PEMA foram demarcados no local, o que facilitaria a identificação das áreas que podem ser utilizadas para agricultura, pastagem e/ou coleta de recursos naturais pelas comunidades do entorno. Cabe ressaltar ainda que as fiscalizações do Parque pelos órgãos competentes (SEMA/IBAMA) são muito esporádicas. Por isso, o patrimônio natural e arqueológico encontra-se desprotegido.

Além disso, o PEMA foi criado com finalidade turística. No entanto, a visitação ao Parque é quase nula. Os motivos da baixa frequência de turistas à UC relacionam-se a pouca infraestrutura de hotéis no município, a precariedade das estradas de acesso ao local, o que torna a visita dispendiosa e a falta de divulgação da UC.

Os problemas do PEMA se repetem em grande parte das unidades de conservação no Brasil. Segundo Pádua (2002):

Os governos, em seus níveis federal, estadual e municipal, estabelecem unidades de conservação e até preparam planos de manejo, mas não se esforçam para o principal, ou seja, a decisão de implementá-las efetivamente e de bem manejá-las. Nem sequer se preocupa seriamente em assumir o controle da terra das novas unidades criadas. Por isso mesmo, as unidades de conservação estão vulneráveis, pois são entendidas, no geral, como terras de ninguém (PÁDUA, 2002, p. 3-4).

Embora sejam inegáveis os avanços alcançados pelo Brasil, no campo da conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico, especificamente no que diz respeito à criação das unidades de conservação, também são inegáveis os problemas por elas ainda hoje apresentados. Para Brito (2000), esses problemas estão vinculados

principalmente a: (1) falta de condições para a efetiva implementação das unidades (recursos humanos e financeiros, capacidade administrativa, elaboração e execução de planos, fiscalização); (2) indefinição quanto à propriedade das terras e desapropriações; (3) e conflitos com populações do interior e do entorno. No caso do PEMA, todos os problemas citados acima estão presentes.

CAPÍTULO 3. PINTA-CUIAS E RIBEIRINHOS

O foco deste capítulo é a população de Monte Alegre, mais especificamente, os ribeirinhos situados no interior e no entorno do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Com o intuito de conhecer os habitantes do município, são apresentadas informações históricas e socioeconômicas da região. Posteriormente, mais detidamente, são abordadas as comunidades de Lages, Paituna e Santana. São destacados aspectos históricos e socioeconômicos das comunidades visitadas a partir de dados coletados pela autora durante trabalho de campo realizado no estado do Pará em agosto e setembro de 2011.

3.1. MONTE ALEGRE: ASPECTOS HISTÓRICOS

No capítulo 2, o leitor viu que a presença de grupos humanos em Monte Alegre é anterior à vinda do colonizador europeu. Escavações realizadas pela arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt apontaram ocupação no município datada de 9.800 A.P. a 11.200 A.P.¹⁷ (ROOSEVELT *et al.*, 1996). Sem querer minimizar história dos indígenas, esta seção enfatiza a chegada do conquistador europeu, marco importante na história da Amazônia, visto o grande impacto humano e ambiental ocorrido no sentido intervencionista e belicista. Assim, são destacados eventos pós-chegada do elemento europeu, como a conquista empreendida na região, a criação da cidade de Monte Alegre, o Movimento Cabano e a exploração da balata.

3.1.1. DE GURUPATUBA À VILA DE MONTE ALEGRE

Além das expedições militares promovidas pelos portugueses ao longo do rio Amazonas e de inúmeros seus afluentes, a participação do missionário na região foi muito ativa. À medida que aldeias indígenas eram encontradas, os missionários iniciavam suas atividades catequéticas. Em 1653, a chegada dos jesuítas à capitania Grão Pará foi apoio primordial à colonização. Braço religioso da ocupação, a Companhia de Jesus, buscou impor aos povos amazônicos a cultura europeia por meio do ensino religioso cristão (SANTOS, J., 1980).

¹⁷ A.P. significa antes do presente.

Por volta de 1657, o padre jesuíta Francisco Veloso se incorporou a expedição comandada por Vital Manoel Parente. Ao chegar ao rio Gurupatuba, avistou a aldeia indígena de mesmo nome, localizada na região do atual município de Monte Alegre (PA). Os índios Gurupatuba, após a ação dos jesuítas, eram conhecidos como adaptados ao trabalho ao modo do conquistador europeu. Também eram lembrados pelas cuias pintadas que produziam. A aldeia Gurupatuba também era identificada como leal à coroa portuguesa. Pelo seu crescimento, essa aldeia transformou-se em Missão Central do Baixo Amazonas. Além dos Gurupatuba, viviam nas circunvizinhanças outros grupos indígenas: os Carabocas, os Bubuizes, os Mariaus, os Serranos etc. (REIS, 1949). Outros povos, como os Aretús e os Magues viviam na região. Contudo, eles não aceitaram a presença dos colonizadores e fugiram do local (BRASIL, 2009).

Com as intervenções de Marquês de Pombal – Secretário de Estado do Reino de Portugal entre 1750 e 1777 – na Amazônia, a interferência da Igreja Católica na região foi minimizada. Os religiosos que coordenavam a Missão Gurupatuba foram expulsos e substituídos por diretores laicos. Estes eram encarregados da situação do índio.

Além das medidas de cunho político-administrativo, Marquês de Pombal incentivou a fundação e a construção de “vilas” e “povoados” na região amazônica (MIRANDA, 2005). Dessa forma, no dia 27 de fevereiro de 1758, a aldeia de Gurupatuba foi elevada à condição de vila. As novas vilas perderam as antigas denominações indígenas e receberam topônimos portugueses. Assim, Gurupatuba passou a ser denominada *Monte Alegre*, nome inspirado na vila lusitana de Monte Alegre, criada no século XIII e situada na região norte de Portugal (REIS, 1949).

3.1.2. CABANAGEM

A revolução social dos cabanos explodiu em Belém em 1835 e perdurou até 1840. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses abastados. As lideranças desse movimento vislumbravam melhores perspectivas políticas e sociais. No interior da Amazônia, os cabanos criaram um sentimento de identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços tinham lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava na revolta contra o mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades (RICCI, 2006).

Nascida em Belém, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos, atingindo ampla região, inclusive Monte Alegre. Nesta vila, predominava a lealdade dos dirigentes à coroa portuguesa. A dificuldade de comunicação da vila com a capital resguardava a aparente calma e estabilidade do local. Porém, mesmo assim, escapavam notícias e os

moradores da vila, com muito atraso, tomaram conhecimento do movimento que eclodia na Amazônia (SANTOS, J., 1980).

A fim de prevenir a presença dos cabanos em Monte Alegre, os dirigentes locais revistavam rigorosamente todas as pessoas que chegavam à vila. Mas a Cabanagem era um movimento nascido dos pobres. O mameluco, o negro escravo, o caboclo eram cabanos por princípios, faziam parte dos explorados, dos marginalizados, dos que esperavam a oportunidade para fazer valer suas aspirações de melhoria de vida. Lutavam contra ricos da época: os grandes proprietários de terras e os senhores de escravos (SANTOS, J., 1980). Portanto, os cabanos tinham, por toda a parte, simpatizantes ao movimento.

As vésperas do Natal de 1835, a vila de Monte Alegre foi surpreendida com a descoberta de um núcleo cabano que se preparava para tomar o poder. Os acusados de liderarem a rebelião, Hilário Inácio Pereira, Isidro Antônio Raiol e Alexandre Sanches Brito, foram presos e, em seguida, assassinados. No entanto, os cabanos de Gurupá (vila vizinha), ao tomarem conhecimento do que acontecera com os companheiros, resolveram assaltar Monte Alegre, em fevereiro de 1836. Ao invadirem a vila, os cabanos logo eliminaram os homens considerados culpados pela dispersão e morte dos integrantes do núcleo cabano de Monte Alegre. Moradores da vila contrários à Cabanagem foram assassinados ou fugiram para outras localidades (REIS, 1949; SANTOS, J., 1980; LINS, 2005).

Em julho de 1836, os legalistas conseguiram contatar Macapá de onde veio ajuda para retomar o poder de Monte Alegre, destituindo os cabanos. Entretanto, a simples restauração da legalidade em Monte Alegre não significou o fim da influência do movimento cabano sobre a vila. De 1836 a 1840, dirigentes de Monte Alegre tiveram conflitos com cabanos. Terminado o movimento da Cabanagem, a vila de Monte Alegre ficou em situação desastrosa. Além da perda de vidas, em números consideráveis, sua economia ficou destruída, com agricultura de subsistência, fazendas de gado e cacauais arrasados. Segundo SANTOS, J. (1980), em Monte Alegre, após o movimento cabano, a miséria imperava.

[As] pessoas não saíam de casa por falta de roupas, já que o comércio ficara paralisado sem condições de importar tecidos e o algodão cultivado que velhas índias teciam tinha desaparecido. O povo não tinha o que comer. A farinha, seu alimento básico, tinha que ser importada a preços inacessíveis. Monte Alegre viveu momentos terríveis de calamidade pública (SANTOS, J., 1980, p. 30).

A vila de Monte Alegre aos poucos superou as imensas dificuldades e se restabeleceu das consequências da Cabanagem. Devido ao seu crescimento populacional e econômico, no dia 15 de março de 1880, a vila de Monte Alegre foi elevada à categoria de

cidade. Com o título de cidade, Monte Alegre continuou sua trajetória de crescimento, alcançando relevo e seus políticos desfrutando prestígio. Em 1884, pela primeira vez, Monte Alegre elegeu um deputado para a Assembleia Legislativa da Província, o Cap. Antônio José Vieira da Costa (SANTOS, J., 1980).

3.1.3. A EXPLORAÇÃO DA BALATA

As balateiras, árvores de terra firme da família das sapotáceas, eram conhecidas e exploradas por indígenas de uma vasta área – da região amazônica até a América Central. Por certo, além de seus frutos comestíveis, seu látex teria usos múltiplos e, eventualmente, a própria madeira poderia ser utilizada. Consequentemente, a exploração e o uso da balata remontam aos tempos pré-coloniais (SIMONIAN, 2006). No entanto, a exploração comercial-industrial desse recurso teve início na Amazônia somente a partir de 1920. Neste período, a borracha transformou-se em matéria-prima de grande procura no mercado internacional. O látex extraído da balateira supria parte da demanda comercial pela borracha. Ele era utilizado para a produção de artefatos de borracha, tais como materiais isolantes de condução de energia elétrica, principalmente cabos de telecomunicação intercontinental (CARVALHO, 2010).

A base da exploração da balata foi o sistema de aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro. Na Amazônia, *aviar* significa fornecer mercadorias a crédito. O aviador fornecia ao extrativista certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho e eventualmente pequena remuneração em dinheiro. Em troca, recebia a produção extrativa, o látex.

Os preços dos bens eram fixados pelo aviador, que acrescentava uma margem apreciável de ganho ao valor das mercadorias fornecidas aos extrativistas. A disposição geográfica das atividades de extração da borracha deixava os trabalhadores de tal forma isolados que o vínculo com o regatão – barco que vendia as mercadorias – se tornava exclusivo e eles perdiam a liberdade de usar o que ganhavam (SANTOS, R., 1980). O sistema de aviamento foi, portanto, o embrião de um grande mecanismo de endividamento e submissão dos trabalhadores aos patrões, da mesma forma que foi o barracão no Nordeste açucareiro (FURTADO, 1982).

A exploração da mão de obra em atividades extrativistas era tão intensa que os trabalhadores, em alguns casos, fugiam da opressão em que viviam (SIMONIAN, 2006). Foi o que aconteceu com Jacinto Lopes, um cearense e bom explorador de balata, vinculado ao sistema de aviamento do coronel José Júlio de Andrade, considerado à época o maior fazendeiro da Amazônia. Certo dia de 1928, Jacinto Lopes, diante da situação de servidão

por dívidas a que estava submetido, tomou a decisão de fugir da fazenda do coronel Andrade (SANTOS, J., 1980).

Jacinto [...] resolveu fugir protegido pela escuridão da noite, subindo o rio Parú. Armou-se de um rifle, um terçado, colocou um pouco de farinha e outros mantimentos em um saco e partiu em busca de Monte Alegre que tentava chegar pelo rio Maicurú. Jacinto trabalhara vários anos na extração do breu, na castanha e ultimamente na balata, conhecia os mistérios da mata e confiava na ajuda dos índios estabelecidos no alto do rio Parú (SANTOS, J., 1980, p. 77-78).

Com ajuda dos índios Wayana-Apalai, Jacinto Lopes conseguiu chegar ao rio Maicurú, onde tomou conhecimento da existência de grandes balatais. Ele explorou algumas balateiras, juntou algum produto vendável e partiu em direção a Monte Alegre (SIMONIAN, 2006). Jacinto Lopes chegou à cidade em setembro de 1928, levando nova experiência econômica para Monte Alegre. “Seu nome se ligaria para sempre à economia do município” (SANTOS, J., 1980, p. 78).

O resultado positivo dessa experiência pioneira de Jacinto Lopes estimulou novos investidores e aviadores, inclusive, das cidades de Belém e Manaus. Ao lado de Almeirim, Monte Alegre experimentou um dos *booms* mais significativos quanto à produção de balata (SIMONIAN, 2006). No entanto, a partir da década de 1960, os balatais foram se exaurindo. Além disso, pouco a pouco, o mercado internacional se desinteressou pela balata natural que foi substituída por materiais sintéticos derivados do petróleo. Com o passar dos anos, o preço do produto caiu significativamente, o que marcou o fim da produção da balata em escala comercial em Monte Alegre (SANTOS, J., 1980; CARVALHO, 2010).

3.1.4. OS PINTA-CUIAS: ORIGEM E ESTABELECIMENTOS COLONIAIS

Os nascidos em Monte Alegre são denominados “montealegrenses” ou “pinta-cuias”. Esta última denominação remonta ao período pré-colonial em que os índios Gurupatuba enfeitavam as cuias por eles produzidas (BAÍA, 2003). Além do elemento indígena, a população de Monte Alegre foi formada por caboclos, negros africanos, imigrantes japoneses, espanhóis, italianos, sírio-libaneses e migrantes nordestinos, em sua maioria cearense (SILVA, 2008).

Os negros africanos foram introduzidos em Monte Alegre por volta de 1785, para servirem aos senhores de terra como trabalhadores escravos (SANTOS, J., 1980). Os nordestinos, por sua vez, foram a Monte Alegre, em razão da grande seca de 1877 a 1879, no Nordeste brasileiro. Neste período, a cidade recebeu mais de 200 cearenses que se

estabeleceram em áreas rurais. O governo local forneceu instrumentos de trabalho como terçados e enxadas para incentivá-los a produzir gêneros alimentícios, como feijão e arroz. Com a participação do nordestino, a agricultura de subsistência em Monte Alegre ganhou novo alento (SANTOS, J., 1980).

Monte Alegre talvez seja uma das raras localidades do Brasil onde o português muito cedo se ausentou ou deixou de preponderar na cidade (SANTOS, J., 1980). Os colonos espanhóis chegaram ao município em 1894. Eles deram impulso à agricultura local com o plantio de fumo e milho e disseminaram seus conhecimentos profissionais, principalmente nas áreas de marcenaria e mecânica. Os italianos e os sírio-libaneses se estabeleceram em Monte Alegre no final do século XIX e impulsionaram o comércio local.

Monte Alegre teve outra experiência de colonização estrangeira: a imigração de japoneses, que se instalaram no município em dois momentos. O primeiro, em 1929, com a fundação da Companhia Nipônica de Plantações S.A e o segundo, em 1954, com incentivos do Departamento Nacional de Colonização, do Ministério da Agricultura. Com recursos desse Ministério, foram construídas, na zona rural de Monte Alegre, inúmeras casas para receber japoneses, muitos dos quais eram militares derrotados na II Guerra Mundial. Os nipônicos deram contribuições valiosas para a agricultura montealegrense. Eles deram preferências a cultura de pimenta do reino (SANTOS, J., 1980).

Em 1928, aconteceu nova investida colonizadora em Monte Alegre. Desta vez, com o nativo. O Ministério da Agricultura instalou o Núcleo Colonial “Inglês de Sousa” no município. Em 1942, este núcleo foi transformado em Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP) pelo decreto de Getúlio Vargas nº 8.671, de 30/01/1942. A instalação da CANP e a consequente transferência de verbas federais trouxeram benefícios para Monte Alegre, especialmente para a CANP, que se transformou em local com as melhores condições de moradia do município, com acesso a água, luz, escolas, assistência médica e odontológica (SANTOS, J., 1980).

O processo de ocupação de Monte Alegre foi dinamizado nas décadas de 1970 e 1980 com o “boom” das grandes políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia. Esses programas, entre os quais se destacam o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972-1974, o Programa de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), de 1971, e o Programa POLOAMAZÔNIA, de 1974, resultaram na construção de rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá) e de hidrelétricas na região (SILVA, 2008).

Neste período, ocorreu a última grande entrada de famílias no município. Além dos Programas citados, a construção da PA-254 (Monte Alegre-Prainha) incentivou a migração de famílias para Monte Alegre. Muitas delas foram para a cidade em busca de melhores

solos para a agricultura e de terras disponíveis. Seguindo o sentido da estrada, a ocupação foi formada por população de origem variada, contando com nordestinos e migrantes de outros estados e dos demais municípios do Pará (SILVA, 2008).

3.2. CARATERIZAÇÃO SOCIAL DE MONTE ALEGRE

3.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

O Município de Monte Alegre (PA), segundo o Censo Demográfico 2010, atingiu um total de 55.462 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). A análise dos resultados de Censos anteriores demonstra que a população de Monte Alegre experimentou sucessivos aumentos em seu contingente, exceto nos últimos dez anos, período em que o município apresentou diminuição da população (ver figura 14). Segundo dados do IBGE, esta diminuição está relacionado à migração da população de Monte Alegre para municípios vizinhos, entre eles Alenquer, Prainha e Santarém.

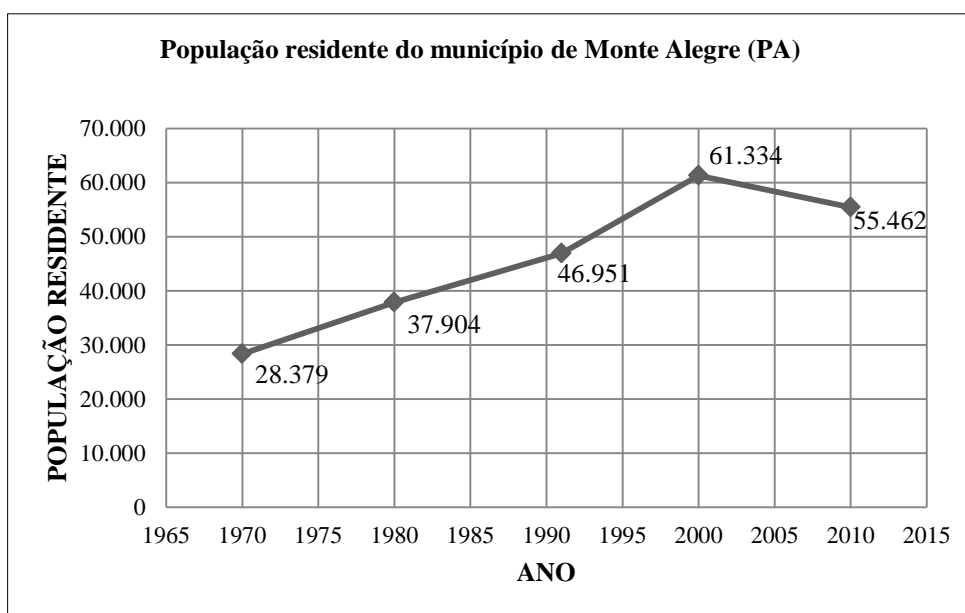


Figura 14. População residente do município de Monte Alegre.
Fonte: IBGE (2010) – tabela SIDRA 202 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

A população de Monte Alegre é predominantemente rural. 55,71% dos habitantes do município residem em áreas rurais (ver figura 15). Contudo, nas últimas décadas, observa-se processo de incremento do volume da população urbana em detrimento da rural (ver figura 15). A urbanização é um fenômeno presente em todas as Grandes Regiões do Brasil.

A proporção de pessoas no país que reside em áreas urbanas passou de 55,94% em 1970 para 84,36% em 2010 (IBGE, 2011).

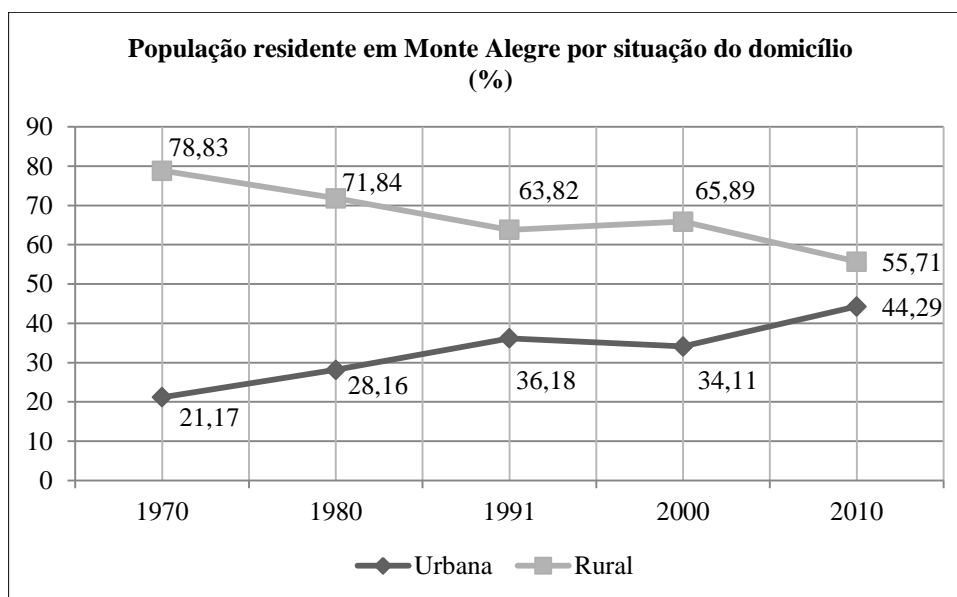


Figura 15. População residente em Monte Alegre por situação de domicílio.
Fonte: IBGE (2010) – tabela SIDRA 202 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

3.2.2. SEXO

O Censo Demográfico 2010 evidenciou, para o total do país, uma relação de 96 homens para cada 100 mulheres. Com este resultado, acentuou-se a tendência histórica do Brasil de predominância feminina na composição por sexo da população (IBGE, 2011). O Norte foi a única Grande Região a apresentar, em sua composição populacional, o número de homens superior ao de mulheres. Em Monte Alegre, a concentração de homens (51,4%) também é mais elevada que a de mulheres (48,6%). Segundo SILVA (2008), as diferenças de percentual entre os sexos neste município são justificadas pela migração das mulheres que se deslocam para outras cidades a fim de estudar, trabalhar como domésticas e/ou acompanhar os maridos.

3.2.3. COMPOSIÇÃO ETÁRIA

Na última década, a composição da população residente em Monte Alegre por sexo e grupo de idade sofreu mudanças importantes, como o estreitamento da base da pirâmide e o visível alargamento do topo da pirâmide etária, indicando o aumento longevidade (ver

figuras 16 e 17). O comportamento observado no município de Monte Alegre se repete nos níveis nacional e regional. Entretanto, a população do município ainda pode ser considerada jovem, uma vez que 33,45% dos moradores são crianças ou adolescentes, ou seja, possuem de 0 a 14 anos.

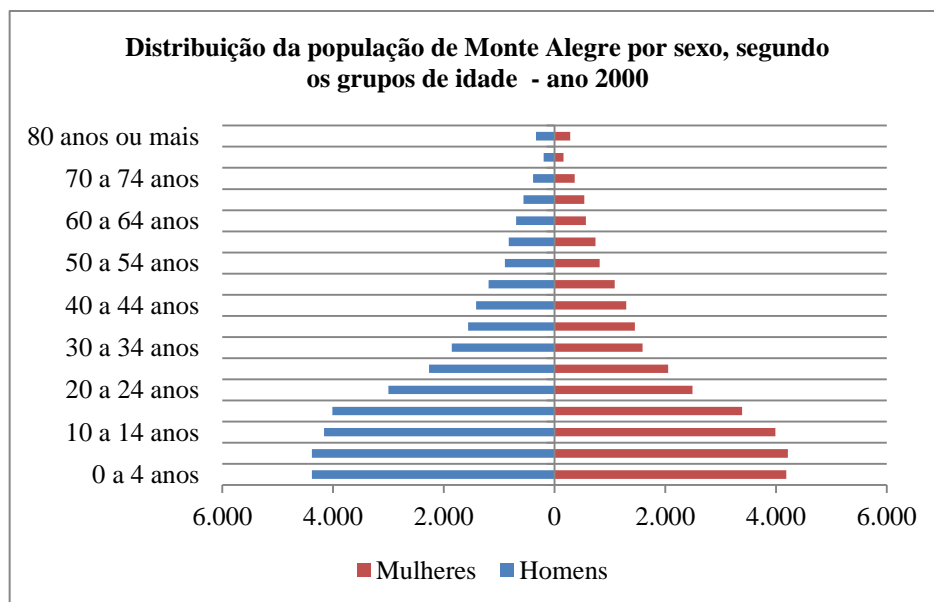


Figura 16. Distribuição da população de Monte Alegre por sexo, segundo os grupos de idade – ano 2000. Fonte: IBGE (2000); Tabela SIDRA - 200 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

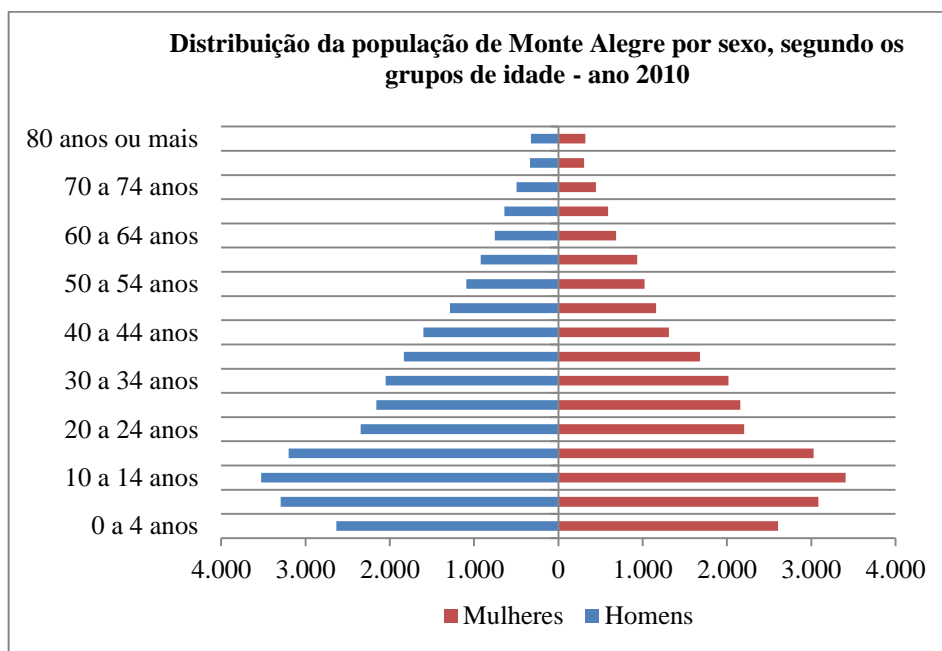


Figura 17. Distribuição da população de Monte Alegre por sexo, segundo os grupos de idade – ano 2010. Fonte: IBGE (2010); Tabela SIDRA - 3107 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

3.2.4. ESCOLARIDADE

O analfabetismo é uma das formas de exclusão social mais críticas no Brasil. Sua erradicação constitui grande desafio para o país que, segundo o Censo Demográfico 2010, possui 10,92% de sua população analfabeta¹⁸ (IBGE, 2010). Em Monte Alegre, há 9.050 pessoas (18,2%) de 5 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever. Contudo, a comparação dos dados de 1991, 2000 e 2010 mostra uma tendência de declínio da taxa de analfabetismo do município (ver figura 18).

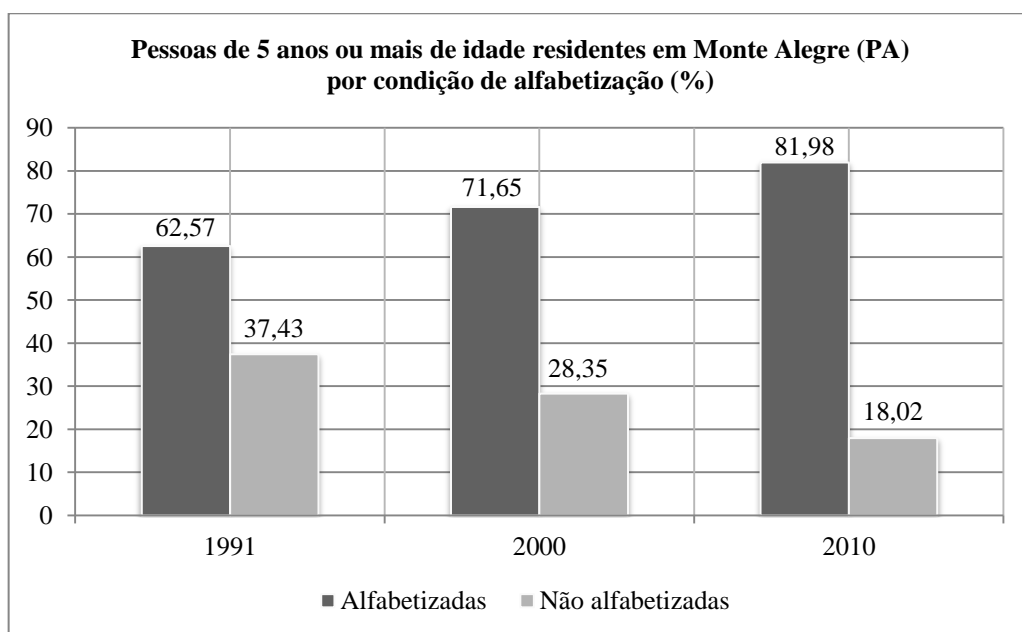


Figura 18. Pessoas de 5 anos ou mais de idade residentes em Monte Alegre (PA) por condição de alfabetização. Fonte: IBGE (2010); Tabelas SIDRA – 204; 3324 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

3.2.5. COR E RAÇA

A caracterização da população, segundo a sua cor ou raça, é fundamental para o conhecimento de sua diversidade e para o estudo das relações inter-raciais (IBGE, 2011). Segundo o Censo 2010, Monte Alegre conta com uma população de mais de 55 mil habitantes, dos quais 41.635 se classificaram como pardos (75,07%), 10.886 como brancos (19,63%), 2.350 como pretos (4,24%), 523 como amarelos (0,94%) e 68 como indígenas (0,12%). A distribuição da população de Monte Alegre por cor ou raça difere daquela obtida para a população total do Brasil. A análise comparativa dos dados referentes ao país e ao

¹⁸ Dados referentes a pessoas de 5 anos ou mais de idade.

município demonstra que menos habitantes de Monte Alegre se declararam brancos e pretos e mais se declararam pardos (ver figura 19).

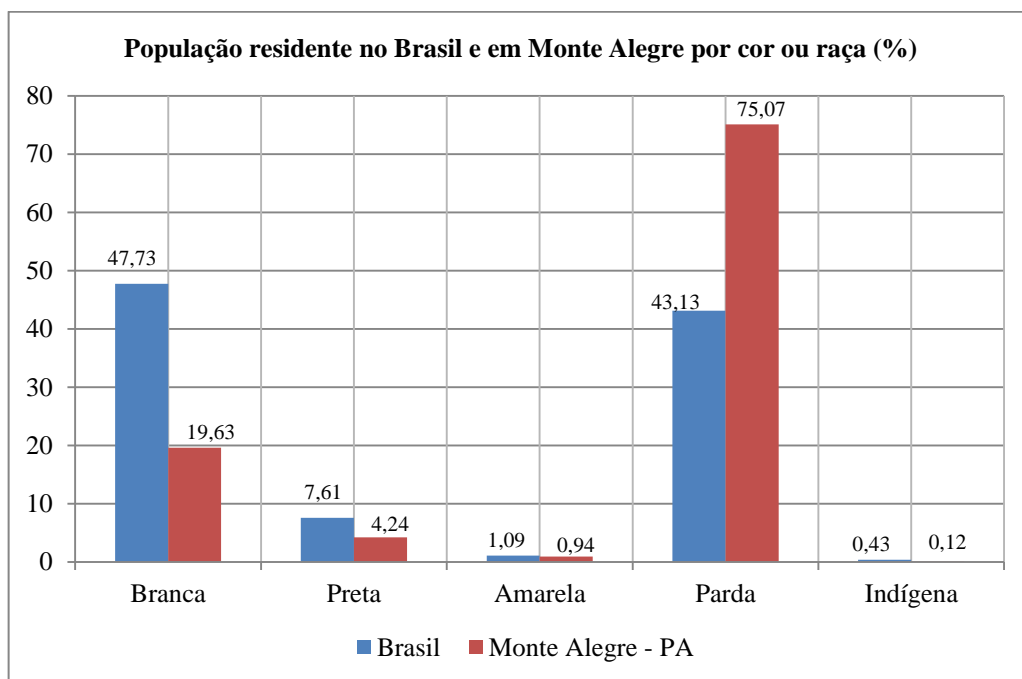


Figura 19. População residente no Brasil e em Monte Alegre (PA) por cor ou raça (%).
Fonte: IBGE (2010); Tabela SIDRA - 3145 (Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina).

3.3. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DE MONTE ALEGRE

3.3.1. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

Em 2010, a renda média mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, residentes em Monte Alegre ficou em R\$ 523,86. Em 2000, a renda era de R\$ 267,00. Corrigindo esse valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), obtém-se a valor de R\$ 533,81. Nota-se, portanto, que o rendimento dos moradores de Monte Alegre se manteve estável nos últimos 10 anos.

3.3.2. OCUPAÇÃO E ATIVIDADES PRODUTIVAS

De acordo com o Censo Demográfico 2000¹⁹, a maioria da população de Monte Alegre trabalha nos setores agropecuários, florestais, de caça e pesca (61,66%). 14,53% dos moradores do município trabalham no setor de serviços e 10,84% são trabalhadores do setor industrial. O restante da população (12,97%) é empregado em outras atividades, tais como: serviços técnicos que requerem nível médio, serviços administrativos, profissões voltadas às ciências e artes etc.

No município de Monte Alegre predominam as atividades agropecuárias voltadas tanto para comercialização quanto para subsistência. Essas atividades estão centradas em culturas temporárias como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. Os citros e a pimenta-do-reino, e mais recentemente o café, são as culturas perenes predominantes no município (BRASIL, 2009). A grande maioria dos estabelecimentos agropecuários (92,46%) pertence a agricultores familiares (IBGE, 2006)²⁰. O município, portanto, é caracterizado por pequenas propriedades (ver figura 20).

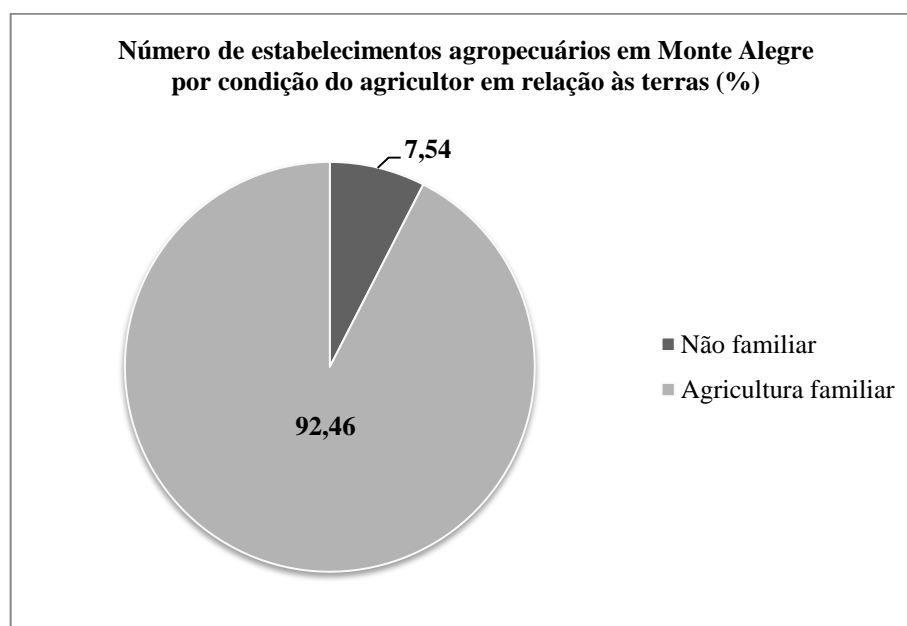


Figura 20. Número de estabelecimentos agropecuários em Monte Alegre (PA) por condição do agricultor em relação às terras.

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006). Tabela SIDRA 1109. Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina.

¹⁹ Até o início de 2012, o IBGE não divulgou dados do Censo Demográficos 2010 sobre os grupos de ocupação por município. Por isso, utilizaram-se dados do Censo 2000 (tabela SIDRA 1985).

²⁰ A definição de agricultura familiar desta dissertação baseia-se naquela estabelecida pela lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006

Deve-se notar que a concentração de terras em Monte Alegre é menor do que a média para o Brasil. No país, a agricultura não familiar ocupa 75,68% das áreas dos estabelecimentos agropecuários. Em Monte Alegre, esse número é significativamente menor: 30,53% da área dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura não familiar. Este fato está relacionado às políticas de reforma agrária e de criação de assentamentos rurais promovidas no município desde o século XIX (ver figura 21).

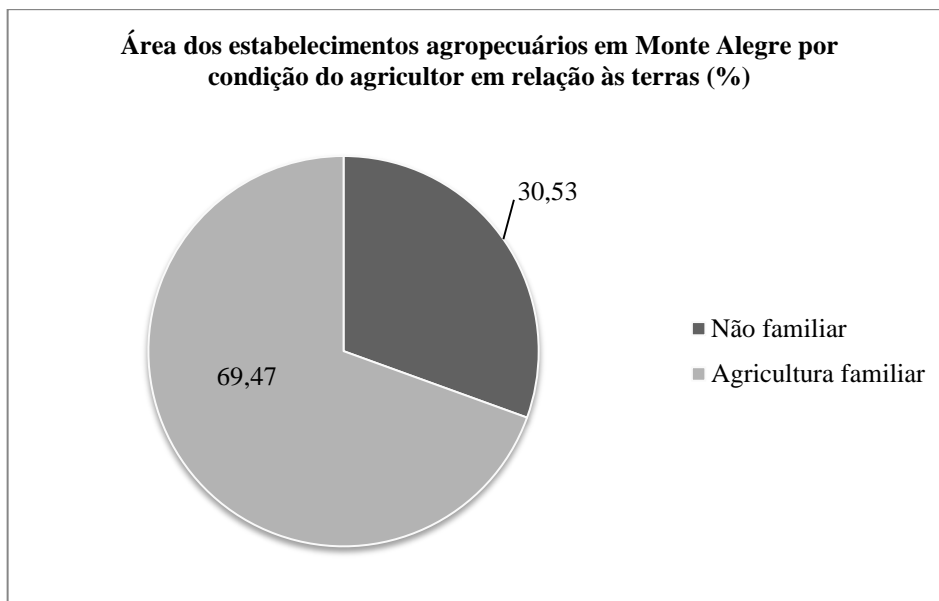


Figura 21. . Área dos estabelecimentos agropecuários em Monte Alegre (PA) por condição do agricultor em relação às terras.
Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006). Tabela SIDRA 1109. Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina.

Em 2006, Monte Alegre contou com um efetivo bovino de 196.200 cabeças. A comparação dos dados de 2000-2006 demonstra uma tendência de aumento da criação de bois no município, de cerca de 100% (ver figura 22). A produção de mandioca também aumentou ao longo dos anos, atingindo 96.900 toneladas em 2010 (ver figura 23). As produções de arroz e feijão tiveram seus picos no ano de 2003 com 16.206 toneladas e 5.200 toneladas, respectivamente. Nos anos seguintes a produção de arroz caiu substancialmente (ver figura 24). Segundo o Secretário Municipal de Agricultura, João Tomé (entrevistado em agosto de 2011), a queda na produção relaciona-se ao enfraquecimento do solo, à falta de assistência técnica, à falta de modernização agrícola e às migrações de populações da área rural para a área urbana.

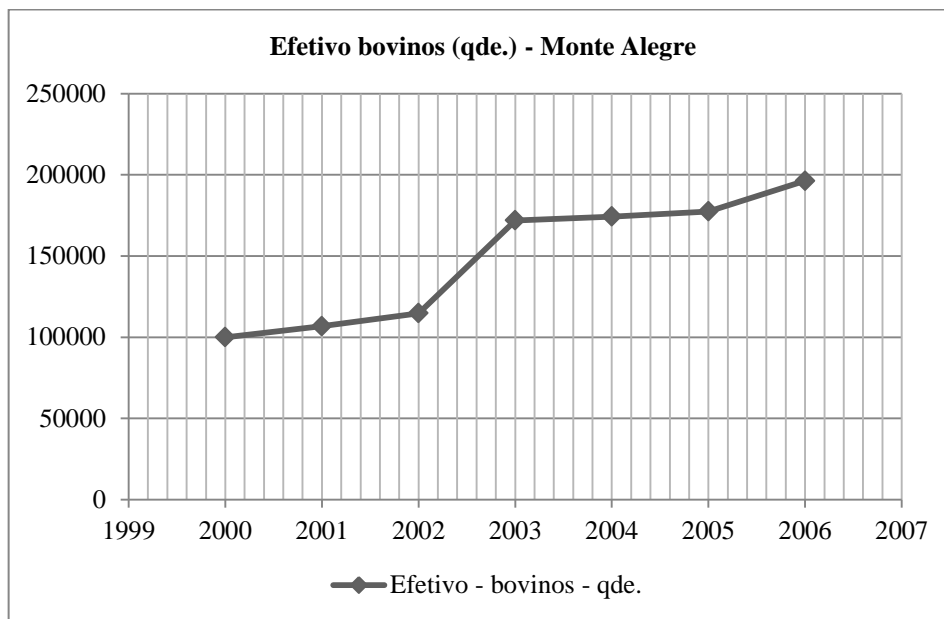


Figura 22. Efetivo bovino (quantidade de cabeças de bois) em Monte Alegre.
 Fonte: IBGE (2006). Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina.

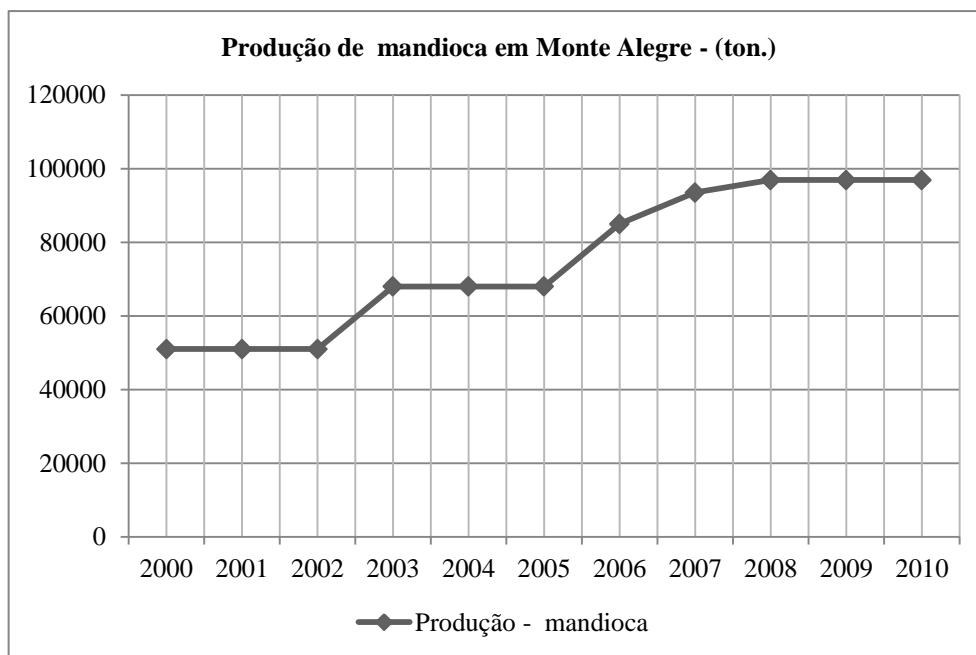


Figura 23. Produção de Mandioca (toneladas) em Monte Alegre (PA).
 Fonte: BRASIL (2010). Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina.

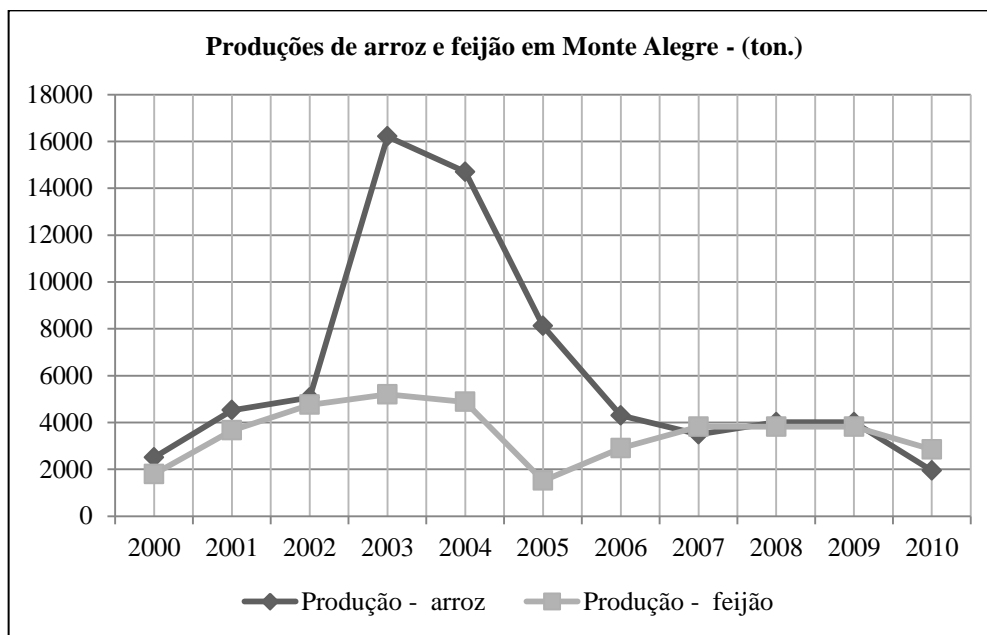


Figura 24. Produções de arroz e feijão (toneladas) em Monte Alegre (PA).
Fonte: BRASIL (2010). Gráfico elaborado por Izabel Ibiapina.

3.3.3. DEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RECURSOS FEDERAIS

Monte Alegre é dependente de transferências de recursos da União e do estado do Pará. A arrecadação tributária do município é pequena, cerca R\$ 1 milhão por ano (Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, 2005)²¹. Em 2010, o município recebeu R\$ 55.587.434,78 do Governo Federal (ver tabela 3).

O Governo Federal repassou também, em 2010, R\$ 9.844.863,00 diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza residentes em Monte Alegre (Programa Bolsa Família, Lei nº 10.836, de 2004). No total, o município possui 9.539 beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, 17,2% da população²².

²¹ Dados disponíveis no site da prefeitura de Monte Alegre. Disponível em: <<http://www.montealegre.pa.gov.br>>. Acesso em 01 de janeiro de 2012.

²² Fonte: <http://pa.transparencia.gov.br/Monte_Alegre>. Acesso em 02 de janeiro de 2012.

Tabela 3. Recursos recebidos do Governo Federal pela prefeitura de Monte Alegre em 2010²³.

Área	Acumulado no Ano (R\$)
TODAS	55.587.434,78
Encargos Especiais	32.564.939,87
Assistência Social	10.462.941,54
Saúde	7.269.852,57
Educação	4.039.700,80
Defesa Nacional	750.000,00
Transporte	500.000,00

3.4. COMUNIDADES DE LAGES, PAITUNA E SANTANA

O trabalho de campo desta dissertação foi realizado nos municípios de Belém (PA), Santarém (PA) e Monte Alegre (PA), entre os dias 7 de agosto e 6 de setembro de 2011. A coleta de dados foi feita a partir de instrumentos qualitativos e quantitativos. Utilizou-se entrevista estruturada para levantar informações socioeconômicas das comunidades de Lages, Paituna e Santana (ver apêndice A). O *software* SPHINX foi utilizado para compilação dessas informações²⁴. Foram feitas também entrevistas abertas e semiestruturadas com atores de instituições-chave. As entrevistas, por sua vez, foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise.

Nesta seção, são apresentados dados obtidos durante a pesquisa de campo realizada no Pará. Em primeiro lugar, o termo *ribeirinho*, utilizado aqui para identificar as comunidades estudadas, é discutido brevemente. Posteriormente, são apresentados aspectos históricos de Lages, Paituna e Santana. Por fim, são feitos um levantamento da situação fundiária dessas comunidades e uma caracterização socioeconômica das famílias visitadas.

3.4.1. IDENTIDADE: COMUNIDADE RIBEIRINHA

Os povoados de Lages, Paituna e Santana são referidos localmente como “comunidades”, termo amplamente utilizado para designar um grupo de famílias que, ao se reunirem, formam um grupo social. Este grupo contém forma própria de organização, com cargos de representação política, como presidente e vice-presidente (ALENCAR, 2005).

²³ Idem.

²⁴ Os dados foram compilados pela estudante de graduação do curso de Antropologia da UnB, Krislaine Andrade.

Além do termo “comunidade”, este trabalho utiliza a expressão “*ribeirinho*” para se referir aos moradores de Lages, Paituna e Santana.

Ao longo do rio Amazonas, ocorre dois tipos de ambientes: a várzea, como é chamada a área de planície inundada anualmente, e a terra firme, definida por sua localização em áreas não alagáveis. Para cada um desses ambientes correspondem identidades distintas. Os que vivem na várzea são conhecidos como varzeiros. Estes podem ser incluídos também na categoria *ribeirinho*. A atividade pesqueira é a principal fonte de renda e de alimentação das populações ribeirinhas. Por sua vez, aqueles que residem em áreas distantes das margens dos rios principais, e que têm a agricultura de terra firme como principal fonte de subsistência, são denominados moradores de terra firme (ALENCAR, 2005). As comunidades de Lages, Paituna e Santana, foco deste estudo, são identificadas aqui como ribeirinhas, pois se localizam em áreas próximas as planícies de várzea de Monte Alegre (BRASIL, 2009).

A várzea é definida a partir de duas características opostas. Por um lado, a várzea é referida como ambiente de fartura. Ela é periodicamente fertilizada pelos sedimentos carregados pelos rios, o que propicia o uso da mesma terra por até três anos seguidos. Por ter solo fértil, a várzea permite grande produtividade e cultivo de lavouras de curta duração. Ela é considerada um ambiente importante para a economia dos municípios, sendo responsável por grande parte da produção de gêneros alimentícios, como a farinha, a banana, o milho, o feijão, o arroz, verduras e legumes (ALENCAR, 2005).

Por outro lado, são enfatizados os aspectos negativos da várzea, como as frequentes alagações que contribuem para que o morador da várzea se defina como alguém que “está sempre começando” (ALENCAR, 2005, p. 75). O recomeçar que caracteriza a vida do morador da várzea é o resultado da ação do ambiente, das grandes cheias que destroem as plantações e impedem a continuidade do trabalho investido. A alternância entre períodos de águas baixas e altas imprime ritmo de vida ao ribeirinho que tem reflexo no calendário das atividades econômicas, na renda familiar, na dieta alimentar e na dinâmica de deslocamento (LIMA, 2005; ALENCAR, 2005).

Portanto, o modo de vida das populações de várzea apresenta especificidades que estão associadas às características do ambiente, pontuadas pelo pulso das inundações (ALENCAR, 2005). No entanto, isto não significa que os ribeirinhos sejam “povos naturais”, quase intocados pela economia política, cuja estrutura, organização social e estratégia de subsistência estejam subordinadas apenas a fatores ambientais (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006). A crença de que as populações ribeirinhas correspondem a “populações naturais” é um entrave para o avanço dos estudos sobre elas.

Nesse sentido, optou-se por não utilizar expressões como “*populações tradicionais*” para se referir aos moradores de Lages, Paituna e Santana. Termos como este alimentam expectativas conservadoras quanto aos modelos produtivos atualizados por esses grupos. Criam-se, portanto, expectativas de que o contexto de ocupação dessas populações seja imutável (BARRETTO, 2006). Tal concepção tem adiado uma compreensão mais acurada dessas sociedades como produto de transformações históricas (GUZMÁN, 2006). Por isso, decidiu-se adotar do termo “*ribeirinho*” para identificar as comunidades estudadas. A intenção desta escolha é evitar o risco de tornar tais povos reféns de uma definição a-histórica.

3.4.2. COMUNIDADES RIBEIRINHAS: ASPECTOS HISTÓRICOS

Dentre as três comunidades estudadas, Paituna é a mais antiga. Registros históricos apontam a presença de residentes nessa comunidade já em 1832 (SILVA, 2008). A maioria dos atuais moradores é descendente da família Andrade. Segundo Carvalho (2010), esta família chegou a Monte Alegre por volta de 1890. Procedente da Região Nordeste, ela se estabeleceu na comunidade de Paituna e desenvolveu a agricultura de subsistência no local. Dentro de alguns anos, a família Andrade passou a ser reconhecida como a dos grandes comerciantes e regatões da região. Além de cultivarem determinados gêneros alimentícios (como mandioca, milho, arroz, jerimum e batata-doce) também comercializavam produções agrícolas de outras comunidades. Durante o século XX, os moradores de Paituna diversificaram suas atividades, aproveitando-se do potencial pesqueiro dos lagos e rios próximos à comunidade. Atualmente, os herdeiros da família Andrade perderam parte do seu poder econômico, mas ainda exercem influência sobre a comunidade de Paituna.

A divisão dos limites físicos das comunidades de Paituna e Santana é tênue até mesmo para os moradores locais. Os mais jovens classificam a comunidade de Santana como um “bairro” de Paituna (SILVA, 2008). Não foram encontradas muitas informações a respeito da origem da comunidade de Santana. Porém, estima-se que ela exista desde o século XIX (SILVA, 2008, p. 115). Além disso, sabe-se que os atuais moradores de Santana descendem principalmente da família Valente, procedente também da Região Nordeste. Até hoje essa família tem grande influência na região.

Lages é a mais nova das três comunidades visitadas. A formação de Lages ocorreu por volta de 1950 quando os moradores do local se uniram e deram nome à comunidade²⁵. Até os anos 1970, os moradores de Lages viviam isolados, praticavam a agricultura de

²⁵ Informação coletada em um folheto de igreja, em agosto de 2011.

subsistência em terra-firme e se mudavam periodicamente para a várzea no período de seca. A comunidade saiu da invisibilidade com a criação da escola e a abertura de estradas no local (SILVA, 2008). Os atuais residentes descendem principalmente de três famílias: Palmeira, Cunha e Uchoa, todas de origem nordestina (CARVALHO, 2010).

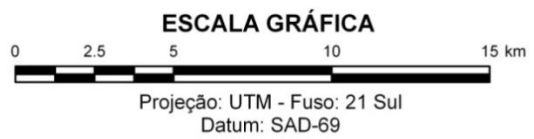
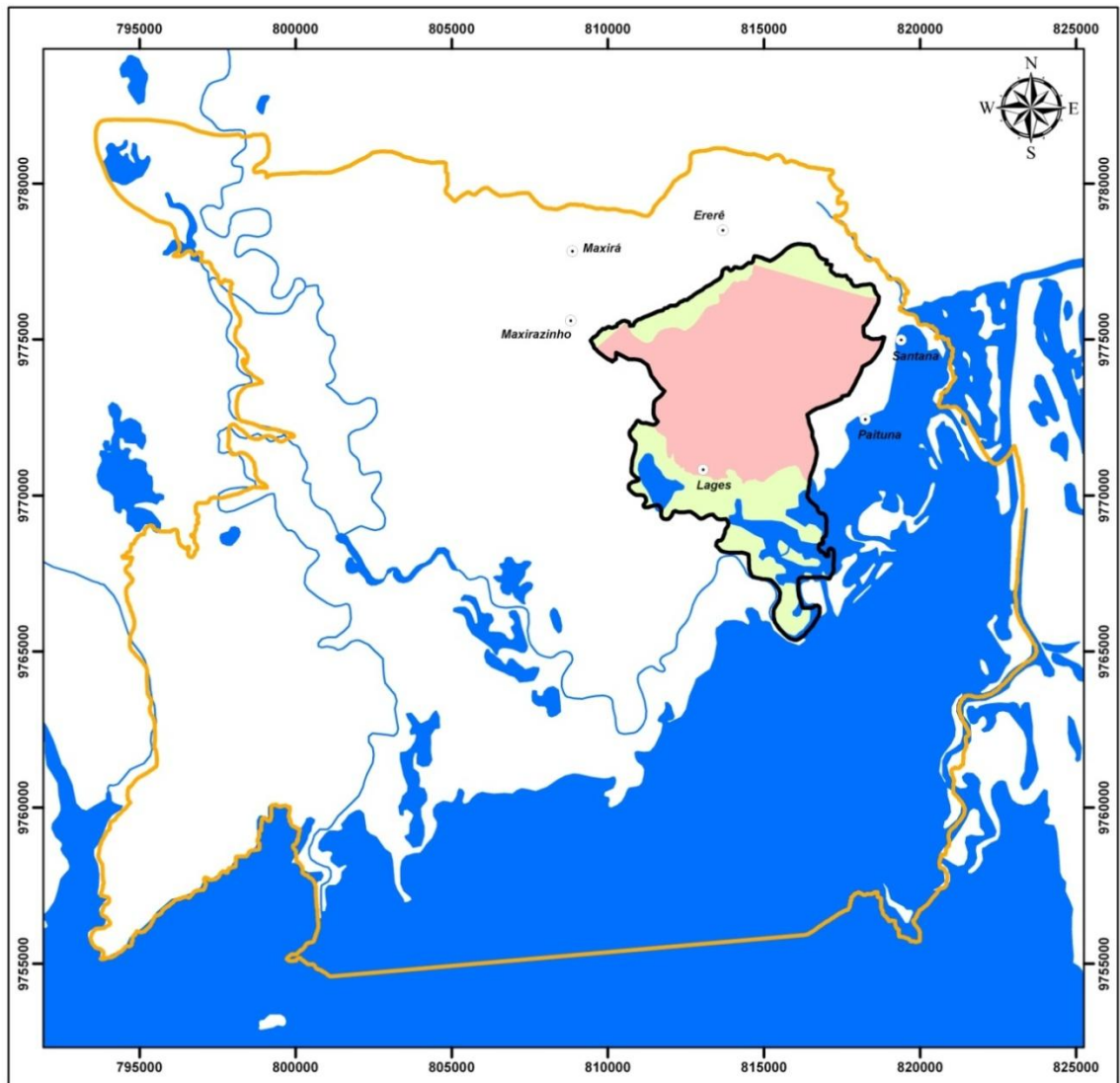
Um fato marcante ocorreu em Lages, em 1988. Naquele ano, um suposto proprietário das terras da comunidade conseguiu uma liminar na justiça que lhe deu o direito de posse da área. Policiais de Monte Alegre cumpriram o mandado judicial e derrubaram as 13 casas que existiam à época em Lages. O conflito foi resolvido em 1991 por meio de decisão judicial que garantiu a reintegração de posse e a permanência da comunidade no local. No entanto, o medo de perderem suas habitações continua vivo no discurso dos moradores. A ameaça atual é o deslocamento forçado que pode ocorrer em função do Parque Estadual Monte Alegre.

3.4.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Conforme foi dito no capítulo 2, o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) foi criado pela lei estadual nº 6.412, de 09 de novembro de 2001 e envolve uma superfície de 58 km². Esta área é maior do que a estabelecida na consulta pública de criação do PEMA. A consulta pública, obrigatória conforme prevê a Lei do SNUC, determinou a criação de um Parque em uma área de 36,78 km², numa região onde não houvesse moradores. Contudo, a lei nº 6.412 estabeleceu a criação de uma unidade de conservação em área que abrange as habitações de Lages. Além das famílias de Lages, residentes de outras comunidades foram prejudicados por essa lei. Muitos moradores de Paituna e Santana também possuem terras no interior do Parque. Essas terras são utilizadas para a lavoura, a criação de gado, a retirada de madeira para a construção de casas etc. (BRASIL, 2009).

Dessa forma, várias famílias detêm posses dentro dos limites do PEMA. Segundo levantamentos do Plano de Manejo (BRASIL, 2009), 63% da área do Parque sobrepõem terras de ribeirinhos locais (ver figura 25). Considerando as três comunidades de estudo, observa-se que a comunidade de Lages encontra-se na situação mais delicada uma vez que ela está totalmente inserida no Parque. Os moradores das demais comunidades perderam parte da propriedade, a saber, os fundos de seus estabelecimentos rurais²⁶. A maioria dos moradores não possui escrituras de terras e/ou registros no cartório de imóveis. Até o final de 2011, nenhum deles foi indenizado pela perda parcial ou total da propriedade. Da mesma forma, ninguém foi expulso do local.

²⁶ Quatro famílias de Paituna encontram-se inteiramente no interior do PEMA. Informação coletada, em agosto de 2011, com técnicos do Escritório Local da EMATER, em Monte Alegre (PA).



LEGENDA

Limite Estadual - Pará	Área de Estudo
Limite Municipal	Rios Principais
Limite de Monte Alegre	Capital Estadual - Belém
Limite da APA Paytuna	Sede de Monte Alegre
Área do Parque sem Posse (37%)	Comunidades
Área do Parque com Posses (63%)	

Figura 25. Sobreposição da área do PEMA com as posses dos moradores das comunidades.
Fonte: BRASIL (2009, p. 196).

Outro fator que agrava a complexidade da situação fundiária dos moradores de Lages, Paituna e Santana é a existência de terras públicas federais e estaduais na área do PEMA. Durante o processo criação do Parque, não foram realizados levantamentos fundiários que atestassem que a área destinada ao PEMA era integralmente do estado do Pará. Por ser uma unidade de conservação estadual, a área do Parque também deveria ser do estado. Esta preocupação surgiu somente em 2005, após o início das pesquisas para elaboração do Plano de Manejo do PEMA. Estudos do referido Plano constataram que a área do Parque compreende terras públicas do estado e da União. As terras públicas estaduais correspondem a 45% (26,05 km²) da área do PEMA. E as terras federais correspondem a 55% (33,95 km²) da área total do Parque, sendo 26% (14,91 km²) referente à Gleba Inglês de Souza, que pertence ao INCRA, e 29% (17,04 km²) referente à área de várzea federal²⁷ localizada no sul do PEMA, de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (BRASIL, 2009).

Em novembro de 2005, a SPU firmou um “Termo de Cooperação Técnica” com o INCRA com objetivo de promover a regularização fundiária em áreas de várzea e implantar Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) nesses terrenos. Assim, com base neste Termo, o INCRA criou o PAE PAITUNA na área de várzea situada no sul do Parque Estadual Monte Alegre (Portaria nº 58, de 12 de dezembro de 2006). Atualmente, 138 famílias das comunidades de Lages, Paituna e Santana estão na relação de beneficiários do INCRA, ou seja, pertencem ao PAE PAITUNA²⁸. É importante ressaltar que os beneficiários do INCRA não são proprietários da área. Eles possuem apenas uma concessão de uso da terra. A figura 26 demonstra a sobreposição do PEMA com áreas federais (PAE PAITUNA e Gleba Inglês de Souza).

²⁷ As várzeas são áreas marginais às correntes de água, alagadas periodicamente. As áreas de várzea são de domínio da União ou do Estado, dependendo da titularidade da água. Se as águas forem federais, a área de várzea pertence à União; se forem estaduais, a várzea pertence ao Estado titular das águas. Como a calha do rio Amazonas (pertencente à União) cruza o Pará não há como negar que suas águas bem como os terrenos alagados e os seus terrenos marginais são bens da União (BRASIL, 2009).

²⁸ O Escritório local da EMATER (Monte Alegre – PA) repassou a informação de que o PAE PAITUNA possui 138 famílias beneficiárias de Lages, Paituna e Santana. É importante observar que o número de famílias indicado pela Agente de Saúde foi de 129 famílias. Este último dado foi utilizado pelo trabalho por ter sido levantado pela Agente de Saúde em agosto de 2011. Portanto, trata-se de uma informação mais recente.

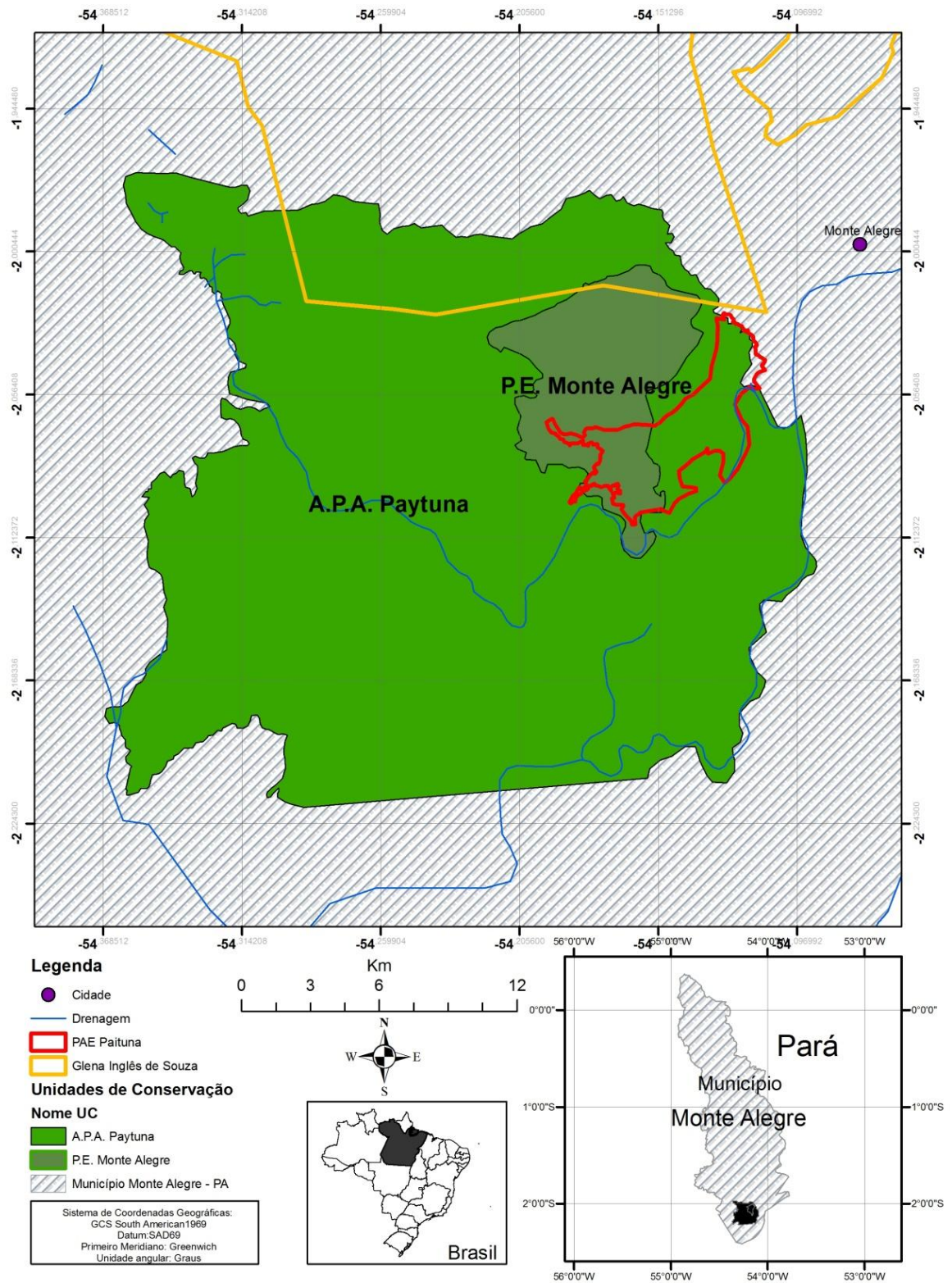


Figura 26. Sobreposição do PEMA com áreas federais.
 Autor: Felipe Torres (2012).

3.4.4. INFRAESTRUTURA DAS COMUNIDADES

Como é padrão nas áreas de várzea, e mesmo nas zonas rurais da Amazônia, as casas são, em sua maioria, suspensas, de forma a suportar a sazonalidade das águas. De maneira geral, as casas das comunidades de Lages, Paituna e Santana são feitas de madeira e cobertas com alumínio ou palha. No entanto, em função das proibições advindas da criação do Parque Estadual Monte Alegre, como a retirada de madeira no interior de sua área, algumas residências mais recentes foram construídas em alvenaria. Quanto ao número de cômodos e divisões internas, há variações. Algumas casas não possuem divisões internas, à exceção da cozinha, enquanto outras têm mais de um cômodo com portas e corredores.

As moradias têm, em seu interior, um patrimônio modesto, sendo o fogão a gás o bem mais comum, seguido do rádio. A ausência desses bens pode indicar maior precariedade material da família.

Apesar de estarem incluídas, segundo a Prefeitura, no Programa Federal “*Luz Para Todos*”, as três comunidades ainda não possuem energia elétrica. Elas também não têm acesso a saneamento básico. A maioria das residências possui apenas fossas rudimentares. Ademais, nenhuma das casas possui sistema de abastecimento de água. Os moradores que se localizam em regiões distantes de lagos ou rios acessam a água por meio de poços ou igarapés.

Cada comunidade possui sua própria escola que tem estrutura para receber alunos até a 4ª série. Entretanto, as condições de ensino são precárias. Cada escola possui apenas um professor, que ensina ao mesmo tempo e na mesma sala de aula para alunos de diferentes séries escolares e com diferentes idades. As escolas, embora sejam em alvenaria, não possuem energia elétrica, sanitários ou água corrente (BRASIL, 2009). Após completarem a 4ª série, os alunos devem se deslocar para comunidades vizinhas como a CANP. Porém, isso nem sempre é possível. Embora a Prefeitura forneça transporte escolar, as estradas locais ficam intransitáveis durante o período chuvoso.

Apenas a comunidade de Paituna possui um posto de saúde. Contudo, este se encontra em estado de abandono. Uma única agente de saúde é responsável por todos os moradores das comunidades visitadas. Em função da sobrecarga de trabalho, a agente raramente consegue atender as demandas dos residentes. Segundo o Plano de Manejo (BRASIL, 2009), cerca de 90% dos moradores das comunidades do interior e do entorno do PEMA recorrem ao uso de plantas medicinais na área do Parque para o tratamento de doenças.

3.4.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados 37 moradores de Lages, Paituna e Santana²⁹. Deste total, 27 entrevistas foram realizadas na comunidade Lages. A pesquisa se concentrou nesta comunidade por ela estar totalmente inserida no interior do Parque Estadual Monte Alegre e ser, portanto, a mais diretamente afetada pela restrição ao uso dos recursos naturais. Realizaram-se também 5 entrevistas em Paituna e 5 em Santana (ver figura 1, introdução). O objetivo foi comparar os resultados das três comunidades e observar possíveis especificidades de Lages (ver tabela 4).

A tabela 4 traz os dados demográficos relativos às três comunidades visitadas. Lages, Paituna e Santana têm 129 famílias, com 486 pessoas. A comunidade de Paituna apresenta o maior número de moradores, 170.

Tabela 4. Dados demográficos das comunidades visitadas em Monte Alegre (PA)

Comunidade	Número de famílias	Número de moradores	Número de entrevistas
Lages	35	151	27
Paituna	55	170	5
Santana	39	165	5
Total	129	486	37

Fonte: Agente de Saúde (2011); Izabel Ibiapina (2012).

Dados coletados na Secretaria Municipal de Saúde de Monte Alegre sobre a distribuição da população das comunidades visitadas por faixa etária indicam que o maior contingente populacional (35,9%) é de crianças e jovens (0 a 14 anos). A tabela 5 chama atenção para a presença de maior quantidade de moradores do sexo masculino. Há duas hipóteses para essa diferença populacional entre homens e mulheres. A primeira hipótese é que as mulheres migram mais para as cidades do que os homens. Elas encontrariam mais facilmente um meio de se sustentar na área urbana. Em geral, vão trabalhar como empregadas domésticas. A segunda hipótese está ligada à particularidade da economia de várzea, que requer mais mão de obra masculina do que feminina. Atividades como a pesca e a pecuária são ocupações prioritariamente masculinas, embora a agricultura ocupe ambos os sexos (ver tabela 5).

²⁹ Buscou-se realizar entrevistas com o chefe de família. Nas casas em que ele não se encontrava, foram realizadas entrevistas com as pessoas que respondiam pelo estabelecimento na ausência do chefe.

Tabela 5. Distribuição da população por faixa etária das comunidades de Lages, Paituna e Lages (%)

	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	19,6%	16,3%	35,9%
15 a 19 anos	5,1%	8,8%	13,9%
20 a 39 anos	14,5%	13,5%	28%
40 a 59 anos	9%	5,9%	14,9%
60 anos ou mais	4,1%	3,1%	7,3%
Total	52,4%	47,6%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2011)

A migração para fora de Lages, Paituna e Santana é significativa: 62% dos entrevistados afirmaram que alguém da família não está mais na comunidade de origem. Os destinos principais são as cidades de Monte Alegre (PA) e Manaus (AM). Também houve relatos da migração de familiares para o estado do Amapá e para outras colônias rurais de Monte Alegre. Os principais motivos para a emigração são: (1) acompanhar o marido; (2) trabalhar; (3) e estudar.

Todos os entrevistados nasceram em Monte Alegre e a maioria deles (62%) é natural da própria comunidade em que reside atualmente. Cerca de 70% dos entrevistados moram na propriedade há mais de 20 anos (ver tabela 6). Nota-se, portanto, que a maioria deles está no local antes da criação do Parque Estadual Monte Alegre em 2001.

Tabela 6. Tempo de residência na propriedade - entrevistados

	Frequência	%
Menos de 10 anos	4	10,81
De 10 a 20 anos	3	8,11
De 20 a 30 anos	11	29,73
De 30 a mais	15	40,54
NS/NR	4	10,81
Total	37	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

O grau de escolaridade dos moradores é significativamente baixo. Nenhum dos entrevistados fez curso técnico ou ingressou no ensino superior. Apenas um entrevistado, residente da comunidade de Paituna, possui ensino médio completo. Trata-se do professor contratado pela Prefeitura municipal. 10,8% dos entrevistados são analfabetos e 16,2% sabem somente ler e escrever. A maioria declarou possuir ensino fundamental incompleto (56,8%) (ver tabela 7).

Tabela 7. Escolaridade dos entrevistados

	Frequência	%
Não alfabetizado	4	10,8
Somente lê e escreve	6	16,2
Ensino fundamental incompleto	21	56,8
Ensino fundamental completo	3	8,1
Ensino Médio incompleto	2	5,4
Ensino Médio completo	1	2,7
TOTAL	37	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

A maioria dos entrevistados (64,9%) se declarou católica. Mas, de acordo com os ribeirinhos, nos últimos anos a religião evangélica tem ganhado espaço nas comunidades: 16,2% se declararam pertencentes à Assembleia de Deus e 13,5% afirmaram pertencer a Igreja da Paz. Os entrevistados relataram que a presença da Igreja Católica no local é fraca. A celebração de missas ocorre esporadicamente (menos de 1 vez por mês). É importante observar que 32,4% dos entrevistados não são praticantes da religião.

Tabela 8. Religião dos entrevistados

	Frequência	%
Católica	24	64,9
Assembleia de Deus	6	16,2
Igreja da Paz	5	13,5
NS/NR	2	5,4
TOTAL	37	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

Tabela 9. Praticante/Não Praticante – Religião/Entrevistados

	Frequência	%
Praticante	23	62,2
Não Praticante	12	32,4
NS/NR	2	5,4
TOTAL	37	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

As três comunidades possuem, cada qual, sua Associação dos Moradores. Os presidentes apresentam atuações diferentes. Os presidentes das Associações dos Moradores de Paituna e Santana se mostraram articulados com a Prefeitura do município e dispostos a resolver problemas das comunidades que representam. O presidente da

Associação de Lages, por sua vez, não foi encontrado na comunidade. Muitos moradores do local se queixaram do trabalho do presidente, pois, segundo relatos, ele não se empenha para melhorar as condições de vida dos habitantes de Lages. Isto certamente dificulta a resolução dos conflitos gerados pelo Parque.

Em torno de 57% dos entrevistados participam da Associação dos Moradores de suas comunidades. A pesquisa investigou também a participação dos entrevistados em outras organizações. Observou-se que 13,5% das famílias participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 67,6% da Colônia dos Pescadores (Z11) e 18,9% do Clube de Futebol. Apenas duas famílias de Lages e uma de Paituna não participam de organizações comunitárias (ver tabela 8).

Tabela 10. Participação em organizações comunitárias - entrevistados³⁰

	Frequência	%
Associação dos Moradores	21	56,7
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	5	13,5
Colônia dos Pescadores (Z11)	25	67,6
Clube de Futebol	7	18,9
Não participa de nenhuma organização	3	8,1

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

3.4.6. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

Nas comunidades ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana, a economia está assentada sobre atividades agrícolas, pecuárias e, notadamente, sobre a pesca. A unidade produtiva básica é o grupo de parentes (família) que reside em uma mesma casa, sendo esta também a unidade de consumo dos bens produzidos (agrícolas, pesqueiros, criatórios) e dos bens comprados (mercadorias). O tamanho médio dos grupos domésticos visitados é de 4,35 pessoas por família.

Na composição da renda monetária doméstica, a maior contribuição vem da pesca: 70,2% dos entrevistados afirmaram que a atividade pesqueira é a principal fonte de renda da família. A pesca é uma atividade relevante tanto para a subsistência como para o comércio. Os peixes constituem o componente mais importante da alimentação das famílias da região.

³⁰ Respostas múltiplas.

Do total dos entrevistados, apenas três declaram nunca pescar. Somente um entrevistado afirmou pescar esporadicamente. Os demais (89,2%) pescam pelo menos dois dias por semana (ver tabela 9).

Tabela 11. Número de vezes que o entrevistado pesca por semana

	Frequência	%
Nunca Pesca	3	8,1
Pesca Esporádica	1	2,7
Até 1 dia	0	0
De 2 a 3 dias	6	16,2
4 dias ou mais	27	73
Total	37	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011)

Os materiais para pesca mais utilizados pelos moradores são: malhadeira, caniço, tarrafa, arpão e anzol. Os principais peixes encontrados nos lagos e rios próximos às comunidades são: Tucunaré, Tambaqui, Pirarucu, Surubim, Acari, Aracu, Cujuba, Traíra, Aruanã, Curimatá, Dourada e Pacu.

Como foi dito anteriormente, as terras de várzea são consideradas de alta qualidade para plantios, desde que de ciclo curto. Milho, melancia, feijão, jerimum, maxixe, entre outros, são os cultivos preferenciais. O binômio várzea/terra firme pode ser adicionado a esta equação de manejo agrícola quando o morador possui terrenos em ambos os ambientes. Neste caso, a terra firme é utilizada para os plantios de ciclo longo, em especial a mandioca e plantios perenes, como árvores frutíferas (PANTOJA, 2005).

Nas comunidades estudadas, a agricultura está direcionada principalmente para a subsistência, exceto o feijão que é vendido por algumas poucas famílias na cidade de Monte Alegre. No período de chuva, os moradores de Lages, Paituna e Santana plantam principalmente mandioca, arroz, feijão e milho. A mandioca é um dos produtos mais plantados: 46% dos entrevistados a cultivam. A mandioca, principal fonte de carboidrato dos ribeirinhos, é utilizada para fazer farinha, tucupi, tapioca e goma (ver tabela 10).

Tabela 12. Variedades de plantios (tipos de cultivos - entrevistados)

	Plantio de milho/arroz	Plantio de feijão	Plantio de mandioca	Plantio de hortaliças	Plantio de frutíferas
Sim	10	4	17	20	34
Não	27	32	20	15	3
NS/NR	0	1	0	2	0
Total	37	37	37	37	37

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

Os moradores destinam seus terrenos para a agricultura ou para a pecuária ou combinam as duas atividades no mesmo espaço. As áreas cultivadas devem ser cercadas para evitar destruições causadas pelo gado que circula livremente entre os estabelecimentos rurais. Mesmo moradores que apenas plantam e não criam, ou mantêm criações em outros terrenos, podem ter problemas com gado invadindo seus roçados. Esta é uma fonte constante de conflitos entre vizinhos.

O manejo do gado e das pastagens obedece ao ciclo das águas: o transporte de gado entre áreas de terra firme e de várzea é comum entre os ribeirinhos. Na estação seca, os terrenos de várzea, que permaneceram submersos no período chuvoso, se enchem de capim. Assim, aproveitando-se da fertilidade dos campos naturais, os criadores de gado deslocam suas reses para a várzea. Já na estação chuvosa, os moradores costumam levar seus rebanhos para áreas de terra firme.

A presença do gado branco (de corte) nas comunidades é significativa: 54% dos entrevistados criam bovinos. Porém, trata-se de pequena criação de gado: 6,2 cabeças por família. Em geral, o gado representa uma forma de poupança para os moradores das comunidades visitadas. O rebanho é fruto de investimentos feitos a partir dos rendimentos obtidos com a pesca ou a agricultura. Boa parte das famílias visitadas também criam galinhas, porcos e patos, como demonstra a tabela 11. Essas criações são utilizadas principalmente para alimentação das famílias. No entanto, pequena parte é vendida.

Tabela 13. Criação de animais – entrevistados

	Criação de bovinos	Criação de galinhas	Criação de porcos	Criação de patos
Sim	20	35	16	12
Não	17	2	21	25
Total	37	37	37	37

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

Por fim, deve-se destacar que 97,3% dos entrevistados possuem fontes de renda externas à propriedade, tais como aposentadorias e pensões, bolsa família, seguro defeso, prestação de serviço no campo, prestação de serviço na cidade e prestação de serviço para o Estado ou município (ver tabela 12). Este dado realça a importância dos programas de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, para a composição da renda familiar dos ribeirinhos de Lages, Paituna e Santana.

Tabela 14. Fonte de renda externa à propriedade – entrevistados

	Frequência	%
Pensão ou aposentadoria	9	24,3
Prestação de serviço no campo	10	27
Prestação de serviço na cidade	1	2,7
Funcionário do estado ou município	1	2,7
Seguro Defeso	26	70,3
Bolsa Família	19	51,4

Fonte: Pesquisa de Campo – Izabel Ibiapina (2011).

Este capítulo apresentou características socioeconômicas do município e das comunidades visitadas. Buscou-se demonstrar a dependência dos entrevistados em relação ao meio físico. Este é utilizado para a produção de gêneros alimentícios, como mandioca, feijão, arroz e milho, bem como para a criação de animais, como bovinos, patos, galinhas etc. Observou-se também que moradores dependem dos recursos pesqueiros existentes nas proximidades do PEMA. Essas informações são importantes para a compreensão dos conflitos gerados pela criação do Parque. No capítulo 4, será demonstrado que as restrições impostas pela SEMA (PA) ao uso dos recursos é um dos motivos para os embates provocados pela UC.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DAS INTERAÇÕES – CONFLITOS E ALIANÇAS

Neste capítulo são apresentados e analisados os principais atores envolvidos nos conflitos provocados pela criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA – PA). A metodologia utilizada, *Stakeholder Analysis* (SA), foi adaptada de Grimble *et al.* (1995), Ramirez (1999), Varvasovszky & Brugha (2000), Assad (2002) e Oviedo (2006). Dentre os objetivos desta análise, busca-se a construção de um modelo da dinâmica social por meio da descrição dos principais atores envolvidos neste estudo de caso, seus papéis, interesses, conflitos e alianças.

Este capítulo se inicia com uma breve descrição da metodologia *Stakeholder Analysis* – conceito, características e objetivos. Posteriormente, são identificados e caracterizados os principais atores envolvidos no estudo. Por fim, são apresentadas as interações (conflitos/alianças) entre os atores na arena de criação do PEMA.

4.1. METODOLOGIA STAKEHOLDER ANALYSIS

Conforme foi descrito no capítulo 1, este estudo utiliza a teoria social de Bourdieu para compreender os conflitos gerados pela criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). O meio ambiente é analisado aqui como um campo de manifestações de conflito, onde indivíduos e/ou grupos ocupam posições relativas e travam embates. No caso do PEMA, os conflitos entre os diferentes atores sociais se desenvolvem tanto nas disputas pelo uso e apropriação dos recursos naturais territorializados, quanto na busca de legitimação/deslegitimação das distintas formas de representação e significação atribuídas à natureza.

Segundo Ramirez (1999), *Stakeholder Analysis* (SA) é uma ferramenta (ou conjunto de ferramentas) utilizada para a identificação e descrição dos atores e de suas atribuições, inter-relações e interesses em relação a um dado problema. Esta metodologia visa a compreensão do sistema a partir da identificação de atores-chave (*stakeholders*) e de seus respectivos interesses com a problemática (GRIMBLE *et al.*, 1995). A metodologia SA é particularmente interessante em pesquisas que se baseiam na teoria de social de Bourdieu, pois permite a análise dos conflitos ambientais entre atores diferentemente posicionados no espaço social (ou campo). Sua aplicação nesta dissertação se justifica por dois motivos principais:

- (1) Os sistemas naturais/físicos perpassam dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Portanto, para um dado problema ambiental, diferentes *stakeholders* – como comunidades locais, organizações governamentais variadas e ONGs – estão suscetíveis a sofrer influência ou a influenciar a questão.
- (2) Os recursos naturais tendem a ter múltiplos usos, frequentemente não compatíveis. Por exemplo, os recursos florestais têm benefícios produtivos e benefícios ambientais e são utilizados diferentemente por cada *stakeholder*. Assim, a madeira de certa espécie pode ser cobiçada por uma serraria, os produtos madeireiros podem ser úteis para as comunidades locais, a terra onde a floresta se encontra pode ser alvo de ocupações de posseiros, entre outros.

Esta dissertação adota o conceito de *stakeholder* desenvolvido por Grimble *et al.* (1995). Segundo os autores, os *stakeholders* incluem todos aqueles que afetam ou são afetados por políticas, decisões ou ações no sistema. O termo não se limita a indivíduos, grupos sociais ou instituições, podendo se estender a categorias abstratas como “gerações futuras” e “interesse nacional”.

O uso da metodologia SA em estudos sobre gestão de recursos naturais possui diferentes propósitos: avaliação *ex ante* de projetos e políticas; a avaliação *ex post* de projetos e políticas; e promoção de apoio analítico a processos em andamento de resolução de conflitos e gestão cooperativa de um recurso natural (Grimble *et. al.*, 1995). Esta pesquisa se enquadra no segundo objetivo descrito, pois busca analisar os conflitos provocados após a implantação de uma política de conservação da natureza, a saber, a criação do Parque Estadual Monte Alegre.

Ao utilizar a metodologia SA, esta dissertação procura dar voz ativa aos atores (ou *stakeholders*) sociais envolvidos nos conflitos gerados pelo PEMA. Esta metodologia ressalta a importância das ações individuais sem desconsiderar o contexto no qual os atores estão inseridos. Indivíduos, unidades domésticas ou coletivos maiores são vistos como atores que tomam decisões concretas após considerar as estratégias disponíveis. Eles (*stakeholders*) são forças de mudança (VANWEY, OSTROM & MERETSKY, 2009).

O conceito de conflito desenvolvido por Georg Simmel corrobora com a ideia segundo a qual os indivíduos ou grupos sociais são agentes de mudança. Para o autor, os conflitos são responsáveis por mudanças nos grupos de interesses. No capítulo 1, foi visto que, de acordo com Simmel, os conflitos estão destinados a resolver dualismos divergentes e são, por isso, vitais para restituir a unidade perdida. Assim, à luz de Simmel, este estudo

admite a existência de positividade nas disputas entre os diferentes atores relacionados ao PEMA. Os *stakeholders* (agentes de mudanças) podem, a partir dos conflitos, alterar o atual cenário de suspensão de direitos a que estão submetidos os moradores do interior (Lages) e do entorno (Paituna e Santana)³¹ do Parque.

A metodologia *Stakeholder Analysis* divide-se em cinco principais etapas. As próximas seções dedicam-se a cumprir os passos abaixo (adaptado de Grimble *et. al.*, 1995).

- (1) identificação do objetivo principal da análise ou propósito da análise;
- (2) identificação dos *stakeholders*;
- (3) investigação das características, interesses, influência e poder dos *stakeholders*;
- (4) identificação das interações (conflitos e alianças³²) entre os *stakeholders*;
- (5) representação gráfica das interações.

4.2. OBJETIVO DA ANÁLISE

Como foi dito na introdução, o objetivo da pesquisa é compreender os conflitos, envolvendo as populações ribeirinhas (comunidades de LAGES, PAITUNA e SANTANA), provocados pela criação do Parque Estadual Monte Alegre (PA).

4.3. IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS

Os atores sociais apresentados abaixo correspondem aos principais agentes com expressão política envolvidos com o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Esses agentes atuam no contexto social (ou campo) com intuito de defender e negociar seus interesses, objetivos, posições e/ou modos de vida que lhes conferem identidade política, social e cultural.

Esses atores foram identificados e caracterizados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e abertas com instituições-chave; aplicação de entrevistas estruturadas com os moradores das comunidades de Lages, Paituna e Santana (ver apêndice); e a leitura de relatórios técnicos do Museu Paraense Emílio Goeldi, da SEMA e da PARATUR referentes à criação do Parque.

³¹ Quatro famílias da comunidade de Paituna também estão localizadas no interior do PEMA. Informação coletada em agosto de 2011, na Unidade Regional da EMATER, em Monte Alegre.

³² O conceito de aliança foi escolhido por ser mais amplo e englobar o conceito de parceria. As alianças entre os atores podem envolver apenas condutas políticas sem necessariamente envolver ações em comum.

Os principais atores selecionados são:

- a) INCRA
- b) SEMA
- c) EMATER
- d) PARATUR
- e) MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
- f) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
- g) COMUNIDADE DE LAGES, PAITUNA E SANTANA

4.4. CARACTERIZAÇÃO DOS STAKEHOLDERS

Nesta seção, os atores são caracterizados segundo seus aspectos históricos, missões, responsabilidades, interesses e poderes. Os *stakeholders* são classificados em diferentes níveis: nacional, regional, estadual e local.

É importante ressaltar que uma mesma instituição contém vários *stakeholders* na medida em que os atores que a compõem possuem opiniões e interesses diversos. Além disso, um único ator pode assumir papéis distintos. Segundo Ramires (1999, p. 103), deve-se considerar “the multiple hats they wear”. Portanto, a descrição apresentada a seguir se refere às opiniões dos atores expressadas no momento da entrevista e generalizações de suas ideias e de seus interesses para as instituições deve ser realizada de forma cuidadosa.

4.4.1. NÍVEL NACIONAL: INCRA

Caracterização (história, missão e responsabilidades)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada em julho de 1970 com a finalidade de realizar a reforma agrária, administrar as terras públicas da União e realizar o ordenamento fundiário nacional. As ações (responsabilidades) do INCRA estão centradas na gerência da estrutura fundiária do país. O INCRA é responsável por assuntos como o levantamento sistemático do uso da terra, a arrecadação de terras devolutas, a desapropriação de propriedades privadas e a criação de assentamentos rurais. O trabalho de regularização fundiária promovido pelo INCRA viabiliza

aos agricultores familiares a permanência na terra e a segurança jurídica da posse do imóvel³³.

Interesses

O INCRA exerce papel relevante na arena de interesses deste estudo de caso ao lidar com a regularização fundiária de áreas de várzea. As várzeas “são áreas localizadas ao longo de rios com ciclos anuais marcados por períodos de cheias e vazantes. São terrenos que, periodicamente, ficam alagados durante a enchente do rio e descobertos com a vazante” (BRASIL, 2006, p. 24). Como não existe um conceito de “várzea” descrito em lei, adota-se a definição trazida pela Resolução nº 004/85 do CONAMA: “calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia” (BENATTI *et. al.*, 2005, p. 17).

A várzea, portanto, pode ser considerada como o próprio rio. E como o rio é um bem público, assim o é a área que ele ocupa, ainda que sazonalmente. As áreas de várzea são de domínio da União ou do Estado, dependendo da titularidade do rio. Se o rio for federal, a área de várzea pertence à União; se for estadual, a várzea pertence ao estado titular do rio.

Conforme foi descrito no capítulo 3, a várzea de propriedade da União (no caso de rios federais) é de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (BRASIL, 2008). Em novembro de 2005, esse órgão firmou um Termo de Cooperação Técnica com o INCRA a fim de identificar, demarcar e fiscalizar as áreas de várzea bem como promover a regularização fundiária e implantar Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) nesses terrenos. Por definição proíbe-se a emissão de títulos de terra nessas áreas, mas admitem-se outras formas documentais como autorizações e concessões.

O PAE é um projeto de assentamento *ambientalmente diferenciado*³⁴ destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. As possibilidades mais comuns são o extrativismo de cipós e sementes, a agricultura, a pecuária e a pesca. Tais áreas, de domínio público, são administradas pelas populações assentadas que recebem a concessão de direito real de uso³⁵.

Com base no Termo de Cooperação Técnica, o INCRA criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) PAITUNA pela Portaria nº 58, de 12 de dezembro de 2006. O PAE PAITUNA tem capacidade para assentar 180 famílias. Em 2011, 138 famílias das comunidades de Lages, Santana e Paituna estavam na relação de beneficiários do INCRA, ou seja, pertenciam ao PAE PAITUNA.

³³ Fonte: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2012.

³⁴ Além do PAE, fazem parte dos projetos de assentamento ambientalmente diferenciados do INCRA: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto de assentamento Agroflorestal (PAF) (INCRA, 2010).

³⁵ Fonte: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2012.

Nos últimos 15 anos, o INCRA criou 350 Projetos Agroextrativistas no Brasil, sendo 273 no Estado do Pará, dos quais 12 localizam-se em Monte Alegre³⁶. Observa-se, assim, o interesse crescente do INCRA em apoiar ações que visem à promoção da regularização fundiária em áreas de várzeas na região amazônica, especialmente aquelas ocupadas por ribeirinhos que as utilizam de forma sustentável (BRASIL, 2008).

A falta de definição legal acerca das áreas de várzea causam inúmeros problemas para as populações ribeirinhas que as habitam. Sem a comprovação da posse da terra, os ribeirinhos não tem acesso a crédito ou a benefícios governamentais. Além disso, a falta de registro legal cria um ambiente de insegurança para eles, o que facilita a ação de grileiros em suas terras (BRASIL, 2008). O INCRA, ao atuar em parceria com o SPU no sentido de promover a regularização fundiária em áreas de várzea, prioriza a dimensão social/humana na execução de políticas públicas.

Poder e influência

A influência do INCRA no Parque Estadual Monte Alegre e nos conflitos derivados de sua criação decorre de dois fatores principais. Primeiramente, por possuir uma Unidade Avançada³⁷ em Monte Alegre (ou seja, por estar presente no município), o INCRA encontra-se mais próximo dos assentados rurais. Isto permite ao órgão ficar a par de questões agrárias do município e, assim, propor soluções mais eficientes para os problemas fundiários de Monte Alegre. A Unidade Avançada do INCRA também atua como informante-chave da Superintendência Regional Pará/Santarém (SR 30) e da sede do INCRA em Brasília.

Em segundo lugar, o INCRA exerce influência no conflito, ao possibilitar o acesso ao crédito às famílias assentadas. O investimento por família integrante do PAE pode chegar a R\$ 34,4 mil³⁸. Esses recursos são concedidos como Crédito Instalação, Crédito Apoio, Crédito Material de Construção, Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), Plano de Recuperação, Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), infraestrutura e PRONAF³⁹. Por esse motivo, as famílias do PAE PAITUNA tendem a defender a continuidade do assentamento.

³⁶ Fonte: dados colhidos na sede do INCRA, em Brasília, no dia 19 de outubro de 2011.

³⁷ A Unidade Avançada do INCRA em Monte Alegre, órgão descentralizado, de caráter transitório, está subordinada à Superintendência Regional Pará/Santarém (SR 30).

³⁸ Fonte: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2012.

³⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Fonte: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

Contudo, o poder do INCRA de influenciar as tomadas de decisão locais e, dessa forma, alterar o cenário do conflito, tem limites. A Unidade Avançada do INCRA em Monte Alegre (PA) apresenta uma série de deficiências. Em entrevistas concedidas em agosto de 2011, funcionários da instituição reclamaram do número insuficiente de servidores para atender as demandas dos assentados rurais. Estão lotados em Monte Alegre onze servidores para atender 3.709 assentados⁴⁰. Ainda que a média de 337 assentados/servidor não seja significativamente alta⁴¹, deve-se ressaltar que os assentados encontram-se dispersos em um território de 18.152,508 km². Há ainda outros problemas. No período de realização da pesquisa de campo – agosto e setembro de 2011 – o telefone do INCRA/MTA estava cortado. Tais problemas comprometem o desenvolvimento do trabalho do órgão no município.

Ademais, as famílias do PAE PAITUNA ainda não obtiveram acesso a créditos. Fatores burocráticos, administrativos e políticos influenciam a concessão de crédito pelo INCRA. Segundo funcionário do INCRA, entrevistado em agosto de 2011, o órgão não tem recursos para levar as políticas públicas a todos os beneficiários⁴².

4.4.2. NÍVEL ESTADUAL: SEMA ESTADUAL

Caracterização (história, missão e responsabilidades)

Criada em maio de 1988 pela Lei Estadual nº 5.457, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) dedicou-se às questões ambientais no Estado do Pará por quase vinte anos. Em 2007, o Governo do Estado promoveu modificações nas estruturas administrativas de suas secretarias. A SECTAM foi desmembrada em duas secretarias estaduais: a Secretaria de Estado, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) pela Lei Estadual nº 7.026, publicada no DOE nº 30.970, de 01/08/07. A SEMA é o órgão do governo estadual responsável por coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à proteção e conservação do meio ambiente no Pará, incluindo ações de regulamentação, licenciamento, controle e fiscalização (BRASIL, 2009).

A principal missão da SEMA é promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação e a

⁴⁰ Fonte: dados colhidos na Superintendência Regional do INCRA, em Santarém (PA), no dia 17 de agosto de 2011.

⁴¹ Considerando que uma família tenha 5 assentados, cada servidor do INCRA deve atender, em média, 67,4 famílias.

⁴² Fonte: informação colhida na Superintendência Regional do INCRA, em Santarém (PA), no dia 17 de agosto de 2011.

conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população. Dentre os objetivos estratégicos da SEMA, destacam-se: a preservação da diversidade biológica; a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados dos recursos naturais; a conservação dos ecossistemas do Estado do Pará; e o desenvolvimento de mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental⁴³.

Interesses

O envolvimento da SEMA – anteriormente chamada de SECTAM – com o objeto deste estudo de caso iniciou-se em 2000, com a instalação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECTOTUR) no órgão. No capítulo 2, ressaltou-se que, com recursos federais disponibilizados pelo PROECOTUR, a SECTAM desenvolveu ações a fim de implementar unidades de conservação em áreas tidas como prioritárias para conservação da biodiversidade no Pará. Dentre as áreas prioritárias, constava Monte Alegre, município pertencente ao Polo Tapajós. Dessa forma, foram criados no município o Parque Estadual Monte Alegre e a Área de Proteção Ambiental Paytuna, em 2001.

De acordo com a Lei Estadual nº 6.412 de 09 de novembro de 2001, que cria o Parque Estadual Monte Alegre, compete a SEMA a administração e a elaboração do regulamento para o pleno funcionamento da Unidade de Conservação. A SEMA, ao ser responsável pela gestão do PEMA, atua diretamente na arena de interesses deste estudo de caso. Cabe a ela assegurar a proteção do PEMA e garantir a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem, conciliando a proteção integral dos recursos naturais, culturais, históricos e das belezas cênicas com a utilização para fins científicos, culturais, educacionais, recreativos e ecoturísticos (Lei Estadual nº 6.412).

Ademais, o PEMA congrega várias características que tornam a sua proteção especialmente importante para SEMA. Além dos sítios arqueológicos datado em até 11.200 anos de existência (ROOSEVELT et al., 1996), o PEMA apresenta características geológicas e geomorfológicas diferenciadas no contexto da região amazônica. Trata-se de um enclave de Cerrado na Amazônia onde são encontrados resquícios de floresta tropical. Há ainda no interior do PEMA um lago perene de águas escuras, chamado de Lago das Dores ou Lago Preto. De acordo com o ex-Diretor de Áreas Protegidas da SEMA, entrevistado em agosto de 2011, o Lago das Dores é de extrema importância para a

⁴³ Fonte: <<http://www.sema.pa.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

conservação do microclima da região⁴⁴. Compete a SEMA preservar e conservar todos os recursos naturais contidos no Parque.

Poder e Influência

A influência da SEMA nas tomadas de decisão dos atores identificados neste trabalho relaciona-se, em primeiro lugar, à presença do órgão no município. Desde meados de 2009, a SEMA possui uma Unidade Regional em Monte Alegre e uma equipe técnica que atua diretamente no local. A equipe é coordenada pela gerente do PEMA e da APA Paytuna (SEMA). A gerente é responsável pela gestão das Unidades de Conservação Estaduais em Monte Alegre. De acordo com a titular do cargo, entrevistada em agosto de 2011, apesar de ainda existirem infrações à legislação ambiental no Parque, a presença da SEMA no município inibiu as irregularidades.

Além disso, a SEMA possui uma Diretoria de Fiscalização e Proteção Ambiental, dedicada ao monitoramento e à fiscalização da flora, da fauna, dos recursos pesqueiros e de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras no estado. O poder de polícia ambiental desta Diretoria de Fiscalização intimida os moradores das comunidades de Lages, Paituna e Santana. Em 2010, a SEMA realizou quatro ações de fiscalização no município de Monte Alegre. Em duas delas, os fiscais apreenderam motosserras e multaram moradores locais por retirarem madeiras do PEMA⁴⁵.

No entanto, a influência da SEMA nas decisões dos atores sociais apresenta certos limites. Em agosto de 2011, a gerente do PEMA e da APA PAYTUNA estava de licença. Por isso, as referidas unidades de conservação encontravam-se temporariamente sem gerência. Essa ausência de gerente das UCs no município de Monte Alegre reduzia a capacidade do órgão em influenciar as ações dos moradores locais e impedir possíveis irregularidades.

Por fim, nos meses em que foi feita a pesquisa de campo (agosto e setembro de 2011), observou-se que o Parque Estadual Monte Alegre encontrava-se em estado de abandono. Não havia infraestrutura para visitação nem controle das visitas de turistas ou pesquisadores ao PEMA. A equipe técnica da SEMA lotada em Monte Alegre é insuficiente para atender as demandas do Parque e protegê-lo integralmente.

⁴⁴ Não foram encontrados estudos científicos demonstrassem a importância da conservação do Lago das Dores para a região.

⁴⁵ Fonte: dados colhidos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/PA), em Belém (PA), no dia 12 de agosto de 2011.

4.4.3. NÍVEL ESTADUAL: EMATER

Caracterização (história, missão e responsabilidades)

A Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR-PA) foi fundada em dezembro de 1965. A ACAR-PA passou por várias mudanças institucionais ao longo de sua história e hoje é denominada de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA). A EMATER-PA, empresa pública de direito privado, é responsável por prestar serviços especializados nas áreas de ciências agrárias e humanas e difundir conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural.

A principal missão da EMATER-PA é auxiliar os agricultores familiares por meio da prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. A EMATER-PA tem, como princípios norteadores de suas ações, a equidade, a eficiência e a sustentabilidade. A empresa defende a implementação de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na exploração do patrimônio natural com intuito de gerar riqueza e melhoria da qualidade de vida da população rural do estado do Pará⁴⁶.

Interesses

A EMATER-PA, ao assinar o convênio nº 10.000/2008 com o INCRA, se inseriu na arena de interesses deste estudo de caso. De acordo com o convênio, a EMATER deve prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) ao Projeto de Assentamento Campus do Popó e a cinco Projetos Agroextrativistas, todos localizados em Monte Alegre. São eles: PAE PAITUNA, PAE REGIÃO DOS LAGOS, PAE JACARECAPA, PAE ALDEIA e PAE JAQUARA.

De acordo com entrevistas realizadas com técnicos do órgão em agosto de 2011, observou-se que a EMATER-PA defende a continuidade do PAE PAITUNA a fim de que possa desenvolver o trabalho acertado. Segundo o convênio, cabe à EMATER: elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); realizar acompanhamento e orientação técnica nas atividades produtivas e econômicas dos assentamentos; capacitar os assentados em diversos temas relacionados ao desenvolvimento rural; estimular a organização social dos assentados; e promover ações afirmativas visando à equidade de gênero, raça e etnia nos assentamentos⁴⁷. Assim, de forma semelhante ao INCRA, a

⁴⁶ Fonte: <<http://www.emater.pa.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

⁴⁷ Fonte: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

EMATER se interessa pelo desenvolvimento das atividades produtivas e prioriza a dimensão humana em relação à ambiental na execução de seu trabalho.

Poder e Influência

Ao longo dos 46 anos de existência, a EMATER-PA tornou-se uma das poucas entidades governamentais com presença física e intervenção em todos os municípios do estado do Pará. A EMATER-PA possui um escritório central em Marituba (PA), 12 escritórios regionais e 143 escritórios locais, sendo um deles o de Monte Alegre. A EMATER-PA, por estar em contato direto com os moradores do PAE PAITUNA, pode influenciá-los a desenvolverem atividades produtivas na área do PEMA.

Além disso, a EMATER-PA auxilia os demais órgãos governamentais – sejam eles estaduais ou federais – a identificar possíveis problemas e/ou conflitos em lugares onde a presença do Estado é remota, como em Monte Alegre. No caso do PEMA, o trabalho de pesquisa desenvolvido pela EMATER-PA tem sido relevante. Foram os técnicos da instituição que descobriram a sobreposição entre o PEMA e o PAE PAITUNA (ver figura 26, capítulo 3). Essa informação foi repassada ao INCRA em 2010, via ofício (MEM/SR(30)F2/Nº137/10)⁴⁸. A identificação do problema e sua divulgação aos órgãos envolvidos é o primeiro passo para resolvê-lo.

No entanto, há fatores que limitam o poder da EMATER-PA em influenciar as ações dos outros *stakeholders*. À época da pesquisa, existiam 11 Extensionistas Rurais da instituição lotados em Monte Alegre para atender 2.272 famílias residentes no município. A dispersão das famílias em área de 18.152,508 km² (área de Monte Alegre) dificulta o trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos da EMATER nas 138 famílias pertencentes ao PAE PAITUNA⁴⁹. O convênio entre EMATER e INCRA foi firmado em 2008 e a informação a respeito da sobreposição entre o PAE e o PEMA foi repassada ao INCRA somente em 2010 (por meio do ofício acima descrito) A demora em identificar a sobreposição está relacionada à carência de técnicos no município.

⁴⁸ Informação prestada por técnico da EMATER, em Monte Alegre, em 22 de agosto de 2011.

⁴⁹ Idem.

4.4.4. NÍVEL ESTADUAL: PARATUR

Caracterização (história, missão e responsabilidade)

No Estado do Pará, as políticas públicas e ações específicas para o turismo datam da década de 1970 quando a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) foi criada como órgão oficial de turismo no estado. A PARATUR, empresa pública de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (ANDRADE, 2009), criou seis polos turísticos no Pará a fim de facilitar o direcionamento de suas ações: Polo Belém; Polo Araguaia-Tocantins; Polo Tapajós; Polo Xingu; Polo Marajó; e Polo Amazônia-Atlântica.

A PARATUR tem como missão principal desenvolver uma política de estímulo à indústria turística no estado do Pará. A fim de alcançar este objetivo, o órgão busca promover a melhoria da infraestrutura turística e atrair turistas provenientes de outros centros nacionais e internacionais. Para divulgar os produtos turísticos do Pará e acompanhar as novas tendências do mercado, a PARATUR definiu vários projetos a serem implantados nos próximos quatro anos (2011-2015), tais como: pesca esportiva, turismo de eventos, ecoturismo, capacitação dos segmentos afins do setor turístico, estudos de demanda e oferta turísticas e controle de qualidade do produto turístico do estado⁵⁰.

Interesses

O envolvimento da PARATUR com o objeto deste estudo de caso ocorreu a partir de 2002, momento em que o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) foi transferido da SECTAM para a PARATUR. Desde então, a PARATUR passou a ser responsável pela coordenação do Programa no estado do Pará (BRASIL, 2009).

Assim, os interesses da PARATUR em Monte Alegre e, mais especificamente, no Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) se relacionam ao cumprimento das metas do PROECOTUR. Conforme foi descrito no capítulo 2, o objetivo do PROECOTUR é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na região amazônica. O propósito do Programa é estabelecer condições necessárias para que os nove estados da Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) administrem as áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável (BRASIL, 2009).

⁵⁰ Fonte: <<http://www.paraturismo.pa.gov.br/para/index.asp>>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

A PARATUR preza pela proteção dos atrativos ecoturísticos do estado do Pará, principalmente aqueles criados no âmbito do PROECOTUR, como o PEMA. O órgão defende a resolução dos conflitos derivados da criação do Parque a fim de que este possa ser integralmente protegido. Durante entrevista realizada em agosto de 2011, a funcionária do órgão destacou a importância da definição da área do PEMA. As instituições envolvidas com a questão devem chegar a um acordo sobre os limites do Parque. Afinal, qual é a área do PEMA? Aquela estabelecida na Lei Estadual nº 6.412 (que criou o Parque) ou aquela acordada na Consulta Pública? A demarcação definitiva do PEMA é pressuposto necessário para a criação de um ambiente de estabilidade e para a execução de ações efetivas de fomento ao turismo na região.

Influência e Poder

O poder da PARATUR de influenciar as ações dos atores identificados neste estudo de caso está relacionado à administração dos recursos financeiros do PROECOTUR. A empresa, ao ser responsável pela gestão dos recursos do referido Programa, determinou a execução de várias ações. Entre elas: a construção de terminais fluviais em Santarém (portão de entrada para turistas que se destinam ao município de Monte Alegre); a realização de estudos na área do Parque Estadual Monte Alegre; e a elaboração do Plano de Manejo do PEMA.

Ademais, a PARATUR doou, com recursos do PROECOTUR, uma lancha para a Prefeitura de Monte Alegre. A doação da lancha ao município teve como condição de que ela fosse utilizada unicamente para gestão do Parque e proteção das pinturas rupestres contidas na unidade de conservação. Com isso, a Prefeitura e a Unidade Regional da SEMA passaram a dispor de mais um instrumento para proteger a área.

Contudo, segundo a funcionária entrevistada, a PARATUR encontrou problemas durante a condução do PROECOTUR, tais como: atrasos na entrega dos produtos pelas empresas contratadas para a realização de estudos; e dificuldades burocráticas nos repasses de recursos do PROECOTUR (MMA) à PARATUR. Tais problemas limitaram a capacidade da instituição de influenciar as ações dos demais atores identificados na dissertação.

4.4.5. NÍVEL REGIONAL: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Caracterização (história, missão e responsabilidades)

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), criado em 1866, é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Desde a fundação, suas atividades se concentram no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia bem como na divulgação de conhecimentos relacionados à região⁵¹.

O Museu Goeldi tem como missão realizar pesquisas, promover a inovação científica, conservar acervos e divulgar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia. Entre os objetivos estratégicos para o período de 2011 a 2015, estão: a consolidação e a ampliação das competências da instituição nas áreas de ciência, tecnologia e informação referentes à biodiversidade e sociodiversidade da Amazônia; a consolidação do Museu Goeldi como centro de pesquisa e pós-graduação na região amazônica; e o fortalecimento da ação educativa do MPEG no despertar da vocação científica.

Interesses

O Museu Paraense Emílio Goeldi desenvolve ações junto às populações do interior e do entorno do PEMA desde 2001, ano em que foi contratado pela SECTAM (atual SEMA) para realizar estudos técnicos de avaliação do potencial ambiental da área (MUSEU GOELDI, 2001). Porém, pesquisadores da instituição estudam os sítios arqueológicos de Monte Alegre desde os anos 1990 (SILVA, 2008).

O Museu Goeldi se insere no campo de interesses deste estudo de caso ao participar do processo de criação e consolidação do PEMA. Além de ter realizado estudos técnicos ambientais para criação de UCs em Monte Alegre, o órgão participou do I Seminário (ou Consulta Pública) realizado em junho de 2001. Ademais, o MPEG foi responsável pela coordenação do Plano de Manejo do PEMA, elaborado entre 2005 e 2009, a pedido da PARATUR (SILVA, 2008).

O MPEG interessa-se tanto pela preservação das pinturas rupestres situadas no interior do PEMA quanto pela proteção dos modos de vida das populações ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana. Por estarem presentes no I Seminário (ou Consulta Pública), pesquisadores da instituição defendem a redução da atual área do Parque. Nos capítulos anteriores, foi visto que, no I Seminário (ou Consulta Pública), decidiu-se pela criação de

⁵¹ Fonte: <<http://www.museu-goeldi.br>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

uma unidade de conservação de proteção integral em uma área de 36,78 km², limitada à região das serras e cavernas onde não havia moradores. No entanto, a área do PEMA determinada pela Lei Estadual nº 6.412 é de 58 km² e inclui o local onde está a comunidade de Lages, contrariando a proposta aprovada na Consulta Pública.

Poder e Influência

O trabalho desenvolvido pelo Museu Goeldi na região do Parque Estadual Monte Alegre completou 10 anos em 2011. Ao longo desse período, pesquisadores da entidade se aproximaram das populações do entorno e do interior do PEMA e adquiriram a confiança deles. O Museu Goeldi, portanto, tem capacidade de influenciar as condutas dos moradores das comunidades de Lages, Paituna e Santana.

Além disso, por acompanhar de perto o processo de criação do PEMA e estar presente em momentos importantes, como na Consulta Pública, o MPEG dispõe de informações relevantes sobre o Parque. Isto acrescido ao fato de o Museu Goeldi ser reconhecido no Brasil como uma instituição de pesquisa de excelência possibilitaram ao órgão buscar meios para a retificação da área do Parque. Desse modo, a instituição questionou a SEMA sobre a possibilidade de redução da área do PEMA com intuito de atender as demandas das comunidades locais. Como resposta, a SEMA encaminhou para o Governo do estado uma proposta de Anteprojeto de Lei que altera as áreas e os limites do Parque Estadual Monte Alegre e da Área de Proteção Ambiental Paytuna (ver figura 28, anexo B). No entanto, este Anteprojeto não foi enviado à assembleia legislativa do estado do Pará.

Deve-se ressaltar que o poder de influência do MPEG sobre as ações dos moradores locais diminuiu nos últimos anos. Após tomarem conhecimento dos reais limites do Parque (estabelecidos pela Lei estadual nº 6.412) e da inclusão de Lages no interior da unidade de conservação, as comunidades pesquisadas passaram a questionar as ações do Museu Goeldi no PEMA.

4.4.6. NÍVEL MUNICIPAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Caracterização (história, missão, responsabilidades)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Monte Alegre (SEMA municipal), criada em 2001, é o órgão executivo do Sistema Municipal de Meio Ambiente. A SEMA municipal é responsável por coordenar e executar a política ambiental em Monte Alegre, atuando

principalmente na proteção, controle e restauração do meio ambiente e na educação ambiental no município.

A principal missão da SEMA municipal é criar instrumentos que assegurem a eficácia na implantação e controle de políticas, programas e projetos relativos ao meio ambiente no município de Monte Alegre. Cabe a SEMA municipal: baixar normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental; fiscalizar o cumprimento das normas legais relativas ao meio ambiente e ao equilíbrio ecológico do município; instituir e regulamentar as Unidades de Conservação Municipais; e efetuar a fiscalização, o monitoramento e o controle da exploração dos recursos naturais, da paisagem e do patrimônio natural e arqueológico de Monte Alegre.

Interesses

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente insere-se na arena de interesses deste estudo de caso ao ser uma das instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente de Monte Alegre. A atuação da SEMA municipal no PEMA volta-se principalmente a realização de palestras de educação ambiental a fim de alertar os moradores das comunidades locais sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos do Parque. Cabe ressaltar que a gerência e administração do PEMA é de responsabilidade da SEMA estadual e não da SEMA municipal.

Poder e influência

A SEMA municipal possui poder de polícia ambiental, podendo fiscalizar a área do PEMA e, assim, autuar moradores das comunidades de Lages, Paituna e Santana que infringirem a legislação ambiental. O poder de polícia é fundamental para pressionar os moradores a atuarem em conformidade com as leis. Entretanto, esse poder é limitado, pois não há técnicos suficientes para realizar fiscalizações em todo o território de Monte Alegre. Em 2011, trabalhavam na SEMA municipal apenas 10 técnicos para atender uma área de 18.152,508 km² (área total do município).

Convém destacar também que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente compõe o Conselho Consultivo do PEMA⁵². Como integrante do Conselho, ela pode influenciar as

⁵² De acordo com o art. 29 da Lei do SNUC (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000): “cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”. O Conselho Consultivo do PEMA foi instituído pela Portaria da

decisões de outras instituições envolvidas com o Parque. Durante entrevista realizada em agosto de 2011, o secretário se mostrou sensível às questões sociais e afirmou que, nas últimas reuniões do Conselho Consultivo, ele cobrou da SEMA Estadual a adoção de ações que visem a melhoria da qualidade de vida dos moradores do interior e do entorno do Parque. Segundo o secretário, é preciso criar alternativas de renda para e as populações ribeirinhas, principalmente para os moradores de Lages que ficaram dentro da área de proteção integral. O secretário afirmou que Lages ficou impossibilitada de desenvolver atividades básicas, essenciais para a subsistência das famílias que ali vivem, como o plantio de mandioca e de outras culturas.

4.4.7. NÍVEL LOCAL: COMUNIDADES DO PAE PAITUNA

Caracterização (história, missão, responsabilidades)

Como já foi dito, as comunidades de Paituna e Santana estão localizadas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, na Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna, a exceção de quatro famílias de Paituna que estão no interior do PEMA. A APA é classificada pela Lei do SNUC como área de uso sustentável. Portanto, admite-se a ocupação humana no interior da UC desde que sejam estabelecidas normas e restrições a esta ocupação (Art. 15 da Lei do SNUC – Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

A comunidade de Lages está totalmente inserida no interior do Parque Estadual Monte Alegre. Por ser uma área de proteção integral, a categoria Parque impossibilita a moradia de populações humanas em seu interior, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais. Dessa forma, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, segundo o art.10 §1º da Lei do SNUC.

Os aspectos históricos das comunidades pesquisadas foram descritos no capítulo 3. No momento, cabe apenas enfatizar que registros históricos apontam a presença de Paituna e Santana na região desde o século XIX. Por sua vez, a criação da comunidade de Lages data do início dos anos 1950. Portanto, são comunidades que estão no local há várias décadas.

SEMA Estadual nº 3.716 de 29/12/2009. Até 2011, os membros do Conselho do PEMA eram pouco atuantes, reunindo-se apenas esporadicamente.

Interesses

O envolvimento das comunidades de Lages, Paituna e Santana com questões do PEMA iniciou-se em 2001, ano em que o Parque foi criado. Desde então, essas populações vivem em situação de incerteza quanto ao futuro de seu território. As falas dos entrevistados, sobretudo os de Lages, revelaram o temor da desapropriação da área e do deslocamento forçado para outras localidades. Já os entrevistados em Paituna e Santana, que vivem nas imediações do Parque, demonstraram receio de perderem parte da área de seus estabelecimentos rurais utilizada para o plantio de culturas básicas, como a mandioca.

Todas as três comunidades dependem do uso dos recursos naturais da área protegida para garantirem a sobrevivência das famílias. Durante o trabalho de campo, observou-se que os moradores de Lages defendem a redução da área do Parque a fim de que possam continuar nas terras que ocupam há mais de seis décadas. Os moradores de Paituna e Santana sugeriram que os limites do Parque sejam, ao menos, demarcados fisicamente. Isto facilitaria a identificação da área destinada ao plantio. Alguns entrevistados admitiram não plantar nas propriedades rurais por temerem multas da SEMA e/ou do IBAMA uma vez que não sabem exatamente a extensão do PEMA.

Poder e Influência

O poder da comunidade de Lages de alterar o atual cenário deriva da resistência dos moradores em saírem do local. 92,6% dos entrevistados⁵³ em Lages disseram que não pretendem se mudar da comunidade nos próximos anos. As famílias de Paituna e Santana também se opuseram a sair do local: 80% dos entrevistados disseram que pretendem continuar nas comunidades.

Contudo, Lages apresenta pouco poder de mobilização. Durante a pesquisa, não foram observadas (nem se ouviu relatos de) reuniões entre os moradores para a discussão de uma possível solução para o problema da inclusão da comunidade no interior do PEMA. Embora 55,6% dos entrevistados em Lages façam parte da Associação dos Moradores da Comunidade, observou-se que o Presidente da Associação encontra-se pouco disposto a resolver a questão. As Associações dos Moradores das demais comunidades visitadas (Paituna e Santana) se mostraram mais organizadas e, por isso, apresentam maior poder de mobilização quando comparadas com Lages.

Apesar de a maioria dos entrevistados (51,4%) ter participado da Consulta Pública e/ou do Plano de Manejo, eles carecem de informações sobre a questão. Nenhum dos

⁵³ Dados coletados por meio de entrevista estruturada aplicada pela autora em 37 famílias das comunidades de Lages, Paituna e Santana, agosto de 2011, Monte Alegre (PA).

entrevistados soube definir com exatidão “o que é a categoria de manejo *Parque*”. Este dado demonstra que o processo de Consulta Pública – momento em que as categorias de UCs devem ser apresentadas e debatidas – apresentou falhas. Além disso, deve-se ressaltar que o desconhecimento sobre o sistema de unidades de conservação no Brasil e, mais especificamente, sobre o processo de criação do Parque Estadual Monte Alegre limita o poder das comunidades de alterar a atual situação em que se encontram.

4.5. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERAÇÕES (CONFLITOS E ALIANÇAS)

Nesta seção são identificados os conflitos e alianças entre os atores derivados da criação do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA). Como vimos no capítulo 1, estes conflitos decorrem de dois fatores principais:

- (1) A institucionalização de restrições legais ao uso de recursos naturais do PEMA;
- (2) A multiplicidade de projetos de uso e significação dos recursos ambientais contidos na UC.

Com base em Bourdieu (1996), foram definidos, para este estudo, dois espaços sociais (campos) de disputas: o primeiro se define por embates pela apropriação dos recursos naturais (capital material); e o segundo é caracterizado por disputas entre as distintas formas sociais de significação da natureza (espaço das representações ou capital simbólico).

Vale salientar que os conflitos envolvem relações de poder desiguais (ex.: SEMA x populações ribeirinhas). Trata-se, portanto, de conflitos assimétricos que ocorrem entre atores situados em posições distintas de poder.

4.5.1. CONFLITOS PELA APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO PEMA

SEMA ESTADUAL x COMUNIDADES

A presença de populações humanas tanto no interior quanto no entorno de áreas protegidas de uso indireto gera conflitos com a administração das unidades de conservação pela utilização dos recursos naturais mediante a pesca, a caça, a extração de produtos vegetais, a agricultura e a pecuária. Nesta seção, são analisados os conflitos entre SEMA e

comunidades ribeirinhas advindos do processo de institucionalização de restrições legais ao uso dos recursos naturais na área investigada.

Para a comunidade de Lages, a proporção maior de conflitos tem origem na pesca e no uso da terra para plantação e criação. 77,8% dos entrevistados⁵⁴ afirmaram pescar (para subsistência) no Lago das Dores. Este se situa no interior da área de proteção integral. Portanto, não poderia ser utilizado para este fim. Há também conflitos gerados pela extração de produtos florestais e pela caça. 55,6% dos entrevistados em Lages declararam coletar recursos na mata e 74,1% afirmaram comer carne de caça.

Já para as comunidades de Paituna e Santana, boa parte dos conflitos se origina no uso da terra. Como não sabem os limites exatos do PEMA, os entrevistados declararam temer multas da SEMA e/ou do IBAMA em função de suas plantações e criações em parte dos estabelecimentos rurais. Ademais, foram observados conflitos decorrentes da extração de produtos florestais e da caça. 70% dos entrevistados em Paituna e Santana declararam coletar recursos na mata e 40% afirmaram comer carne de caça. Não foram observados conflitos gerados pela exploração de recursos pesqueiros, pois os moradores dessas duas comunidades pescam em lagos e rios localizados na APA PAYTUNA e não no PEMA.

As restrições ao uso dos recursos naturais do PEMA provocaram mudanças no modo de vida das populações ribeirinhas. A principal mudança ocorreu na produção agrícola: 78,4% dos entrevistados declararam que, após a criação do Parque, passaram a plantar menos gêneros alimentícios. A comunidade mais prejudicada foi Lages. Com o advento do Parque, muitas famílias deixaram de plantar feijão e mandioca no local. Anteriormente, o feijão era vendido na cidade e a renda gerada complementava o orçamento familiar. Além disso, a impossibilidade de plantar mandioca na área obrigou alguns chefes de família a comprarem farinha (ou mandioca) e a trabalharem como meeiros em outras terras. Quando perguntados sobre o motivo pelo qual diminuiriam o plantio, a maioria dos entrevistados se referiu às proibições impostas pelo Parque. No entanto, duas pessoas responderam que a diminuição da atividade agrícola se deu em função de invasões de porcos de propriedades vizinhas. Os porcos, por serem criados soltos, destroem as plantações.

Foram observadas também mudanças na atividade criatória: 35,1% dos entrevistados declararam que, após a criação do PEMA, passaram a ter uma criação de animais (bois, porcos, galinhas e patos) menor. A maioria dos entrevistados afirmou que a diminuição da criação de animais ocorreu em decorrência das proibições advindas com a criação do Parque. No entanto, três pessoas responderam que a diminuição da atividade

⁵⁴ Conforme foi dito no capítulo 3, a autora realizou, em agosto de 2011, 27 entrevistas em Lages e 10 entrevistas em Paituna e Santana (entrevista estruturada está no apêndice A).

criatória se deu em função: (1) de ter saído da região; (2) de ter ficado mais velho; (3) de ter ficado doente.

Quando perguntados sobre a influência do Parque sobre a pesca, apenas 20% dos entrevistados disseram que, após a criação do PEMA, passaram a pescar menos. De acordo com eles, a diminuição da atividade pesqueira está relacionada às proibições impostas pelo Parque, à exceção de um entrevistado, segundo o qual, a diminuição da pesca deve-se à redução do número de peixes na região. Por fim, foram detectadas mudanças nos hábitos alimentares: 43,2% dos entrevistados declararam que diminuiriam o consumo de carne de caça em função do PEMA.

Apesar de saberem das restrições impostas pelo Parque, 70,3% dos entrevistados não concordam com elas. Para 73%, o PEMA trouxe malefícios para as populações locais. Os principais problemas citados foram: (1) proibições de plantar; e (2) proibições de retirar madeira do PEMA. Apenas 18,9% dos entrevistados afirmaram que o Parque tem alguns benefícios, como a (1) preservação das pinturas rupestres; (2) a conservação dos animais; (3) e a atração de turistas para a região.

4.5.2. CONFLITOS DERIVADOS DA MULTIPLICIDADE DE PROJETOS DE USO E SIGNIFICAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS CONTIDOS NO PEMA

Além dos conflitos derivados das restrições ao uso dos recursos naturais, há os conflitos provocados pelos múltiplos projetos de uso e significação da natureza. Esses conflitos estão associados à política da conservação que conectou grupos de atores, cujos interesses, visões de mundo e objetivos são diferentes e muitas vezes conflitantes. Nesta seção, são discutidos os conflitos decorrentes do encontro dos distintos projetos voltados para o meio ambiente. Convém ressaltar que a análise das percepções (ou significações) da natureza requer um estudo mais detalhado. Esta pesquisa não pretende esgotar todas as possibilidades de contribuição sobre o assunto.

SEMA ESTADUAL x INCRA/EMATER x MUSEU GOLDI

Cada *stakeholder* tem projetos próprios de utilização e significação do meio ambiente. O projeto da SEMA – PA, cuja missão principal é garantir a proteção da natureza, está voltado para a manutenção dos ecossistemas do Parque contra alterações causadas por interferência humana. Apenas o uso indireto dos atributos naturais do PEMA é admitido pelo órgão. O olhar da SEMA sobre a natureza tende a privilegiar o estético, o paradisíaco e

o “selvagem”. O ser humano é considerado destruidor do meio ambiente, independente das formações sociais em que está inserido. O Parque Estadual Monte Alegre é visto, portanto, como uma ilha onde a natureza selvagem e a beleza arqueológica, apartadas das cidades, podem ser apreciadas e até reverenciadas por turistas do Brasil e do mundo. A fala de um funcionário da SEMA-PA, entrevistado em agosto de 2011, é emblemática:

No interior do PEMA, há sítios que possuem 11.200 anos de existência. Este é o registro arqueológico mais antigo da Amazônia Sul-Americana. Não existe outro. A importância deste sítio arqueológico é mundial, planetária. A biodiversidade presente no Parque também é importantíssima. Trata-se de um enclave de cerrado no coração da floresta amazônica, da gigantesca floresta ombrófila densa [...] Há ainda o Lago das Dores. Este lago é único, é um ecossistema aquático permanente. Aí entra o **problema da micro-comunidade** de Lages. Ela se encontra entre as Serras e o Lago das Dores [...] Tanto o Lago quanto a floresta situada no interior do Parque estão sendo explorados criminalmente. Os moradores do entorno estão retirando madeira da floresta há décadas. Mas a **pobre da florestinha** está lá... Ela é resistente. [...] Eu confesso que, em minha opinião técnica, nós devíamos resolver o problema da comunidade de Lages, remanejando e realocando os moradores (entrevista realizada, em agosto de 2011, na sede da SEMA-PA, em Belém – PA; ênfase feita pela autora).

Como foi dito, o INCRA é responsável pela gerência da estrutura fundiária do país, devendo disponibilizar terras aos agricultores familiares. A EMATER, por sua vez, é responsável por prestar serviços nas áreas de ciências agrárias e humanas no meio rural. Portanto, os projetos de ambos os órgãos estão voltados para o estímulo da produção agropecuária, essencialmente familiar. Para o INCRA e a EMATER, a melhoria a qualidade de vida da população rural passa pela exploração do patrimônio natural. Este projeto entra em choque com a principal meta da SEMA, a saber, a preservação do meio ambiente. O INCRA e a EMATER preocupam-se prioritariamente com a dimensão humana e a SEMA com a dimensão ambiental, o que gera conflitos entre os órgãos.

Contrariando a oposição entre homem/natureza colocada pelas instituições acima, está o projeto do Museu Paraense Emílio Goeldi. Conforme vimos nas seções anteriores, o Museu é responsável pela realização de estudos científicos a respeito dos sistemas naturais e socioculturais na Amazônia brasileira. Dessa maneira, a instituição preocupa-se tanto com aspectos ambientais quanto com aspectos sociais relacionados ao Parque. Os relatos das pesquisadoras do Museu, entrevistadas em agosto de 2011, relevam essa dupla preocupação:

Inicialmente, os estudos do Plano de Manejo foram feitos na área proposta na Audiência Pública. Porém, a SEMA não aceitou o documento inicial e nos solicitou a realização de estudos em toda a área que consta na Lei nº 6.412, inclusive no local onde moram as famílias de Lages. Os técnicos da SEMA queriam que nós propuséssemos a retirada da comunidade. ‘Retira Lages de lá’, diziam eles. Mas nós não fizemos isso [...] Dez anos se

passaram desde a criação do Parque e as comunidades continuam privadas de seus direitos (entrevista realizada, em agosto de 2011, na sede do Museu Goeldi, em Belém - PA).

A divulgação mundial das pinturas rupestres desencadeou um aumento significativo do fluxo de turistas para Monte Alegre. Porém, não há controle das visitas pelo Estado. Resultado: processo acelerado de destruição das pinturas rupestres. Uma coisa é o processo de degradação natural, outra coisa é a figura ser rabiscada intencionalmente (entrevista realizada, em agosto de 2011, na sede do Museu Goeldi, em Belém - PA).

SEMA ESTADUAL x COMUNIDADES

As comunidades de Lages, Paituna e Santana defendem a continuidade do uso dos recursos naturais contidos no interior e nas imediações do PEMA. Isto porque suas atividades produtivas e de subsistência apresentam forte dependência em relação à natureza. Para os ribeirinhos, a paisagem é, antes de tudo, o *lugar onde vivem*, espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados e sujeito a transformações provocadas por fatores naturais e humanos. Assim, o local onde foi criado o PEMA é também o espaço onde essas populações trabalham e se reproduzem socialmente, isto é, o seu território. A seguir, a fala de um morador da comunidade de Lages revela alguns aspectos da percepção dos ribeirinhos sobre a natureza:

Quando nós entramos aqui, tudo era mata, era um lugar esquisito, tinha aquelas varedinhas. Aí devagar nós fomos abrindo [a mata] e colocando roçado. Tiramos muita safra, muita lavoura. Nós tivemos muito milho, arroz, feijão. Tivemos muita fartura. [Depois, entraram] os filhos, os netos, todos trabalhando [na terra]. (Entrevista realizada por Regina Oliveira em 2006 – (SILVA, 2008, p.116)).

Aqui eu nasci e cresci. Meus pais e avós também eram daqui [...] É o lugar a gente sabe viver. Só saio daqui por morte (entrevista realizada, em agosto de 2011, na comunidade de Lages, em Monte Alegre - PA).

Ao analisar o projeto operado pela SEMA ESTADUAL (PA) e aquele defendido pelas populações ribeirinhas, nota-se um embate político (conflito) entre eles. A SEMA tende a defender a manutenção de um meio ambiente intocado ou indomado, marcado pela noção do belo e do estético, ao passo que as comunidades visitadas defendem a utilização dos recursos naturais contidos no PEMA a fim de que possam garantir a reprodução social e sobrevivência de suas famílias.

4.5.3. ALIANÇAS ENTRE *STAKEHOLDERS*

Os atores identificados neste estudo também desenvolveram alianças entre si a fim de fortalecerem suas posições relativas na arena (campo) de conflitos. As alianças foram formadas entre atores que possuem objetivos comuns ou próximos. Este trabalho identificou três alianças principais: (1) INCRA – EMATER – COMUNIDADES; (2) SEMA ESTADUAL – SEMA MUNICIPAL; (3) MUSEU GOELDI – PARATUR.

INCRA – EMATER – COMUNIDADES

A EMATER-PA, ao assinar o convênio nº 10.000/2008 com o INCRA, estabeleceu uma aliança com o órgão federal. De acordo com o convênio, a EMATER deve prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) às 138 famílias assentadas no Projeto Agroextrativista (PAE) PAITUNA. Essas famílias pertencem às comunidades de Lages, Paituna e Santana. A primeira etapa a ser realizada para dar continuidade ao trabalho de ambos os órgãos é resolver o problema de sobreposição das áreas do PAE e do PEMA (ver figura 26, capítulo 3). O INCRA e a EMATER defendem a redução da área do PEMA a fim de que o Projeto Agroextrativista possa se estabelecer plenamente no local. Esta solução está embasada na hipótese de que a área em disputa é da União por se tratar de uma área de várzea federal (rio Amazonas). Portanto, o PEMA (Estadual) foi criado erroneamente pela SEMA (PA) em área federal.

As comunidades estudadas firmaram alianças com a EMATER e com o INCRA. São vários os motivos para esta parceria. Em primeiro lugar, o trabalho de regularização fundiária promovido pelo INCRA viabiliza aos ribeirinhos a permanência na terra e a segurança jurídica da posse do imóvel rural. Em segundo lugar, as famílias do PAE PAITUNA poderão ser beneficiadas pelos investimentos do INCRA, caso o PAE se consolide. Como vimos, o INCRA destina às famílias assentadas recursos concedidos como Crédito Instalação, Crédito Apoio, Crédito Material de Construção, PRONAF A etc. Além disso, os serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa prestados pela EMATER auxiliam o trabalho no meio rural desenvolvido pelas famílias do PAE PAITUNA. Portanto, as populações ribeirinhas tendem a defender a continuidade do projeto de assentamento.

SEMA ESTADUAL – SEMA MUNICIPAL

A SEMA Estadual e a SEMA municipal têm objetivos comuns. As duas instituições são responsáveis pela proteção do meio ambiente de Monte Alegre. Portanto, devem proteger o PEMA de eventuais ações degradadoras sejam elas provocadas por populações locais ou por visitantes de outras regiões. A fim de atingirem este objetivo, a SEMA Estadual e a SEMA municipal estabeleceram alianças. Elas atuam em conjunto para garantirem a proteção da biodiversidade, dos sítios arqueológicos e da beleza cênica dos 58 km² que compõe o PEMA.

MUSEU GOELDI – PARATUR

A PARATUR foi o órgão responsável pela contratação do Museu Goeldi para coordenar o Plano de Manejo do PEMA, em 2005. Ao fazê-lo, a Empresa Paraense de Turismo estabeleceu uma aliança com o Museu Goeldi. Apesar de terem missões distintas (desenvolver o turismo na UC x desenvolver pesquisas na região), ambas as instituições preocupam-se com a situação de privação de direitos a que foi submetida à comunidade de Lages. Por participarem desde o início do processo de criação e consolidação do PEMA, a PARATUR e o Museu Goeldi defendem a redução da área do Parque a fim de que este possua uma área de 36,78 km² (área limitada às serras sem a presença de moradores), conforme foi acordado na Consulta Pública em 2001.

4.6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS CONFLITOS E ALIANÇAS

A figura 27 traz representação gráfica das integrações (conflitos e alianças) que ocorrem na arena de conflitos ambientais gerados pelo PEMA. Trata-se de uma síntese das relações entre os *stakeholders* identificados por este trabalho. A representação gráfica é uma ferramenta analítica útil para identificar os conflitos e parcerias entre os *stakeholders* (GRIMBLE, *et al.*, 1995). No entanto, deve-se ponderar que outros conflitos e alianças podem existir, porém não foram abrangidos por esta dissertação.

INCRA							
SEMA ESTADUAL	X						
EMATER	✓	X					
PARATUR	-	-	-				
MUSEU GOELDI	X	X	✓	✓			
SEMA MUNICIPAL	-	✓	-	-	-		
LAGES PAITUNA SANTANA	✓	XX	✓	-	-	-	
	INCRA	SEMA ESTADUAL	EMATER	PARATUR	MUSEU GOELDI	SEMA MUNICIPAL	LAGES PAITUNA SANTANA

Legenda

X: conflitos provocados pelos distintos projetos de uso e significação dos recursos naturais;

XX: conflitos provocados pelos distintos projetos de uso e significação dos recursos naturais e conflitos gerados pelas restrições legais ao uso dos recursos naturais (SEMA estadual x Lages, Paituna, Santana);

✓ : alianças entre os stakeholders.

Figura 27. Representação gráfica das interações (conflitos e alianças).

Autora: Izabel Ibiapina (2012). Adaptado de Grimble (1998).

CONCLUSÃO

A maior parte das áreas ainda preservadas do território Amazônico é habitada por populações indígenas ou por comunidades rurais, sejam elas caiçaras, ribeirinhas, seringueiras, quilombolas etc. Dessa maneira, a criação de unidades de conservação – UC na Amazônia, sobretudo as de proteção integral (que impõem medidas restritivas mais drásticas às populações locais), gera, inevitavelmente, conflitos entre os atores relacionados à problemática.

Esta dissertação buscou trazer contribuições à discussão sobre conflitos em UCs a partir do estudo de caso do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), situado na porção noroeste do estado do Pará, Brasil. Criado em 2001 com objetivo principal de proteger as pinturas rupestres da área, o PEMA é um exemplo típico dos conflitos advindos da criação de UCs na região amazônica. O propósito da pesquisa foi compreender os conflitos, envolvendo as populações ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana, provocados pela criação do Parque.

Para atingir tal objetivo, o estudo se remeteu ao conceito de conflito desenvolvido por Simmel. Para o autor, há positividade nos conflitos. Estes são vistos como elementos vitais para a renovação e unidade das sociedades. Dessa maneira, à luz de Simmel, o estudo considerou os conflitos como instrumento de transformação da realidade. Os conflitos entre os atores ligados à temática do PEMA foram aqui entendidos como essenciais para alterar o atual cenário de suspensão de direitos a que estão submetidas às comunidades estudadas.

Além de Simmel, este trabalho utilizou a teoria social de Bourdieu para interpretar os conflitos gerados pela criação de UCs. O campo ambiental, tal como os campos político e jurídico descritos por Bourdieu, foi analisado como um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas entre os agentes nele encontrados. Este estudo discriminou dois espaços no interior do campo ambiental: o primeiro deles é o espaço de disputas pelo “capital material”. Neste espaço, se configura a capacidade diferencial dos agentes de terem acesso à terra fértil, às fontes de água, aos recursos naturais vivos etc. O segundo é o espaço onde se confrontam as representações, valores e percepções que organizam as diferentes visões a respeito do mundo natural. Trata-se do espaço onde ocorrem disputas pelo “capital simbólico”.

A metodologia utilizada para compreensão dos conflitos foi *Stakeholder Analysis* - SA, ferramenta útil para pesquisas destinadas à avaliação *ex post* de projetos e políticas. Como vimos, a SA visa a compreensão do sistema a partir da identificação de atores-chave (*stakeholders*) e de seus respectivos interesses com a problemática. O uso dessa

metodologia possibilitou a identificação dos atores relacionados ao PEMA e a investigação das interações (conflitos e alianças) entre os agentes identificados.

Após identificar e caracterizar os atores segundo seus aspectos históricos, missões, responsabilidades, interesses e poder, o trabalho identificou, com base em Bourdieu, dois espaços sociais de disputas: o primeiro se define por embates pela apropriação dos recursos naturais (capital material); e o segundo é caracterizado por disputas entre os distintos projetos sociais de significação da natureza (espaço das representações ou capital simbólico).

Na primeira dimensão do conflito, verificou-se que a criação do PEMA, ao restringir o uso dos recursos naturais, atingiu desfavoravelmente as atividades desenvolvidas pelas comunidades de Lages, Paituna e Santana. Isto desencadeou conflitos entre a instituição responsável pela gestão do Parque (SEMA ESTADUAL - PA) e os moradores locais. O estudo constatou mudanças significativas no modo de vida dos ribeirinhos. As alterações ocorreram, sobretudo, nas atividades agrícolas e criatórias. A comunidade mais prejudicada foi a de Lages, que está situada inteiramente no interior do Parque. Assim, com o advento do PEMA, muitas famílias deixaram de plantar feijão e mandioca no local. Segundo relatos, a necessidade de comprar tais gêneros alimentícios diminuiu o orçamento das famílias visitadas.

Na segunda dimensão do conflito, notou-se o choque de valores/projetos entre os distintos grupos envolvidos. Esse choque está associado à política de conservação, que conectou atores cujos interesses, visões de mundo e objetivos são muitas vezes conflitantes. Várias percepções (ou olhares) sobre a área transformada em unidade de conservação foram verificadas: (1) a percepção da SEMA, marcada pela oposição homem/natureza, pela noção do belo, do selvagem e do intocável; (2) as percepções do INCRA e da EMATER, cujas ações estão voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, o que frequentemente acarreta na exploração do patrimônio natural; (3) a percepção dos cientistas (Museu Goeldi), que veem o Parque sob o ponto de vista social e natural (arqueológico); (4) e a percepção das populações ribeirinhas. Para as últimas, a área é, sobretudo, o *lugar onde vivem*, o espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados.

Esses olhares se cruzam de forma conflitiva, desencadeando embates políticos. Tais confrontos evidenciam divergências entre os com respeito ao tipo de “meio ambiente” desejado para aquele território. Associações de moradores, entidades governamentais e centros de pesquisa possuem projetos diferenciados quanto ao uso e apropriação dos recursos naturais. As relações entre esses atores formam uma complexa rede de alianças e tensões.

Tais conflitos envolvem relações de poder desiguais Trata-se, portanto, de conflitos assimétricos que ocorrem entre atores situados em posições distintas de poder. Assim, como os sujeitos estão posicionados no campo do conflito munidos com volumes diferenciados de poder (econômico, político e simbólico), a solução do conflito dependerá da capacidade de cada agente em produzir e impor suas categorias de percepção e apreciação do mundo.

A saída mais provável para a questão é a proposta do Anteprojeto de Lei que altera a área e o perímetro do PEMA e a área da APA PAITUNA. O objetivo do Anteprojeto é perimir que as populações ribeirinhas de Lages continuem na área onde moram há anos por meio da retificação dos limites do Parque. Porém, o Anteprojeto ainda não encaminhado para a Assembleia Legislativa do estado do Pará.

Esta medida (Anteprojeto) está longe de ser ideal. Conforme foi dito, Lages encontra-se na situação mais delicada uma vez que está totalmente inserida no Parque. No entanto, várias famílias das outras comunidades detêm posses dentro dos limites do PEMA. Estas perderam parte da propriedade, a saber, os fundos dos estabelecimentos rurais. Apesar de reconhecer que o referido Anteprojeto de Lei não soluciona todas as questões relacionadas ao PEMA, esta parece ser a solução mais concreta e viável até o momento.

Além disso, é importante ressaltar a necessidade de maior comprometimento político por parte do estado do Pará. Este estabeleceu o PEMA e até preparou seu plano de manejo, mas não se esforçou para o principal, isto é, a decisão de implementá-lo efetivamente e de bem manejá-lo. Por isso, a integridade dos sítios arqueológicos – que foi o principal motivo da sua criação – está comprometida. Ademais, os limites físicos do PEMA não foram demarcados, o que dificulta a identificação da área permitida para o uso dos recursos. Portanto, a implementação real do PEMA é urgente tanto para garantir a proteção integral da UC quanto para melhorar a qualidade de vida dos moradores locais.

Por fim, destaca-se que as necessidades de exploração dos recursos naturais das comunidades de Lages, Paituna e Santana devem ser reconhecidas. O que atualmente ocorre é a criminalização dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou etc. tudo foi transformado em crime.

Não obstante a série de restrições impostas aos moradores locais, eles ainda são convidados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo identificados como responsáveis pelo futuro da humanidade. O conflito estudado evidencia que os custos da conservação

recaem sobre as populações rurais locais. E é agravado pelo fato de que estas populações estão entre as mais pobres do país.

Para concluir a dissertação, cabe perguntar: como obrigar as populações ribeirinhas a abrir mão do uso dos recursos naturais (necessários para sua subsistência) em prol da preservação do meio ambiente? Em algum momento, a causa ambientalista considerou como natural impedir que certas populações usufruam de seu meio para promover atividades econômicas que gerem riquezas e melhorem suas condições de vida. Porém, sabe-se agora que não se trata de evitar que as populações que possuem territórios ainda preservados disponham de seu meio para obter maior bem-estar. O que se deve fazer é evitar que cometam os mesmos erros daqueles que obtiveram riquezas à custa de danos irreversíveis à natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7-12.

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Introdução – As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-32.

ALENCAR, E. F. Políticas Públicas e (in)sustentabilidade social: o caso das comunidades de várzea no alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, D. (Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. p. 59-100.

ANDRADE, G. F. Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico: Realidade ou Mito em um Destino Marajoara. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado em Turismo, 2009.

AN-NA'IM, A. e PESHKOVA, S. Social movements revisited: mediation of contradictory roles. In: I. AMADIUME e AN-NA IM (orgs.). **The politics of memory. Truth, healing & social justice**. Londres: Zed Books, 2000. p. 68-89.

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

ASSAD, L. T. Tradição, Modernidade, Sustentabilidade: Icapuí-CE: Os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade. **Tese de Doutorado**. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2002.

BAÍA, E. **Alma Pinta-Cuia: eternas recordações de Monte Alegre**. Monte Alegre, 2003.

BALÉÉ, W. C. The culture of Amazon forest. In: POSEY, D.A. & BALÉÉ, W.C. (eds.) **Resource Management in Amazonia: indigenous and folk strategies**. Nova York Botanical Garden, Bronx, 1989. P. 139-173.

BARRETO, H. T. Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação. **Série Antropológica**. Brasília, 1997.

BARRETO, H. T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p.. 109-143.

BARRETO, H. T. Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos. **Revista Sexta feira**. Nº 6. Utopia. 2001.

BEGOSSI, A. (Org.) e A. LEME, C. S. SEIXAS, F. de CASTRO, J. PEZZUTI, N. HANAZAKI, N. PERONI e R. A.M. SILVANO **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**, Ed. HUCITEC, São Paulo, 2004.

_____. 1993. **Ecologia humana**: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência* (Revista de Ciencia y Tecnologia, Venezuela), 18(3): 121-132.

BENATTI, J. H.; SURGIK, A. C. S.; TRECCANI, G. D.; MCGRATH, D. G.; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições IBAMA – ProVárzea, 2005.

BOOKCHIN, M. Ecology and revolutionary thought. *Antipode*, 17 (2-3), 89–98, 1985. (publicado originalmente com o pseudônimo "Lewis Herber" em 1964).

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BRANDON, K.; REDFORD, K.; SANDERSON S. E.: **Parks in Peril**: people, politics and protect areas. Washington (D.C.). Island Press and the nature conservancy, 1988.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Dados econômicos dos municípios**. 2010. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre**. Belém, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. **Regularização de áreas da União na Amazônia Legal**: contribuições ao Plano Amazônia Sustentável. Brasília, julho de 2008.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BRUGHA, R.; VARVASOVSKY, Z. Stakeholder Analysis: a review. *Health Policy and Planning*. 15(3): 239-246. Oxford University Press, 2000.

BURSZTYN, M. Alguns temas da questão setentrional: uma contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia. In: SAYAGO, D. TOURRAND, J. F., BURSZTYN, M. **Amazônia: Cenas e Cenários**. Editora UnB. Brasília, 2004.

BURSZTYN, M. Introdução. In: BURSZTYN, M. (org.) *A Díficil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Garamond, Rio de Janeiro, 2001. p. 7-12.

BURSTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In: BURSZTYN, M. (org.) *A Díficil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Garamond, Rio de Janeiro, 2001. p. 59-76.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. A política de unidades de conservação – uma visão pessoal. In: MILANO, Miguel S. (org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: **Fundação**. O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 163-169.

CANTER, L. Participación pública en la toma de decisiones ambiental. In: CANTER, Larry. **Manual de Evaluación de Impacto Ambiental: técnicas para elaboración de estudios de impacto**. Madrid: Mc Graw Hill, Capítulo 16, 1998.

CARVALHO, R. **Almanaque Monte Alegre**. 2ª edição. Santarém (PA): Editora Brasil, 2010.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

COLCHESTER, 1997. Saving nature: indigenous peoples and protected áreas. In: GHIMIRE K. & PIMBERT M. **Social Change and Conservation**. Londres: Earthcan, 1997.

CONAN, M. A Natureza, a Religião e a identidade americana. In: BOURG, D. **Os Sentimentos da Natureza**. Instituto Piaget: Lisboa, 1993. p. 189-210.

CONSENS, M. First rock paintings in Amazon basin. **Rock Art Res.**, v. 5, nº 1, p. 67-71, May, 1988.

CONSENS, M. Arte Rupestre no Pará: análises de alguns sítios de Monte Alegre. **Dédalo**. São Paulo. V. (1), 1989, p. 265-276.

COSTA, K. S. **MEIAPONTE**: Impactos sócio-ambientais da mineração de ouro na Província de Goiás 1881-1887. Mestrado em História. Departamento de História. Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

COSTA, H. A.; BURSZTYN, M. A. A.; NASCIMENTO, E. P. Participação social em processos de avaliação ambiental estratégica. **Sociedade e Estado**, v. 24, nº 1, p. 89-113, jan./abril de 2009.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: T In: TERBORGH, John; VAN SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu, (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: ed. da UFPR, Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

_____. Diversité biologique, diversité culturelle. In: MONOD, JeanClaude; RAZON, Jean-Patrick, (resp.). **Nature Sauvage, nature sauvée? Ecologie et peuples autochtones**. Ethnies Documents 24-25, Printemps, 1999.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1994.

_____. **O nosso lugar virou parque.** 2ª edição. São Paulo. NUPAUB/USP, 1999.

DORST, J. **Antes que a natureza morra.** São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

DOUGLAS, M. Purity and danger. **An analysis of conceptions of pollution and taboo.** Londres: Routledge, 1966.

DOUGLAS, M. e WILDASKY, A. **Risk and culture.** An essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

DOUROJEANNI, M. J. Conflictos socio-ambientales en unidades de conservación de América Latina. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Fundação O Boticário, 2000, Vol. I.

_____. Áreas protegidas de América Latina en los albores del siglo XXI. In: BENJAMIN, Antônio Herman (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: TERBORGH, John; VAN SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu, (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: ed. da UFPR, Fundação O Boticário, 2002.

DOWIE, M. **Refugiados da conservação.** Traduzido por DIEGUES, A. C. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. Artigo nº 4, São Paulo, 2006.

_____. **Conservation Refugees: The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples.** Massachusetts Institute of Technology. The MIT Press, 2009.

DRUMMOND, J. A. **A biodiversidade sob a perspectiva social e cultural.** Texto apresentado no curso de especialização em Gestão Pública Ambiental, 2010.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A. e NINIS, A. B. **O Estado das Áreas Protegidas no Brasil.** Brasília, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2010.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi.** Cienc. Hum. Belém, v. 5, nº 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010.

FERREIRA, L. C.; SIVIERO, S. O.; CAMPOS, S. V.; SILVEIRA, P. C. B.; OLIVEIRA, V. G. MENDES, A. B. V.; PINTO, A. O. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP.** Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 8 (2). Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FONSECA, G.; AGUIAR, L. Enfoques interdisciplinares para a conservação da biodiversidade: a experiência do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre da UFMG. In: **Abordagens interdisciplinares para a conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no Novo Mundo.** Belo Horizonte: Conservation International – UFMG – University of Florida, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GÓMES-POMPA, A. & KAUS, A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

GRIMBLE, R.; CHAN, M-K.; AGLIONBY, J.; QUAN, J. Trees and Trade-Offs: A Stakeholder Approach to Natural Resource Management. **IIED Gatekeeper Series**. Nº 52. 1995.

GRIMBLE, R. **Stakeholder Methodologies in Natural Resource Management**. Natural Resources Institute. UK, 1998.

GUZMÁS, D. A. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. P. 67-80.

HARTT, C. F. Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista Inst. Acheol. Hist. Pernambuc.** Recife, nº 47, p. 301-310, 1895.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=3>>. Acesso em 08 de janeiro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CD&z=t&o=3>>. Acesso em 09 de janeiro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo**. Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

JACOBI, P. R. Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, nº 1/2, p. 315-338, jan./dez. de 2003.

KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, D. (Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. p. 37-58.

KATZER, F. Geologia do Estado do Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. v. 9, 1933, p. 3-288.

KÖPPEN, W. **Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra**. Fondo de Cultura Económica. México, 1948.

LARRÈRE, C. **Du bom usage de la nature; Pour une philosophie de l'environnement**. Paris: Alto Aubier, 1997.

LEDERACH, J. P. Conflict Transformation in Protracted Internal Conflicts: The Case for a Comprehensive Network. In: RUPESINGHE, k. (ed.). **Conflict Transformation**. New York: St. Martin's Press, 1995.

LIMA, D. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: LIMA, D. (Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. p. 337-386.

LIMA, T. S. **Um Peixe Olhou Para Mim**: O povo Yudjá e a Perspectiva. São Paulo: UNESP. ISA/NUTI, 2005.

LINS, C. **Amazônia**: Histórias, lendas e crônicas de Monte Alegre. Monte Alegre, 2005.

LITTLE, P. E. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba – SP, Maio de 2004.

_____. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2001.

LOBÃO, R. J. S. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política público pode se transformar em uma política do ressentimento. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

LOBATO, C. Áreas de conservação ambiental para o estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. A Amazônia na Constituição, Belém, nº 24, p. 20-40, 1988.

LOBATO, C. Unidades de conservação no estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. Amazônia eco-visões, Belém, edição especial, p. 28-41, junho de 1992.

LOPES, J. S. L. Ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 217-244.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, nº 25, jan./jun. 2006, p. 31-64.

MERTON, R. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MILANO, M. **Os parques e as reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação**. Curitiba. Revista Floresta 15(2), jun./dez. 1985.

_____. Unidades de conservação – Técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

_____. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais Campo Grande, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação; Fundação O Boticário, 2000, Vol. I.

MIRANDA, E. Cameté: marcas da presença portuguesa na Amazônia. In: **Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, 2005.

MORAN, E. F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

_____. Adaptabilidade Humana: uma introdução à Antropologia Ecológica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOSCOVICI, S. Hommes domestiques, hommes sauvages. Paris: Col. 10/18., 1974.

MURRIETA, R. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*, 41. 1998, p. 97-150.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN. M. (org.) *A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Garamond, Rio de Janeiro, 2001. p. 85-106.

NASCIMENTO, E. P. Participação: entre o autoritário e o democrático. **Serviço Social e Sociedade**, v. 7, abr. 1986.

NUGENT, S. The co-ordinates of identity in Amazonia: at play in the fields of culture. *Critique of Anthropology*, 17. 1997, p. 33-51.

OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 95-130.

OVIEDO, A. F. P. Gestão ambiental comunitária da pesca na Amazônia: estudo de caso do alto Purus. **Tese de doutorado**. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2006).

PÁDUA, M. T. J. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Vol I. Curitiba, IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. pp. 214-236.

PÁDUA, M. T. J. Unidades de Conservação: muito mais do que atos de Criação e Planos de Manejo. In: MILANO, Miguel S. (org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: **Fundação**. O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. P. 3-13.

PANTOJA, M. C. A várzea do médio amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, D. (Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. p. 157-206.

PARÁ. **Plano de desenvolvimento turístico do estado do Pará**. Outubro de 2001.

PARSONS, T. **The social System**. Nova York: Free Press, 1979.

PEREIRA, E. **Arte Rupestre na Amazônia – Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

PEREIRA, E. Análise Preliminar das Pinturas Rupestres de Monte Alegre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. V. 8 (1), nº 1, julho de 1992.

PNUD. **Projeto de Assistência Preparatória para a Implementação da fase I do PROECOTUR**. Brasília, junho de 1999.

RAMIREZ, R. Stakeholder Analysis and Conflict Management. In: International Development Research Centre. *Cultivating peace: conflict and collaboration in natural resource management*. Canadá, 1999.

RAUSCHERT, M. Bericht über den Verlauf meiner Pará-Expedition 1954/55. *Ethnol.* V. 81, nº 1, p. 111-117, 1956.

REIS, A. C. F. *Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica*. Belém, 1942.

RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. **Novos Estudos**. CEBRAP, 80. Março, 2008. p. 109-125.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

RODRIGUES, J. A. (org.) **Pareto**. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RIOS, A. V. V. **A presença de populações tradicionais em áreas protegidas**. **Boletim científico**. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, ESMPU, ano 4, nº 14, 2005, p. 39-56.

ROSEVELT, A.; LIMA, M. C.; MACHADO, C.; MICHAEL, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; IMAZIO, M.; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K.. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. **Science**, 272, p. 373-384, 1996.

ROUANET, S. P. O mito do bom selvagem. In: NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, J. **Crônicas de Monte Alegre**. Prefeitura de Monte Alegre. Monte Alegre, 1980.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAYAGO, D. TOURRAND, J. F., BURSZTYN, M. **Amazônia: Cenas e Cenários**. Editora UnB. Brasília, 2004.

SCHNEEBERGER, C. A.; FARAGO, L. A. **Mini-manual compacto de Geografia do Brasil**. Teoria e Prática. 1ª edição. São Paulo: Rideel, 2003.

SEGATO, R. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**. Vol. 12 nº 1. Rio de Janeiro, abril de 2006.

SHIVA, V. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, R. O. **Biodiversidade e políticas de conservação: o caso do Parque Estadual Monte Alegre – Pará**. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVEIRA, L. T.; PINHEIRO, R. V. L.; PINHEIRO, S. V. L. **Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paituna** – Monte Alegre (PA). Belém, 1984.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. & OLIVEIRA, J. A. (Orgs.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 260. p. 195-232.

SIMMEL, G. **Georg Simmel: sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. **El conflicto: sociología del antagonismo**. Ediciones sequitur, Madrid, 2010.

SIMÕES, M. F. & COSTA, F. A. Áreas da Amazônia Legal brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, (30): 1-160, 1978.

RAFFESTIN, C. **Os recursos e o poder. Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAPOPORT, A. **Lutas, jogos e debates**. Brasília: UnB, 1980.

TANCREDI, A. C.; SILVA, A. R. **Reconhecimento hidrogeológico das fontes termais de Monte Alegre**. Belém: SEPLAN/IDESP, 1997.

TAKEUCHI, M. A estrutura da vegetação amazônica II. As Savanas do Norte da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, nº 7, 1960, p. 1-14.

THEODORE, S. H. (Org.) **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia de Letras, 1988.

UNEP. United Nations Environment Programme **Integrated Assessment and Planning for Sustainable Development**: Key features, steps, and tools. Versão 1, abril, 2005.

VANWEY, L. K.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E.; OSTROM, E. **Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente**. São Paulo. Editora SENAC - São Paulo. EDUSP, 2009. p. 41-86.

VÄYRYNEN, R. From Conflict Resolution to Conflict Transformation: A Critical View. In HO-WON JEONG (ed.). **The New Agenda for Peace Research**. Brookfield: Ashgate Publishing, 1999.

VÄYRYNEN, R. To Settle or to Transform? Perspectives on the Resolution of National and International Conflicts. In: VÄYRYNEN, R. (ed.). **New Directions in Conflict Theory: Conflict Resolution and Conflict Transformation**. London: Sage, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2002.

WALLACE, A. R. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil).

WDPA: WORLD DATABASE ON PROTECTED AREAS. **Biodiversity Indicators Partnership:** Coverage of Protected Areas. UNEP/WCMC 2010. Disponível em: <http://www.wdpa.org/resources/statistics/2010BIP_Factsheet_Coverage_of_Protected_Areas.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXO A

Anteprojeto de Lei que Altera a Área e o Perímetro do Parque Estadual Monte Alegre e a Área da Área de Proteção Ambiental Paytuna



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PRODUÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A ÁREA E O PERÍMETRO DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE E A ÁREA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PAYTUNA

PROJETO DE LEI nº....., de.....de Maio de 2003

**Altera o artigo 2º da Lei nº 6.412, de 09 / 11 / 2001
que cria o Parque Estadual Monte Alegre e dá
outras providências e o artigo 3º da Lei nº 6.426,
de 17 / 12 / 2001 que cria a Área de Proteção
Ambiental Paytuna e dá outras providências.**

O povo do Estado do Pará, por meio de seus representantes legais, estatui e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei nº 6.412, de 09 de novembro de 2001 passa a vigorar de acordo com a seguinte descrição:

O Parque Estadual Monte Alegre possui uma área com forma de um polígono irregular, envolvendo uma superfície de 36,78 Km² (3.678 ha) e perímetro de 30.081,44 m, entre as coordenadas geográficas, cujos pontos extremos localizam-se ao Norte em 54° 09' 36" Longitude Oeste de Greenwich x 02° 00' 22" Latitude Sul, ao Sul em 54° 11' 26,82" Longitude Oeste de Greenwich x 02° 04' 07,30" Latitude Sul, a Leste em 54° 08' 04" Longitude Oeste de Greenwich x 02° 01' 58" Latitude Sul e a Oeste em 54° 13' 05" Longitude Oeste de Greenwich x 02° 02' 05" Latitude Sul. Envolvendo as serras do Ererê (Lua), Paituna (Pilão) e Maxirazinho (Bode, Uruxi, Mutuacá). Seu limite e confrontações inicia no Ponto 01 (O 54° 12' 26" ; S 02° 01' 47"), localizado na estrada de acesso, entre as serras do Ererê e Maxirazinho; daí segue em direção geral Nordeste passando pelos Ponto 02 (O 54° 10' 23" ; S 02° 00' 41"); Ponto 03 (O 54° 10' 17" ; S 02° 00' 34") e Ponto 04 (O 54° 10' 04" ; S 02° 00' 38") localizados no sopé da serra de Ererê, confrontando

com as fazendas ao Norte, até alcançar o Ponto 05 (O 54° 09' 36" ; S 02° 00' 22"), extremo Norte do Parque; daí toma a direção geral sudeste, contornando as serras, paralelo ao igarapé Ererê, passando pelo Ponto 06 (O 54° 09' 20" ; S 02° 00' 22"); Ponto 07 (O 54° 09' 10" ; S 02° 00' 34"); Ponto 08 (O 54° 09' 02" ; S 02° 00' 38"); Ponto 09 (O 54° 09' 03" ; S 02° 00' 42"); Ponto 10 (O 54° 08' 57" ; S 02° 00' 43"); Ponto 11 (O 54° 08' 52" ; S 02° 00' 54"); Ponto 12 (O 54° 08' 42" ; S 02° 00' 54"); Ponto 13 (O 54° 08' 34" ; S 02° 01' 05"); Ponto 14 (O 54° 08' 18" ; S 02° 01' 03"); Ponto 15 (O 54° 08' 08" ; S 02° 01' 16"); Ponto 16 (O 54° 08' 24" ; S 02° 01' 47") e Ponto 17 (O 54° 08' 19" ; S 02° 01' 58") até alcançar o Ponto 18 (O 54° 08' 04" ; S 02° 01' 58") no extremo Leste do Parque ainda paralelo ao igarapé Ererê, daí segue em direção geral Sudoeste passando pelo Ponto 19 (O 54° 08' 25" ; S 02° 02' 29"); Ponto 20 (O 54° 08' 46" ; S 02° 03' 00"); Ponto 21 (O 54° 09' 22" ; S 02° 03' 19"); Ponto 22 (O 54° 12' 27" ; S 02° 01' 43"); Ponto 23 (O 54° 09' 31,58" ; S 02° 03' 21,50"); Ponto 24 (O 54° 09' 40,37" ; S 02° 03' 33,10"); Ponto 25 (O 54° 09' 51,15" ; S 02° 03' 27,70"); Ponto 26 (O 54° 09' 59,23" ; S 02° 03' 29,44"); Ponto 27 (O 54° 09' 45,24" ; S 02° 03' 46,91"); Ponto 28 (O 54° 09' 44,74" ; S 02° 03' 55,29"); Ponto 29 (O 54° 09' 53,78" ; S 02° 04' 03,68"); Ponto 30 (O 54° 10' 12,15" ; S 02° 04' 01,49"); Ponto 31 (O 54° 10' 27,34" ; S 02° 03' 55,61"); Ponto 32 (O 54° 11' 19,50" ; S 02° 03' 55,45") e Ponto 33 (O 54° 11' 20,95" ; S 02° 04' 03,34"), contornando a serra do Paytuna, deixando para fora a comunidade do Paituna, até alcançar o Ponto 34 (O 54° 11' 26,82" ; S 02° 04' 07,30") no extremo sul do Parque; daí toma a direção geral Noroeste, passando pelo Ponto 35 (O 54° 11' 56,52" ; S 02° 03' 25,46"); Ponto 36 (O 54° 12' 01" ; S 02° 03' 08"); Ponto 37 (O 54° 11' 50" ; S 02° 02' 55"); Ponto 38 (O 54° 12' 06" ; S 02° 02' 32"); Ponto 39 (O 54° 12' 40" ; S 02° 02' 15") e Ponto 40 (O 54° 12' 43" ; S 02° 02' 23") até alcançar o extremo Oeste do Parque, Ponto 41 (O 54° 13' 05" ; S 02° 02' 05"), no sopé da serra do Maxirazinho, deixando para fora as comunidades de Lages e Maxirazinho; daí segue na direção geral Nordeste, contornando a serra do Maxirazinho rumo ao sopé da serra do Ererê, passando pelo Ponto 42 (O 54° 13' 04" ; S 02° 01' 59"); Ponto 43 (O 54° 12' 58" ; S 02° 01' 54"); Ponto 44 (O 54° 12' 54" ; S 02° 01' 50"); Ponto 45 (O 54° 12' 48" ; S 02° 01' 48"); Ponto 46 (O 54° 12' 42" ; S 02° 01' 48"); Ponto 47 (O 54° 12' 39" ; S 02° 01' 45") e Ponto 48 (O 54° 12' 34" ; S 02° 01' 42"), de onde alcança a Ponto 01, início desta descrição, fechando o polígono irregular. Esta área é circundada e limita com a Área de Proteção Ambiental Paytuna, que servirá como zona de amortecimento do Parque, de acordo com o artigo 25 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 2º Altera parcialmente o Artigo 3º da Lei nº 6.426, de 17 de dezembro de 2001, que criou a Área de Proteção Ambiental Paytuna, acrescentando 21,22 km² (2.122 ha) de área

- que pertencia ao Parque Estadual Monte Alegre, retificado no artigo 1º desta Lei, passando a ter uma superfície de 582,51 km² (58.251 ha), possibilitando a execução de trabalhos de desenvolvimento sustentado com a comunidade de Lages.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, ... de Maio de 2003

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Governador do Estado

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Secretário Especial de Estado de Produção

MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO

Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

ANEXO B

Mapa – Retificação da área e dos limites do PEMA de acordo com o Anteprojeto de Lei contido no Anexo A

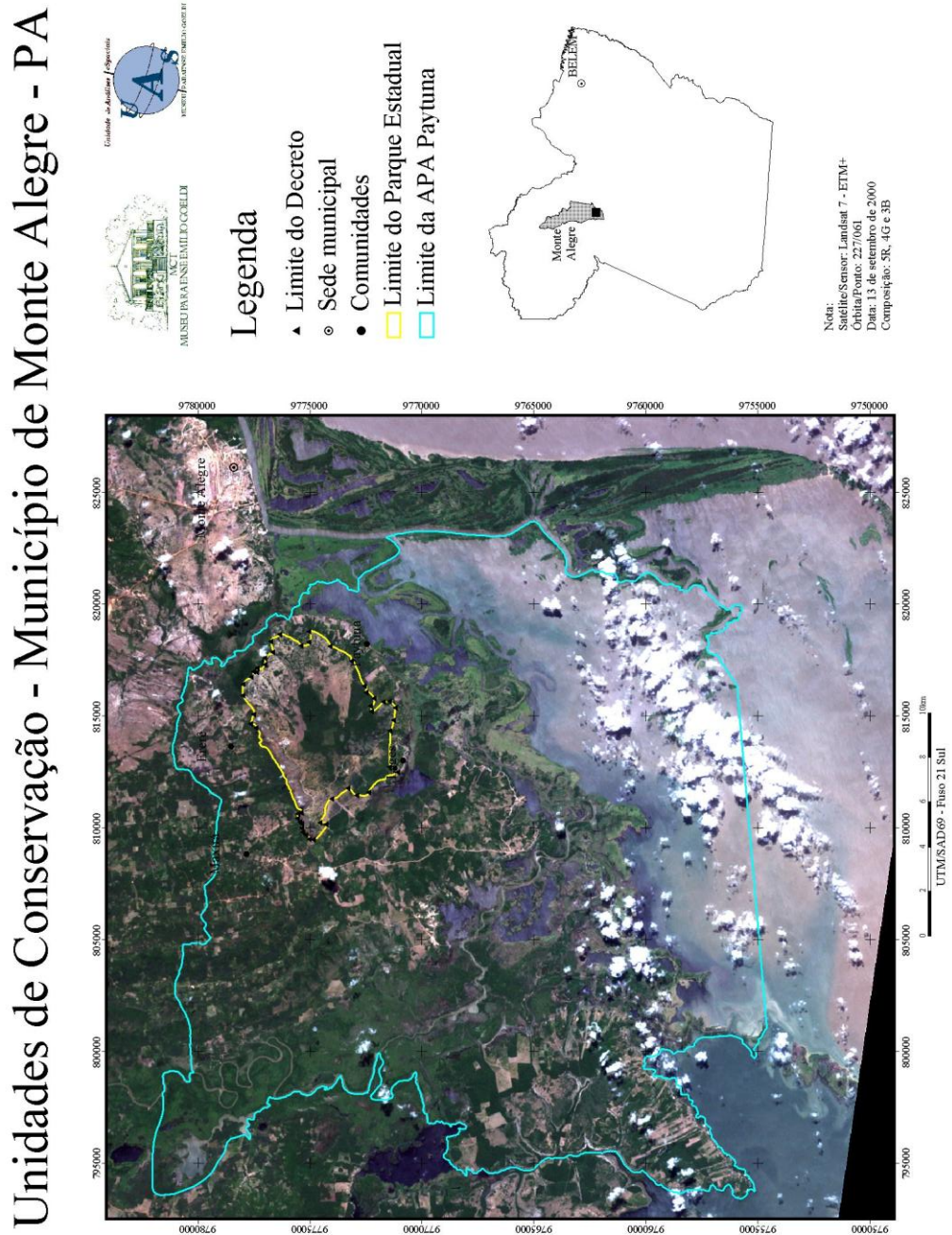


Figura 28. Mapa – Retificação da área e dos limites do PEMA de acordo com o Anteprojeto de Lei contido no Anexo A. Fonte: SEMA. Mapa disponibilizado, em agosto de 2011, pela SEMA – PA, em Belém (PA).

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista estruturada aplicada às comunidades de Lages, Paituna e Santana.

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

A. DADOS DO QUESTIONÁRIO

- | | | | |
|------------------|----------------|---------------|-------|
| 1. Número | _____ | 6. Comunidade | _____ |
| 2. Data | ____/____/____ | 7. Ponto GPS | _____ |
| 3. Horário | ____:____ | 8. Altitude | _____ |
| 4. Entrevistador | _____ | 10. Latitude | _____ |
| | | 11. Longitude | _____ |
5. A entrevista foi realizada:
- na sede da propriedade
- dentro da propriedade e fora da sede
- fora da propriedade

B. PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____
2. Sexo: M F
3. Naturalidade 3.1 _____ - 3.2 _____
4. Idade: _____
5. Religião: _____
- Praticante
- Não praticante
6. Onde o senhor morava antes de mudar para a comunidade?
- | Município | UF | Cidade | Rural | Ano de chegada | Ano de saída |
|-----------|------|--------------------------|--------------------------|----------------|--------------|
| _____ | ____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | _____ |
| _____ | ____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | _____ |
7. Há quantos anos o senhor mora nesta comunidade? _____
8. Escolaridade
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não alfabetizado | <input type="checkbox"/> médio incompleto |
| <input type="checkbox"/> somente lê e escreve | <input type="checkbox"/> médio completo |
| <input type="checkbox"/> até 4a série (fundamental incompleto) | <input type="checkbox"/> curso técnico |
| <input type="checkbox"/> até 8a série (fundamental completo) | <input type="checkbox"/> superior incompleto |
| | <input type="checkbox"/> superior completo |
9. Número de pessoas morando na casa _____
10. Composição familiar (moradores na casa)
- | Nome | Sexo | | Relação de parentesco | Idade |
|-------|--------------------------|--------------------------|-----------------------|-------|
| | M | F | | |
| _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | ____ |
| _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | ____ |
| _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | ____ |
| _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ | ____ |

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

10. Composição familiar (moradoresna casa) cont.

Nome	Sexo	Relação de parentesco	Idade
_____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	_____	____
_____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	_____	____
_____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	_____	____
_____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	_____	____

11. Há pessoas da família que saíram da comunidade?

Sim

Não

Quantas: _____

Parentesco*	Destino	Ano	Por que?
12.1 _____	_____ - _____	_____ - _____	_____
12.2 _____	_____ - _____	_____ - _____	_____
12.3 _____	_____ - _____	_____ - _____	_____

*o que o emigrante é do entrevistado

12. Eles pretendem voltar? sim Por que? _____
 não Por que? _____

13. O senhor pensa em se mudar da comunidade? sim Por que? _____
 não Por que? _____

14. Se sim, para onde iria?

Município	Comunidade
_____	_____

15. E o futuro? Como será para o senho _____

16. Qual seria o melhor futuro para seus filh _____

17. Participa de algum grupo?

não

associação de moradores/mulheres

sindicato (STR/SPR)

cooperativa

colônia de pescadores z11

conselho do Parque

clube de esporte

NS/NR

Nomes _____

18. É liderança em algum desses? (Presidente)

sim

não

NA

NS/NR

REDE CLIMA
Questionário - Produtores familiares

C PERFIL DA ATIVIDADE PRODUTIVA

1. Área total da propriedade _____ ha (outra medida: _____) NS/NR
2. Área aberta (produtiva) _____ ha (outra medida: _____) NS/NR

3. Limites da propriedade:

Início: _____

Fim: _____

4. Limites da comunidade (Onde começa e termina a comunidade):

Início: _____

Fim: _____

5. Equipamentos

- televisão rádio
 geladeira telefone/cel
 fogão computador
 motosserra

6. Meios de transporte

- moto carro a pé
 barco/canoa/rabeta bicicleta
 cavalo ônibus

*Assinalar com "P" se o meio de transporte é próprio (da família)

7. Mão de obra externa

- nenhuma
 diaristas ocasionais (trabalha com diarista)
 empregados

➤ 7.1 n° _____

8. Qual a principal fonte de renda (sustento) da família? _____

9. Tem fontes de renda externa à propriedade?

- sim não NA NS/NR

- 9.1 pensão ou aposentadoria *se houver mais de uma assinalar a principal
9.2 prestação de serviço no campo
9.3 prestação de serviço na cidade
9.4 funcionário do Estado
9.5 Seguro Defeso
9.6 Bolsa Família

10. A renda gerada fora da propriedade é (o senhor tira mais no roçado/pesca ou com benefício):

- maior que a gerada dentro igual à gerada dentro NA
 menor que a gerada dentro varia NS/NR

REDE CLIMA
Questionário - Produtores familiares

11. O senhor cria:

	Quantidade			Vende?
<input type="checkbox"/> Bovinos:	_____	<input type="checkbox"/> gado de corte	<input type="checkbox"/> gado de leite	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Galinhas:	_____			<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Porcos:	_____			<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Patos:	_____			<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Búfalos:	_____			<input type="checkbox"/>

12. Para quem vende? atravessador açougue local abatedouro de Monte Alegre
(O senhor vende diretamente para MA (comunidade) ou vende para um intermediário/atravessador?)

13. Antes do Parque, o senhor tinha uma criação maior ou menor?

maior mesma quantidade
 menor NS/NR

☛ Por que aumentou? ou Por que diminuiu ou abandonou essa atividade?

14. Nos próximos anos, o senhor pretende:

aumentar a criação continuar com a mesma quantidade
 diminuir a criação NS/NR

☛ Por que? _____

15. O senhor tem plantio de:

	sim	não	anos	Hectares	Quantidade/ano	Vende	Qnt vende
15.1 Arroz/Milho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____	_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____
15.2 Feijão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____	_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____
15.3 Mandioca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____	_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____
15.4 Hortaliças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____	_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____
15.5 Frutíferas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____	_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____
15.6 Outros:	_____			_____	_____/____	<input type="checkbox"/>	_____

16. Para quem o senhor vende a produção?

atravessador comerciante local
 feira mercado de Monte Alegre

17. Antes do Parque, o senhor tinha uma roça:

maior do mesmo tamanho
 menor NS/NR

☛ Por que aumentou? ou Por que diminuiu ou abandonou essa(s) atividade(s)?

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

18. Nos próximos anos, o senhor pretende:

- aumentar a roça continuar com a mesma quantidade
 diminuir a roça NS/NR

➤ 18.1 Por que? _____

19. Principais dificuldades para produzir

- estradas terras fracas ou degradadas falta de crédito
 acesso à água comercialização Parque
 clima diminuição da produtividade
 assistência técnica acesso à energia elétrica
 outros: _____

20. Recebe algum tipo de assistência técnica?

- nenhuma empresa pública (EMATER) NA
 empresa privada familiares ou amigos NS/NR
 sindicato/cooperativa ONG

➤ 20.1 nome da instituição: _____

21. A assistência técnica tem contribuído para a produção?

- sim não NA NS/NR

22. O senhor pesca?

- sim
 não
 NS/NR

➤ Se sim, o que pesca com mais frequência?

Vende?

- | | |
|---|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Acará | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Aracu | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Bagre (cujuba) | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Filhote | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Jacaré | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Pacu | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Pirarucu | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Piranha | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Tracajá | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Traíra | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Tucunaré | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Tambaqui | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> acari | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> mapará | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> surubim | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> outros | <input type="checkbox"/> |

23. O senhor pesca com qual equipamento: _____

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

24. Quantas vezes o senhor, ou outra pessoa da casa, pesca por semana?

- Nunca pesca
- Até 1 dia
- De 2 a 3 dias
- 4 ou mais dias
- NR/SR

25. Antes do Parque, o senhor tem pescado mais ou menos?

- mais Por que? _____
- menos
- mesma quantidade
- NS/NR

26. Tem geleiras de fora perto de sua casa?

- Sim
- Não
- NS/NR

27. Se sim, a presença dessas geleiras é bom ou ruim os moradores?

- bom
- ruim
- NS/NR

➤ Por que? _____

28. De onde elas vêm e quando eles são mais encontrados?

Local: _____

Mês(es): _____

29. Por que geleiras vêm para nessa região? _____

30. O senhor tem costume de comer carne de caça?

- Sim
- Não
- NR/SR

➤ Se sim, o que come com frequencia?

- Anta
- Veado
- Paca
- Capivara
- Cotia
- Jabuti
- Macaco
- tatu
- Outros: _____

REDE CLIMA
Questionário - Produtores familiares

31. Antes do Parque, o senhor comia mais ou menos carne de caça?

- mais Por que? _____
 menos
 NS/NR

32. Vem gente de fora caçar aqui?

- Sim
 Não
 NS/NR

33. Se sim, a presença desses caçadores de fora é boa ou ruim para os moradores?

- boa
 ruim
 NS/NR

➤ Por que? _____

34. De onde eles vêm e quando eles são mais encontrados?

Local: _____

Mês(es): _____

35. Por que caçadores de fora vêm caçar nessa região? _____

36. Tem onça perto da sua casa?

- sim
 não
 NS/NR

➤ 36.1 Antes tinha mais?

- sim
 não
 NS/NR

Por que? _____

37. O senhor, ou outra pessoa da casa (esposa), coleta alguma coisa na mata (planta medicinal)?

- Sim
 Não
 NS/NR

➤ Se sim, o que? _____

38. Antes do Parque, o senhor (ou sua esposa), coletava mais ou menos coisas na mata?

- mais NS/NR

menos Por que? _____

C. PERCEÇÃO PARQUE

1. O que é um Parque? Para que serve _____

NS/NR

2. Quando o Parque foi criado? _____ NS/NR

3. Quem criou o Parque? _____ NS/NR

4. O senhor participou da criação do Parque? Foi consultado?

Sim

Não

NS/NR

➤ Se sim, como foi a criação do Parque? _____

NS/NR

5. Por que foi escolhido essa região para a criação de um Parque?

Proteger as pinturas rupestres

Proteger as serras

Proteger a vegetação

Proteger os animais

Atrapalhar o produtor

outros: _____

NS/NR

6. O senhor já viu as pinturas rupestres?

Sim

Não

NS/NR

7. O que não se pode fazer dentro do Parque? Quais são as proibições trazidas pelo Parque? _____

8. Pode caçar dentro do Parque?

Sim

Não

NS/NR

9. Pode plantar dentro do Parque?

Sim

Não

NS/NR

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

10. Pode retirar madeira dentro do Parque?

- Sim
 Não
 NS/NR

11. O senhor concorda com essas proibições?

- Sim
 Não
 NS/NR

➤ Por que? _____

12. Quem é responsável por cuidar do Parque?

- SEMA Museu Goeldi outros: _____
 IBAMA Prefeitura de Monte Alegre NS/NR

13. Alguém da SEMA ou IBAMA já veio aqui?

- Sim
 Não
 NS/NR

➤ Se sim, quem veio? _____

NS/NR

E o que ele fez aqui? _____

NS/NR

Algum morador foi multado?

- Sim
 Não
 NS/NR

14. Desde que o parque foi criado, a sua vida:

- melhorou
 piorou
 ficou igual
 NS/NR
 NA

➤ Por que? _____

15. Desde de que o Parque foi criado, o senhor mudou alguma coisa na produção?

- Sim
 Não
 NS/NR

➤ Se sim, o que mudou? _____

REDE CLIMA

Questionário - Produtores familiares

16. O Parque tem benefícios (aspectos bons)?

- Sim
- Não
- NS/NR

➤ Se sim, o que? _____

17. O Parque tem malefícios (aspectos ruins)?

- Sim
- Não
- NS/NR

➤ Se sim, o que? _____

18. O senhor gostaria de trabalhar como guia turístico do Parque?

- Sim
- Não
- NS/NR